

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

**ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO – RJ:
ESTUDO DOS LIMITES E POSSIBILIDADES**

ALESSANDRO ALLEGRETTI

**Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre. Área de Concentração:
Estudo de Processos Socioambientais.**

**Orientador: Prof. Dr. IVAN DE OLIVEIRA PIRES
Instituto de Geociências
Universidade Federal Fluminense**

**Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. MARTA DE AZEVEDO IRVING
Programa EICOS/IP
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Niterói – RJ
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALESSANDRO ALLEGRETTI

**ECOTURISMO NO PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO – RJ:
ESTUDO DOS LIMITES E POSSIBILIDADES**

**Dissertação submetida ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Ambiental
da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre. Área de Concentração:
Estudo de Processos Socioambientais.**

Aprovada em 5 de junho de 2009

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. IVAN DE OLIVEIRA PIRES - Orientador
Universidade Federal Fluminense**

**Prof^a. Dr^a. MARTA DE AZEVEDO IRVING – Co-orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Prof. Dr. MARCELLO DE BARROS TOMÉ MACHADO
Universidade Federal Fluminense**

**Prof. Dr. ORLANDO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

A Deus por me dar saúde e permitir estar cercado de boas pessoas que me ajudaram a realizar este trabalho.

Aos meus pais Lydia e José Raul por terem me gerado e criado com amor.

Aos meus irmãos Adriane e Rodrigo, cunhados e sobrinhos pelo carinho nestes anos de convivência.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo apoio em todos os momentos da minha vida e pelo auxílio, palavras de incentivo e torcida durante esta pesquisa acadêmica.

Ao Prof. Ivan de Oliveira Pires pela orientação, confiança, amizade, correções e colaboração que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

A Prof^a Marta de Azevedo Irving pela co-orientação, correções, reflexões críticas, aulas que me despertaram para uma visão social sobre as Unidades de Conservação, gentileza em participar da banca examinadora e ter me aceito no grupo de pesquisa sobre áreas protegidas do Programa EICOS.

Ao Prof. Orlando Alves dos Santos Júnior pelas aulas que ajudaram na escolha do título e o amadurecimento das idéias sobre a dissertação, além da gentileza de participar da banca examinadora.

Ao Prof. Marcello de Barros Tomé Machado pelas considerações sobre ecoturismo, questionamentos na pré-banca, indicação de bibliografia e a gentileza de participar da banca examinadora.

Ao geógrafo Paulo José Affonso Vianna pela paciência e fundamental importância na confecção dos mapas deste trabalho.

A bióloga, excursionista e fotógrafa Cláudia Bessa pela amizade, cessão de várias fotos e coordenadas geográficas das trilhas do Parque.

A Rodrigo Torres Lima, atual Secretário de Turismo de Santa Maria Madalena, pelo apoio na pesquisa de campo e nas legendas dos mapas desta pesquisa.

Aos colegas e professores do PGCA que contribuíram na minha busca pela “construção do conhecimento”, principalmente ao colega José Mauro Farias pela ajuda na pesquisa de campo.

A AMPLA pela cessão das ortofotos da área pesquisada.

Aos colegas e professores do grupo de pesquisa sobre áreas protegidas do Programa EICOS/UFRJ pelas contribuições nas discussões sobre parques estaduais.

Aos funcionários do Parque Estadual do Desengano, principalmente a administradora Maria Manoela Alves Lopes pela acolhida e apoio no processo de levantamento de dados.

Aos entrevistados que são funcionários de órgãos públicos e/ou moradores de Santa Maria Madalena envolvidos ou não com o Parque e o turismo, pela contribuição com suas respostas para os resultados desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram de alguma maneira para a execução deste trabalho, a minha sincera gratidão.

“Em todos os seus sonhos mais belos o homem nunca soube inventar coisa mais bela que a natureza”.

(Lamartine)

"Se estudas a natureza somente nos livros, quando saíres de tua casa não a reconhecerás".

(Alexander Agassiz)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
SUMÁRIO	VI
LISTA DE TABELAS	VIII
LISTA DE QUADROS	IX
LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES	X
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XI
RESUMO	XIV
ABSTRACT	XV
1. INTRODUÇÃO	16
2. ECOTURISMO: ORIGEM, PRINCÍPIOS E CONTEÚDO	19
2.1– O turismo mundial como referência	19
2.2– Origem, princípios e conceitos norteadores	23
2.3– Alternativas de atividades em ecoturismo	31
2.5– Ecoturismo no Brasil: histórico e contexto	39
2.6 – O panorama turístico no Estado do Rio de Janeiro	48
2.7 – Os parques estaduais com potencial turístico no Estado do Rio de Janeiro	56
3. O PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO (PED)	59
3.1 – Localização e histórico	59
3.2 – Importância ecológica	64
3.3 – Contexto sócio-econômicas	76
3.3.1 – Histórico de ocupação do PED e entorno	76
3.3.2 – Regiões de inserção	80
3.3.3 – Ocupação humana nos municípios do entorno	82
3.3.4 – Economia dos municípios	84
3.3.5 – Infraestrutura do entorno e características.	86
3.4 – Contexto da gestão	90
3.4.1 – Infraestrutura, recursos humanos e vias de acesso	90
3.4.2 – Instrumentos de gestão	93
3.4. 3 –Principais conflitos para a gestão	98
3.6 – Atuação do terceiro setor	103
3.7 – O turismo no PED e entorno	106

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA	112
4.1 – Procedimentos metodológicos	112
4.2 – Etapas metodológicas	112
4.2.1 – 1ª Etapa – Pesquisas bibliográfica e documental	114
4.2.2 – 2ª Etapa – Pesquisa de Campo	114
4.2.2.1 – Elaboração dos instrumentos de pesquisa	114
4.2.2.2 – Definição dos sujeitos da pesquisa	115
4.2.2.3. –Aplicação dos instrumentos de pesquisa	116
4.2.3 – 3ª Etapa – Análise dos dados e informações	117
4.3 – Mapa de atrativos turísticos e trilhas	118
5 . RESULTADOS : ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	120
5.1 – A percepção dos moradores de Santa Maria Madalena	120
5.1.1 – Visitação no PED e Centro de Visitantes	121
5.1.2 – Manejo do PED	126
5.1.3 – Turismo no PED e entorno	126
5.2 – A percepção dos interlocutores envolvidos com o PED e o turismo em Santa Maria Madalena	128
5.2.1 – Com base em um panorama global	128
5.2.1.1 – Visitação no PED	129
5.2.1.2 – Atrativos do PED e do seu entorno	130
5.2.1.3 – Centro de Visitantes	131
5.2.1.4 – O turismo no PED	132
5.2.2 – Qualificando o processo	132
5.2.2.1 – Instrumentos de manejo	133
5.2.2.2 – Implantação do ecoturismo no PED	134
5.2.2.3 - Infraestrutura turística de Santa Maria Madalena	141
5.2.2.4 – O perfil do turista	141
5.3– Interpretando os princípios do ecoturismo para o ecoturismo no PED	142
5.4 – Mapa de atrativos turísticos e trilhas do PED: uma contribuição da pesquisa	143
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	148
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
ANEXOS	164
APÊNDICES	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção extrativa de madeira em tora (m ³) em três municípios fluminenses, entre 1975 e 1990	79
Tabela 2 – Produção extrativa de palmito nativo (tonelada) em três municípios fluminenses, entre 1975 e 1990	80
Tabela 3 – Habitantes dos municípios abrangidos pelo PED e o total do Estado	84
Tabela 4 – Total de extrativismo de lenha, madeira e palmito nos municípios de Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis entre 1975 e 1990	102
Tabela 5 – Perfil dos entrevistados	121
Tabela 6 – Número de visitas realizadas na vida	122
Tabela 7 – Grau de frequência dos visitantes do PED	123
Tabela 8 – Estações do ano com mais visitantes no PED	124
Tabela 9 – Meio de transporte utilizado para visitar o PED	124
Tabela 10 – Importância dos atrativos do PED para o turismo em Santa Maria Madalena	127
Tabela 11 – Benefícios que o turismo no PED irá trazer para Santa Maria Madalena	128
Tabela 12 – Centro de Visitantes	131
Tabela 13 – Plano de Manejo do PED em relação ao ecoturismo e a visitação	133
Tabela 14 – Atuação do Conselho Gestor	134
Tabela 15 – Possíveis problemas que poderão dificultar a implantação do ecoturismo no PED	136
Tabela 16 – Possíveis impactos negativos decorrentes da expansão desorganizada do turismo no PED e em Santa Maria Madalena	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios do ecoturismo segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo	31
Quadro 2 – Cronologia das iniciativas governamentais federais para o ecoturismo	47
Quadro 3 – Macro-programas e programas de ação do Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro	52
Quadro 4 – Regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro	55
Quadro 5 – Presença de equipamentos de infraestrutura e comunitários nas áreas do entorno do PED	90
Quadro 6 – Cronologia das tentativas de regularização fundiária das terras do PED	99
Quadro 7 – Atividades praticadas pelos freqüentadores do PED	123
Quadro 8 – Problemas em relação à visitação do PED	125
Quadro 9 – Sugestões para o PED ser mais visitado	125
Quadro 10 – Pontos turísticos em Santa Maria Madalena e ao redor do PED	127
Quadro 11 – Geração de impactos em Santa Maria Madalena decorrentes do turismo	128
Quadro 12 – Grau de realização das atividades dos freqüentadores do PED	129
Quadro 13 – Trilhas dentro do PED em ordem decrescente de visitação	130
Quadro 14 – Pontos turísticos do PED e arredores em ordem decrescente de visitação	131
Quadro 15 – Qualidade dos itens relacionados ao turismo no PED e em Santa Maria Madalena	132
Quadro 16 – Obstáculos � implantação do ecoturismo no PED e sugestões para removê-los	137
Quadro 17 – Benefícios sociais e ambientais que o ecoturismo poderá trazer para o município e o PED	139
Quadro 18 – Atrativos hídricos	145
Quadro 19 – Trilhas	145
Quadro 20 – Atrativos paisagísticos	146

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do Parque Estadual do Desengano	60
Figuras 2 e 3 – Pico do Desengano no meio ao fundo e vista panorâmica do alto da Pedra do Desengano	61
Figura 4 – Campo de altitude do PED (Morro Encantado)	69
Figura 5 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal do PED	71
Figura 6 – Santa Maria Madalena	83
Figura 7 - Ocupação nos setores de atividade econômica na área de influência do PED (DEZ/2001)	86
Figura 8 – Área do entorno do PED	87
Figura 9 – Distrito de Sossego do Imbé	88
Figuras 10 e 11 – Sede administrativa e Centro de Visitantes do PED com a Pedra Dubois ao fundo	91
Figura 12 – Estrada no entorno do PED (divisa entre Santa Maria Madalena e Campos dos Goytacazes).	93
Figura 13 – Zona de Entorno do PED (ZEPED)	96
Figura 14 – Represa do Escorrega	109
Figura 15 – Horto Santos Lima	110
Figuras 16, 17 e 18 – Diagramas das etapas metodológicas	113
Figuras 19, 20 e 21 – Mapas: atrativos hídricos, atrativos paisagísticos e trilhas	144/ 145
Figuras 22 a 30 - Atrativos paisagísticos e trilhas	147

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAV	Associação Brasileira de Agentes de Viagem
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMLD	Associação Mico-Leão-Dourado
APA	Área de Proteção Ambiental
ARTEMA	Artesanato Mineral de Madalena
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CBME	Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada
CBRO	Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos
CEB	Clube Excursionista Brasileiro
CECNA	Centro de Estudos de Conservação da Natureza
CEDAE	Companhia de Águas e Esgoto do Estado do Rio de Janeiro
CEU	Centro Excursionista Universitário
CNFCN	Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CMMAD	Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
COA-RJ	Clube dos Observadores de Aves do Rio de Janeiro
CONCICLO	Conselho Regional de Turismo do Ciclo do Café
CONCRETUR	Conselho Regional de Turismo da Região das Agulhas Negras
CPCH	Coordenação de Projetos e Programas em Ciências Humanas
DCN	Diretoria de Conservação da Natureza
DRM/RJ	Departamento de Recursos Minerais
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
FBCN	Fundação Brasileira de Conservação da Natureza
FEMERJ	Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro
FECAN	Fundo Estadual de Controle Ambiental
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente

FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF-RJ	Fundação Instituto Estadual do Rio de Janeiro
INEA	Instituto Estadual do Meio Ambiente
IUCN	União Internacional para Conservação da Vida Selvagem
LAGIEF	Laboratório de Geoprocessamento do IEF
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
OCE	Oficinas de Capacitação em Ecoturismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PED	Parque Estadual do Desengano
PNE	Programa Nacional de Ecoturismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPMA-RJ	Projeto de Proteção da Mata Atlântica – RJ
PRODESUDE	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Desengano
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRODETUR	Programas de estruturação do Ministério do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SECPLAN	Secretaria de Planejamento
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TIES (inglês)	Sociedade Internacional de Ecoturismo
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UC	Unidade de Conservação
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNEP	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas Ambiente
UTE	Usina Termelétrica
WTCC (inglês)	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
ZPI	Zona de Proteção Integral
ZEPED	Zona de Entorno do Parque do Desengano

RESUMO

Esta dissertação é um estudo exploratório de uma realidade, que objetiva identificar os limites e as potencialidades para a implantação e incremento do ecoturismo no Parque Estadual do Desengano (RJ) e auxiliar na reflexão sobre a importância da atividade na promoção da conservação ambiental. Para melhor compreensão do ecoturismo, são apresentadas suas características, princípios, conceitos norteadores, histórico das medidas governamentais federais e o potencial da atividade nos parques estaduais do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa apresenta a caracterização da área do Parque e dos municípios abrangidos, o contexto da gestão, os conflitos ambientais, a atuação do terceiro setor e a situação da visitação. A metodologia adotada foi baseada no referencial teórico estudado e empregou a pesquisa de campo, realizada no município de Santa Maria Madalena, com a realização de questionários e entrevistas com os moradores locais e observações diretas, para se conhecer o turismo no Parque. Foi avaliada a percepção dos moradores locais sobre o tema pesquisado. Os resultados foram analisados à luz de três princípios da Declaração de Quebec, em 2002, que são: conservação ambiental e cultural, participação social e sustentabilidade. Foram gerados mapas de trilhas e atrativos turísticos sobre o Parque, em meio digital, devido à ausência deste material. Apesar de o Parque do Desengano ser a mais extensa área de Mata Atlântica preservada do centro-norte fluminense e possuir enorme potencial para o ecoturismo, ele é pouco frequentado pelos turistas e moradores dos arredores, carece de infraestrutura, apresenta problemas ambientais e não é divulgado no meio turístico. Concluiu-se que o Plano de Manejo do Parque precisa ser revisto para ser menos restritivo em relação à entrada de visitantes e suas recomendações devem ser postas em prática (visitação, recuperação e restauração, administração e gerência, fiscalização e educação), a fim de facilitar a efetiva implantação e desenvolvimento do ecoturismo na área. Estas medidas contribuirão para a integração do Poder Público com a população do entorno, que se sente excluída em relação à Unidade de Conservação. Foi observada a ausência de uma política pública eficaz para a atividade ecoturística que contemple projetos, ações, recursos financeiros e incentivos. Esta pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre as possibilidades do ecoturismo na região estudada, bem como, em situações semelhantes em outros parques.

Palavras-chave: Parque Estadual do Desengano, ecoturismo e conservação ambiental.

ABSTRACT

This dissertation is an exploratory study of reality, which aims to identify the limits and potential for the deployment and development of ecotourism in the State Park Desengano (RJ) and assist in reflection on the importance of promoting environmental conservation. For better understanding of ecotourism, its characteristics are presented, principles, guiding concepts, history of the federal government and potential of activity in state parks in Rio de Janeiro. The research presents the characterization of its area and the municipalities concerned, the context of management, the environmental conflicts, the role of third sector and the situation of visitation. The methodology was based on the theoretical framework and used the field research, held in Santa Maria Madalena, with the completion of questionnaires and interviews with local residents and direct observation, to learn about tourism in the Park. We evaluated the perceptions of local residents on the topic researched. The results were analyzed on the basis of three principles of 2002 Quebec's Declaration, which are environmental and cultural conservation, sustainability and social participation. We generated maps of trails and tourist attractions on the park, digital media, due to lack of material. Although the Park Desengano is the largest preserved area of Atlantic Forest in the north-central of Rio de Janeiro, it is little visited by tourists and the residents of its neighborhood, better infrastructure is needed, has environmental problems and is not well advertised. It was concluded that the Management Plan of the Park need to be revised to be less restrictive in relation to the entry of visitors and their recommendations should be put into practice (visitation, recovery and restoration, administration and management, supervision and education) in order to facilitate the effective implementation and development of ecotourism in the area. These measures contribute to the integration of the Government with the surrounding population, who feel excluded in relation to the conservation area. We observed the absence of an effective public policy for ecotourism activity that includes projects, initiatives, resources and incentives. This research aims to contribute to a reflection on the possibilities of ecotourism in the region studied, as well as in similar situations in other parks.

Keywords: Parque Estadual do Desengano, ecotourism and environmental conservation.

1 - INTRODUÇÃO

Enquanto o segmento turístico “sol e mar” tem projeções de estabilizar seu crescimento no mercado, o ecoturismo tem previsão de crescer nas próximas duas décadas. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a ONG *Conservation International* indicaram que a maior parte da expansão de turismo de natureza no mundo está acontecendo no interior e ao redor de áreas naturais protegidas. Analistas predizem um crescimento em eco-recursos e hotéis, e um boom do turismo de natureza - um setor que tem crescido 20% ao ano - e sugerem que o mercado turístico fará ganhos ao se converter para o turismo sustentável¹.

Porém, a maioria dos destinos ecoturísticos e das iniciativas que se dizem ecoturísticas, oferecidas pelas operadoras turísticas não passam de atividades turísticas convencionais ou fazem parte do turismo de natureza que não busca fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente natural.

Diferente do turismo de natureza, o ecoturismo, que também é uma viagem orientada para a natureza, objetiva melhorar a qualidade de vida das populações locais, ao mesmo tempo que preserva os recursos naturais e pretende compatibilizar a prática turística com o respeito e a sensibilidade ao ambiente natural e cultural.

Assim, o ecoturismo passa a significar mais do que uma bela paisagem ou o habitat de uma espécie ameaçada de extinção e almeja ser um caminho para o desenvolvimento de forma sustentável das populações locais e uma forma efetiva de geração de recursos para a conservação ambiental. A atividade é um substituto da troca dos processos produtivos que degradam o meio ambiente pelo crescimento econômico e social de forma harmoniosa com o meio ambiente.

¹ Dados da Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The Internacional Ecoturism Society*). Disponível no site <<http://www.ecoturism.org>>. Acesso em 2008.

Entretanto, ainda é limitada a prática do ecoturismo que aspira melhorar a qualidade de vida das populações que acolhem o visitante e manejar de forma racional os recursos naturais, porque ela se contrapõe à lógica do mercado e a racionalidade econômica que prevalece entre os grandes grupos que controlam o mercado mundial (DIAS, 2003 p.105).

Esta pesquisa se desenvolve no contexto do ecoturismo em parques, focando o Parque Estadual do Desengano (PED), localizado nas regiões serrana e norte do Estado do Rio de Janeiro e que abrange os municípios de Campos dos Goytacazes, São Fidélis e Santa Maria Madalena, sendo este último o mais investigado.

O pesquisador conhece há muito tempo o Parque, desde a época em que trabalhou em um órgão ambiental e a proposta do tema abordado se deve à carência de estudos conexos ao turismo na área pesquisada. Ademais, o PED possui considerável extensão de Mata Atlântica preservada e está inserido parcialmente na região serrana do Rio de Janeiro, potencialmente turística, o que estimula pesquisas dessa natureza.

Aplicando uma visão interdisciplinar, esta pesquisa é um estudo inicial de uma realidade que objetiva refletir sobre os obstáculos e possibilidades para a implantação e desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Desengano. Os objetivos específicos em relação ao Parque são:

- Levantar sua situação atual quanto a sua infraestrutura, instrumentos de manejo, divulgação no meio turístico e uso público;
- Reconhecer o perfil de seus freqüentadores;
- Avaliar seu potencial em termos de atrativos naturais para ecoturismo;

Uma hipótese orientou a pesquisa:

- Santa Maria Madalena, pela sua relação histórica e atual com o Parque, é o município com maiores chances de principiar qualquer ação em prol do ecoturismo na área.

Neste sentido, há algumas indagações importantes sobre o ecoturismo no Parque do Desengano: Quais os principais entraves para o seu desenvolvimento? Como o Poder Público tem lidado com a questão? Qual é a participação da população do entorno no processo?

Na tentativa de responder a estas questões, esta pesquisa direcionou principalmente sua abordagem para o município de Santa Maria Madalena, onde estão sede administrativa e o centro de visitantes do Parque e seu principal atrativo natural, o Pico do Desengano. A metodologia utilizada foi baseada na análise bibliográfica, documental e aplicação de questionários e entrevistas na população e atores envolvidos com o Parque e setor turístico. A dissertação, incluindo esta introdução, está dividida em seis capítulos.

O capítulo 2, denominado “Ecoturismo: origem, conceitos e desenvolvimento” trata da origem, desenvolvimento e consolidação do turismo no mundo. Em seguida apresenta o surgimento do ecoturismo, suas características, princípios e conceitos norteadores. Em seguida, são apresentadas as alternativas para o desenvolvimento do ecoturismo, como a observação e a contemplação. Na sequência, é apresentado o histórico das medidas governamentais federais relacionadas ao ecoturismo. O capítulo é finalizado com a estruturação do turismo e o seu ordenamento territorial no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo os municípios abrangidos pelo Parque. É também exposto o potencial dos parques estaduais para o ecoturismo no Estado do Rio de Janeiro onde é realizada uma comparação com os parques nacionais.

No capítulo 3, intitulado “O Parque Estadual do Desengano”, são contextualizados a localização, o histórico e sua caracterização ecológica. Em seguida, são abordadas as questões sócio-econômicas relevantes aos três municípios abrangidos pelo Parque e o histórico de ocupação de sua área e entorno. É tratado o contexto da gestão do Parque com sua infraestrutura, recursos humanos e instrumentos de gestão. São expostos os conflitos ambientais como a situação fundiária. Dando prosseguimento, é apresentada a atuação do terceiro setor com as ONGs que marcaram presença no Parque. Finalizando, é apresentada a situação precária da visitação no Parque do Desengano, as tentativas de particulares em implantar o turismo e os pontos turísticos do entorno em Santa Maria Madalena.

O capítulo 4, cujo título é “Abordagem metodológica da pesquisa” apresenta as etapas metodológicas da pesquisa: pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa de campo e análise dos dados e informações. Também é exposta a metodologia de confecção de mapas de atrativos turísticos e trilhas do Parque.

No capítulo 5 intitulado “Resultados: análise e comentários” são analisados os resultados das pesquisas. Os resultados da pesquisa de campo são apresentados de acordo com o perfil dos pesquisados, divididos em dois grupos: moradores de Santa Maria Madalena escolhidos ao acaso e selecionados por estarem envolvidos com a Unidade de Conservação e o turismo no município. Também é realizada uma discussão sobre a aplicação na área estudada de três princípios extraídos da Declaração de Quebec (2002), que servem de inspiração para a pesquisa.

O sexto e último capítulo nomeado “Conclusões e recomendações” reflete sobre os resultados obtidos utilizando o referencial teórico desta pesquisa e propõe recomendações no sentido de contribuir para a implantação e desenvolvimento do ecoturismo no Parque Estadual do Desengano.

2. ECOTURISMO: ORIGEM, PRINCÍPIOS E CONTEÚDO

2.1 – O turismo mundial como referência

Conhecer a evolução e tendências do turismo mundial é essencial para se compreender o contexto que favoreceu o aparecimento do ecoturismo.

As viagens são deslocamentos presentes na civilização moderna motivados pelas atividades comerciais, econômicas, religiosas, culturais, científicas, educacionais, esportivas, de lazer ou simplesmente pela amizade ou afetividade que desperta o desejo de visitar amigos e familiares.

A origem do turismo remonta à Grécia antiga, em 776 a.C., quando várias pessoas se deslocaram para a cidade de Olímpia, a fim de participarem das comemorações dos primeiros Jogos Olímpicos, que se repetiam a cada quatro anos. Também havia peregrinações religiosas, para o oráculo de Delfos, venerado por todo o mundo grego. Posteriormente, no século V a.C., o Egito e a Grécia atraíam visitantes em busca de banhos termais e repouso (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996 *apud* CINTRA, 2004 p. 30).

Durante o Império Romano, entre os anos 27 a.C e 476 d.C., os romanos se deslocavam para frequentarem os banhos termais, como o das termas de Caracalla, para assistirem a grandes espetáculos circenses e descansarem em residências de praia nos balneários de Pompéia e Herculano (ROCHA, 2005 p. 5). Os fatores determinantes destes deslocamentos foram o aumento do número de estradas, o longo período de paz no império (*Pax Romana*) e a prosperidade econômica de alguns cidadãos (altos funcionários e aristocratas) que permitia terem recursos financeiros e tempo livre.

Na Idade Média, entre os anos 476 e 1453 d.C, os peregrinos cristãos se deslocavam, na maioria das vezes, a pé. Percorriam o Caminho de Santiago, desde o ano 814 d.C. quando foi encontrado o túmulo de São Tiago Maior, na Espanha. No ano de 1139 d.C, o monge Aymeric de Picaud foi considerado o suposto escritor do livro *Codex Calixtinus*, que é o

primeiro guia turístico publicado no mundo. A edição impressa servia de roteiro para os peregrinos franceses que trilhavam um trecho de aproximadamente 800 quilômetros, atravessando o território espanhol até chegar a capela de Santiago de Compostela. A obra informava sobre os costumes locais por onde se caminhava, as paisagens e os perigos mais encontrados (NADAL, 1998 *apud* CINTRA, 2004 p.31). Nesta época, surge a Irmandade dos Trocadores de Moedas, considerada a primeira organização de câmbio, que servia aos peregrinos do Caminho de Santiago. Também na Idade Média as hospedarias deixaram de ser gratuitas e em 1282 foi criado em Florença, o Grêmio de Proprietários de Pousadas, considerado o embrião das atuais associações de hoteleiros (BARRETO, 1998 *apud* ROCHA, 2005 p. 5).

No final da Renascença, entre os séculos XVI e XVII, a motivação de conhecer novos lugares e o comércio, associados às grandes navegações, a ampliação do número de estradas e a criação de linhas regulares para o novo meio de transporte que era a carruagem, provocam o surgimento dos *Grand-Tours*. Eram viagens educativas de longa duração (3 a 5 anos) pela Europa, realizadas pelos jovens da aristocracia européia, acompanhados de seus professores ou tutores, que poderiam ser considerados como os guias da época (ACERENZA, 2002 *apud* ROCHA, 2005 p. 6). Nessa época surgiram os vocábulos turismo e turista. Também no período renascentista apareceram os alojamentos com o nome de hotel, palavra francesa que significava palácio urbano, destinado a alojar personalidades e suas comitivas numerosas que não cabiam nos palácios.

A revolução industrial, iniciada em meados do século XVIII, permitiu o aparecimento da burguesia que dispunha de condições financeiras e tempo livre para viajar. As viagens tinham caráter educativo e os escritores da época, como Rousseau, despertaram o olhar dos turistas para a natureza. Como consequência, as montanhas européias e a costa do Mediterrâneo se tornaram atrativos turísticos para os habitantes dos centros industrializados (ROCHA, 2005 p.6)

O invento do motor a vapor, utilizado em trens e embarcações, permitiu que grande número de pessoas percorresse com rapidez enormes distâncias. O transporte ferroviário com suas viagens baratas e a conquista do direito ao descanso por parte dos trabalhadores que passaram a ter férias pagas, tornou acessível às camadas mais populares da sociedade o acesso as praias da França e Inglaterra. Isto resultou na criação de balneários como o de Bath e Vichy, na Inglaterra (DIAS e AGUIAR, 2002 *apud* CINTRA, 2004 p.31).

A conquista do tempo livre no trabalho e o avanço tecnológico nos transportes massificaram o turismo. Nessa época aconteceu realmente o nascimento do turismo, cujo intuito é o lazer.

Nesse período, os eventos que contribuíram para a organização e consolidação do turismo foram segundo Rocha (2005 p.31):

“a invenção do vagão leito pelo americano Pullman, que contribui para o impulso do transporte ferroviário de passageiros, a fundação das primeiras agências de viagem – a Abreu, em Portugal, em 1840 e a *Thomas Cook & Son*, em 1845, na Inglaterra -, a criação do serviço de pacote turístico – com a criação em 1862 do *Individual Inclusive Tour*, por Cook -, o início dos cruzeiros marítimos e a criação do cartão- postal, por Piazza, para ilustrar as lembranças das viagens”.

Também é destacada como contribuição ao desenvolvimento do turismo a inauguração da estrada de ferro inglesa ligando com regularidade as cidades de Stockton e Darlington (CINTRA, 2004 p. 31).

O inglês Thomas Cook, em 1841, considerado o primeiro agente de viagens do mundo, fretou um trem para 570 pessoas com destino a Loughbourogh, na Inglaterra, e criou a viagem agenciada em grupo. Sua empresa, ao criar o pacote turístico, em 1862, que incluía alimentação e entretenimento, começou a ser imitada por outras empresas que perceberam o filão lucrativo da atividade.

No século XX, até a década de 70, apesar da Grande Depressão ou Crise de 1929 e da 2ª Guerra Mundial, o turismo se desenvolveu devido, principalmente, ao aumento da renda e do tempo livre das populações dos países industrializados, o avanço das telecomunicações e o aumento da mobilidade com a popularização do uso dos automóveis e das viagens aéreas comerciais sendo que a primeira atravessou o Oceano Atlântico em 1919 (DIAS e AGUIAR, 2002 *apud* CINTRA, 2004 p.7).

Os anos 70, mesmo com a crise do petróleo, foram marcados pelos aumentos extraordinários do número de companhias aéreas que realizam vôos *charters*, grandes redes hoteleiras, agências de viagem e pacotes turísticos vendidos para grandes grupos. Neste período, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), houve 166 milhões de turistas em viagens internacionais (ROCHA, 2005 p.32).

Nos anos 80, com a melhora do nível de vida dos habitantes dos países desenvolvidos, o turismo passou a ser uma importante fonte de receita e emprego para vários países receptores, como muitos do Caribe e alguns da África. Surgem então novos modelos de aviões que dinamizam os transportes e grandes operadoras e grupos hoteleiros internacionais. Diante de um mercado bastante competitivo, o marketing turístico passa a ser uma ferramenta

importante para atrair o turista bem informado e experiente que deseja novos produtos e destinos turísticos.

A década de 90 foi marcada por conflitos políticos e religiosos, como a queda do regime comunista europeu e a Guerra do Golfo, que não impediram o desenvolvimento do turismo mundial. Nessa época, há a necessidade de se adequar a oferta à crescente demanda existente. Então, surge a diversificação dos destinos e a realização dos estudos de capacidade de carga (número de turistas que uma área suporta) em pontos turísticos naturais e históricos.

Ocorre uma diversificação da demanda e surgem novos perfis de turistas com o desejo de conhecerem lugares exóticos e praticarem atividades, às vezes, arriscadas.

No início do século XXI, um mundo globalizado e a presença de uma rede mundial de computadores facilitam a vida do turista, com informações e facilidades de procura, reservas e pagamento de serviços turísticos. Os avanços tecnológicos em várias áreas da ciência reduziram os custos das operações no setor e fizeram o turismo crescer mundialmente.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), no ano de 2008, foram registradas cerca de 924 milhões de viagens internacionais no mundo inteiro, que ilustra a força do turismo internacional que não tem parado de crescer. Neste mesmo ano o Brasil teve uma receita de 5,8 milhões de dólares, apenas gerada pela vinda de turistas estrangeiros².

De acordo com a pesquisa de impacto econômico do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTCC, na sigla em inglês), divulgada em março de 2009, o Brasil ocupa o 13º lugar na lista das maiores economias do setor, sendo ainda o 5º maior em geração de empregos diretos. No Relatório de Viagens e Turismo, do Fórum Econômico Mundial, que avalia a competitividade para o desenvolvimento do segmento, o país ocupa o 45º lugar no ranking mundial e o 5º no ranking das Américas. Entre os pontos fortes para o desenvolvimento turístico do país estão os recursos naturais (2º lugar) e culturais (14º). Os pontos fracos mencionados no relatório são segurança (130º lugar), qualidade das estradas (123º) e rede de transportes (110º)³.

Devido a sua importância, o turismo é incrementado em várias partes do mundo através de políticas públicas voltadas para o seu planejamento, estruturação, divulgação e comercialização.

² No ano de 2005 a receita foi de 3,9 milhões de dólares. Fonte: Ministério do Turismo, sítio eletrônico <<http://www.braziltour.com>>, consultado em 2009.

³ Reportagem “Brasil é 13º em turismo” publicada no jornal O GLOBO em 14 de março de 2009.

Mas, historicamente, o turismo requer do seu usuário motivação, tempo e verba. Estas são condições essenciais para que um ecoturista visite uma Unidade de Conservação como o Parque Estadual do Desengano.

2.2 – Origem, princípios e conceitos norteadores

Segundo Dias (2003 p.106), a origem do vocábulo ecoturismo é imprecisa, havendo vários termos e expressões afins consideradas equivocadamente como sinônimos e, embora estes termos compartilhem alguns conceitos gerais, não significam exatamente sinônimos de ecoturismo.

Realmente, ao analisar a bibliografia sobre o ecoturismo constata-se uma falta de consenso sobre sua conceituação, sendo este confundido, em várias partes do mundo, com outros tipos de turismo como o turismo de aventura, turismo sustentável, turismo rural, turismo responsável, turismo alternativo e turismo cultural, entre outras terminologias.

Mas efetivamente a noção de ecoturismo se desenvolveu no seio do movimento ambientalista, entre 1970 e 1980. A crescente preocupação ambiental da sociedade contemporânea juntamente com o descontentamento pelo modelo de turismo de massa levou a uma demanda por experiências baseadas no contato com a natureza. Ao mesmo tempo, países menos desenvolvidos começaram a perceber que o turismo baseado na natureza oferecia ganhos em moeda estrangeira e promovia um uso menos destrutivo dos recursos naturais do que a agricultura e a mineração (HONEY, 1999 *apud* BLAMEY, 2001 p.5). Em meados de 1980, vários países identificaram o turismo baseado na natureza como um meio de unir conservação ambiental com metas de desenvolvimento econômico.

A maioria dos autores concorda que a primeira definição formal de ecoturismo coube ao ambientalista mexicano Héctor Ceballos-Lascuráin em 1983, numa apresentação realizada para a ONG ambientalista mexicana *Pronatura* e depois popularizada no livro *Ecotourism: the potential and pitfalls* (BOO, 1990 *apud* DIAS e IRVING, 2003 p.109). Sua definição afirma que:

“O ecoturismo é aquela modalidade do turismo que consiste em viajar a áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o objetivo específico de admirar, desfrutar e estudar a paisagem, sua flora e sua fauna silvestre, assim como as manifestações culturais (tanto as presentes como as passadas) que ali se possa encontrar”.

Uma década depois, em 1993, Ceballos-Lascuráin revisou sua definição original e a publicou, no ano de 1996, em seu livro *Tourism, ecotourism and protected areas*, editado pela

ONG ambientalista União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), que a adotou oficialmente com o seguinte texto (DIAS, 2003, p. 110):

“O ecoturismo é aquela modalidade turística ambientalmente responsável que consiste viajar a, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestres) dessas áreas, assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar; através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico das populações locais”.

Outra definição, resultante do Congresso de Ecoturismo em Belize, em 1992, muito utilizada em pesquisa turística, afirma ser o ecoturismo a modalidade de:

“Turismo dedicado ao desfrute da natureza de forma ativa, com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interação e integração das comunidades locais e com um mínimo de impacto para os recursos, sobre a base de apoiar os esforços dedicados à preservação e manejo de áreas naturais onde se desenvolve, ou daquelas prioritárias para a manutenção da biodiversidade (EJZMANN, 2001 apud DIAS, 2003 p.104)”.

Enquanto as definições mais antigas como a de Ceballos-Lascurián e de Belize tendem a enfatizar a experiência baseada na natureza, as mais recentes procuram associar o ecoturismo ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Nessa linha, Western (1995, p.18) define o ecoturismo como aquele capaz de: “provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”.

Alguns elementos podem ser analisados a partir desta última definição. O primeiro se relaciona ao papel do ecoturista como um viajante responsável pelo ambiente e pela sociedade do local visitado. O segundo aponta para a proteção da natureza pela sua venda. O terceiro se relaciona ao apelo estético que influencia na disposição do visitante em conhecer uma área natural. Para Western (1995) se o turismo predatório for praticado em um local recém-descoberto, o cenário natural depredado será a causa do abandono após um tempo, afetando a economia local.

Benni (2006, p.455), na tentativa de reunir as diversas terminologias associadas à prática do turismo, propôs o seguinte conceito para o ecoturismo:

“Denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços naturais delimitados e protegidos pelo estado ou controlados em parceria com associações locais e ONGs. Imagina-se sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, através de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo de gestão responsável”.

O autor acima ressalta a característica do ecoturismo ao ser praticado em uma área protegida, diferenciando-o do turismo ecológico que não tem essa obrigatoriedade.

Nesta categoria de ecoturismo, o mesmo autor inclui sinônimos como bioturismo, ecoaventura, ecocaminhada, turismo suave, turismo natural, turismo de baixo impacto, turismo nativo e turismo ambientalmente favorável.

No Brasil, em 1994, o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu os ministérios relacionados ao turismo e ao meio ambiente, seus órgãos vinculados (IBAMA e EMBRATUR), empresários e consultores, chegou ao seguinte conceito para orientar o ecoturismo no Brasil:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (WESTERN, 1995 p.17)”.

Esta definição oficial mostra outro ponto relevante objetivado pelo ecoturismo que é a formação de uma consciência conservacionista em ambientes naturais, através da interpretação ambiental, que interpreta a interdependência das partes de um ecossistema para o seu perfeito funcionamento. Isto também faz com que o ecoturismo seja considerado uma atividade ambientalmente e culturalmente educativa.

Todas as definições apresentadas tomam a natureza como o alvo da visitação e associam esta prática a um turista responsável com o ambiente natural e a cultura local.

As principais características de práticas ecoturísticas que distinguem o ecoturismo de outros segmentos do turismo são:

- a) Base na natureza;
- b) Responsabilidade do viajante com a cultura das populações locais e a preocupação com o seu desenvolvimento social e econômico;
- c) Sustentabilidade;
- d) Educação e interpretação do ambiente natural e das manifestações culturais associadas.

A primeira e mais óbvia característica é ser baseado na natureza. Mas diversas motivações para o turismo baseado na natureza têm sido sugeridas, como o desejo para um retorno ao contato com a natureza selvagem, o desejo de escapar das pressões da vida cotidiana, a observação da vida selvagem antes de seu desaparecimento e interesses específicos por atividades como caminhadas, observação de aves e canoagem (WHELAN, 1991 *apud* BLAMEY, 1997 p.7).

Porém, há questões acerca do que constitui ou não uma experiência baseada na natureza. Quanto tempo deve ter, por exemplo, uma caminhada para ser considerada um turismo baseado na natureza (o componente de duração)? Andar por florestas regeneradas ou praias de cidades e nadar em lagos ligeiramente poluídos constitui uma experiência baseada na natureza? (BLAMEY, 1997 p.8).

A questão da proximidade também é tema que surge ao se considerar uma experiência de turismo que envolve a natureza. Um turista que sobrevoa a Antártida pode ter tido uma experiência baseada na natureza? O que dizer de um turista que vai ao Nepal, considerado um destino ecoturístico, e resolve não caminhar, permanecendo sentado em um restaurante para apreciar a vista do monte Annapurna?

Ser realizada no interior de uma área protegida legalmente é também uma condição questionável por alguns autores, pois isto não qualifica obrigatoriamente o ecoturismo como baseado na natureza, porque no interior de uma área protegida pode haver lugares muito perturbados pela atividade humana. Além disso, áreas preservadas da interferência humana também são encontradas fora de áreas protegidas. De outra maneira, pode-se argumentar que o ecoturismo deveria acontecer também fora de áreas legalmente protegidas. Áreas desprotegidas constituem a maior extensão de natureza em bom estado de preservação, mas não dispõe da mesma importância com relação às vantagens do desenvolvimento ecoturístico. (BOTTRILL e PEARCE, 1995 *apud* BLAMEY, 1997 p.8).

Certos autores questionam se ambientes com significativas evidências de perturbação humana poderiam ser adequados para o ecoturismo. Por exemplo, se fazendas podem, em alguns casos, servir para o ecoturismo e se áreas de banhado, associadas com canais construídos pelo homem podem servir como locais para o ecoturismo, se agradam esteticamente e servem para observação da vida selvagem. Mesmo que tais áreas não sejam naturais, elas podem ser qualificadas como tais dependendo de como o visitante interpreta as condições de “relativamente não perturbado”. Por outro lado, o ambiente urbano, mesmo que sustentavelmente administrado, é altamente influenciado pelos humanos e geralmente não satisfaz o critério de ecoturismo de ser baseado na natureza (HINCH, 1996 *apud* BLAMEY, 1997 p.8).

Alguns autores discutem que é possível os indivíduos serem ecoturistas em locais não-ecoturísticos. Assim, conceitos operacionais do turismo baseado na natureza e também no ecoturismo exigem aprofundamento em alguma direção e qualquer definição terá um componente arbitrário. (BLAMEY, 1997 p.8).

A segunda característica considerada em vários conceitos é a responsabilidade do viajante com a cultura das populações locais e a preocupação com o seu desenvolvimento social e econômico de forma harmônica com a natureza. Os moradores das regiões visitadas deveriam ser beneficiados com os lucros proporcionados pela conservação ambiental e se transformarem, em tese, protetores do meio que os envolve. O turismo mal estruturado pode gerar impactos sociais que irão acabar ou descaracterizar os modos de uma economia e cultura tradicionais.

A terceira característica presente nos conceitos de ecoturismo apresentados é o compromisso de sustentabilidade que emerge do conceito de desenvolvimento sustentável.

Parece simples imaginarmos que a problemática ambiental sempre foi conectada ao desenvolvimento interpretado como crescimento econômico. Porém, somente em 1983, o Programa Ambiental da ONU (UNEP) decidiu constituir a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), denominada Comissão Brundtland. Tal comissão decidiu encerrar seus trabalhos em 1987 e seu relatório intitulado “Nosso futuro comum” formulou os princípios de desenvolvimento sustentável que em essência é:

“um processo de transformação na qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humana” CMMAD, 1998 p. 49 *apud* BARBIERI, 2005 p.25).

As políticas formuladas com base neste conceito passaram a assimilar a necessidade de mudanças de qualidade do crescimento econômico para torná-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; manter um nível populacional sustentável; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; retomar o crescimento econômico como condição necessária para erradicar a pobreza; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório (CMMAD, 1998 p. 53 *apud* BARBIERI, 2005 p.25).

Baseado no relatório Brundtland foi elaborada e aprovada a Agenda 21 que é um programa global para orientar uma transição para o desenvolvimento sustentável durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. Assim, prefigurou-se um discurso e uma política global que busca diluir as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento.

Conforme Leff (2000 p.265), neste processo a noção de sustentabilidade foi sendo divulgada e vulgarizada, até fazer parte do discurso oficial e da linguagem comum.

Fernandez (2008) tem a mesma opinião, ao afirmar, que **sustentabilidade** tornou-se popular nas últimas décadas, como a panacéia que permite conciliar o desenvolvimento com a necessidade cada vez mais óbvia de não se destruir a própria base de recursos da qual o desenvolvimento depende.

O autor cita que, muitas vezes, o termo não tem sido usado em seu sentido verdadeiro. Quando um empresário diz que sua empresa é sustentável, na maioria das vezes o que ele realmente está dizendo é “estou tendo cuidado com as questões ambientais”. Quando um interlocutor de uma associação extrativista diz que uma atividade é sustentável, de modo geral o que ele realmente está dizendo é que “nossa atividade é menos destrutiva que outros usos da terra que poderiam ser realizados aqui”. As duas afirmações podem até ser verdadeiras, mas não significam que as iniciativas sejam sustentáveis, no sentido de assegurar recursos para as gerações futuras e manter os princípios de justiça social.

Assim, a terminologia sustentabilidade largamente utilizada, inclusive para qualificar o ecoturismo, deve ser empregada com cautela.

No sentido de planejamento turístico, a expressão sustentabilidade é utilizada para diferenciar turismo ecológico de ecoturismo (BARRETO, 1997 *apud* SEABRA, 1999 p.24). O primeiro refere-se a qualquer atividade turística que busca a sustentabilidade das áreas visitadas, não importando se há a predominância dos elementos culturais sobre os naturais, podendo ser em um local urbanizado, ausente de áreas verdes. O segundo, também denominado pela autora de turismo de natureza, necessita ser desenvolvido em uma área com predomínio do elemento natural e buscar sua sustentabilidade. A autora também afirma que para garantir a conservação da natureza é preciso garantir a sustentabilidade da população local, que depende do meio natural, de forma direta ou indireta.

Para Pedrini, o ecoturismo deriva do turismo sustentável, realizado em áreas naturais gerenciadas pelas comunidades locais, proporcionando benefícios para a mesma e para a conservação da biodiversidade ao utilizar os componentes da informação e educação (PEDRINI, 2007 *apud* PINTO *et al*, 2008 p.43).

Finalmente, seguindo o raciocínio de práticas sustentáveis, sendo a natureza conservada o principal atrativo do ecoturismo, a atividade tem como princípios e objetivos a utilização dos recursos naturais conservados, com a produção de mínimo impacto ao meio ambiente natural e cultural e a distinção adequada de resíduos sólidos e líquidos e a utilização de fontes de energia alternativas e renováveis, além de envolver a análise da capacidade de carga das trilhas e controle da visitação (KINKER, 2005 *apud* PINTO *et al.*, 2008 p.43).

A quarta característica das experiências de ecoturismo é a educação e a interpretação do ambiente natural e das manifestações culturais associadas, em contraste com o aprendizado, que é um processo natural, que acontece ao longo da vida. A educação envolve um processo consciente, planejado, seqüencial e sistemático, baseado em objetivos de aprendizagem definidos e usando procedimentos de aprendizagem específicos (KALINOWSKI e WEILER, 1992 *apud* BLAMEY, 1997 p.8). Interpretação é uma atividade educacional que revela significados e relações pelo uso de objetos originais, pela experiência de primeira mão e através de mídias ilustrativas, em vez de simplesmente comunicar uma informação factual (TILDEN, 1977 *apud* BLAMEY, 1997 p.9). Embora o turismo baseado na natureza envolva algum grau de aprendizado é a educação, que inclui a interpretação, que serve como um elemento chave nas experiências de ecoturismo.

Na prática do ecoturismo, a educação pode se expressar de duas formas. A primeira na demanda turística por informações relativas a atrações naturais e culturais de destino, no sentido de uma experiência recreativa satisfatória. A segunda resulta em mudanças para um modo de vida responsável, ao provocar alteração de comportamento do turista que passa a adquirir uma visão crítica sobre os impactos ambientais negativos, decorrentes de seu comportamento. O turista passa a ser assim mais sensível aos problemas ambientais e culturais (BLAMEY, 1997 p.9).

A primeira função da educação ambiental no ecoturismo coincide com o que constitui a motivação primária para empreender a experiência ecoturística: aprender sobre as plantas, animais, paisagens e o que é próprio de uma área. A interpretação pode ser estática, como os passeios auto-guiados, que envolvem placas ou com guias que provêm a informação (BURGESS, 1993 *apud* BLAMEY, 1997 p.9). Em graus variados, os indivíduos podem construir uma experiência educativa para encontrar seus próprios interesses, por exemplo, fazendo perguntas, realizando seus próprios movimentos, cheirando, tendo contato visual com determinadas espécies e aprendendo os seus hábitos.

É importante reconhecer que diferentes turistas terão necessidades diferentes para a cognição na forma da educação formal e da interpretação. Uma caminhada permite o olhar para o ambiente com interesse e curiosidade, contemplando o que se encontra. Em geral, a contemplação envolve aprendizagem. Esta forma de aprender através da experiência no campo é distinta da educação formal em áreas relativas à biologia. Além disso, muitos turistas que trabalham durante o ano, têm como prioridade, nas férias e feriados, a busca pela renovação espiritual e o rejuvenescimento mental (HONEY, 1999 *apud* BLAMEY, 1997 p.9). E como os ecoturistas estão motivados pelo interesse em aprender sobre a natureza, o

ecoturismo pode ser considerado como uma forma de turismo de interesse especial, ou turismo no qual “a motivação do viajante e a decisão de fazer a viagem são primeiramente determinados por um especial interesse em particular” (HALL e WEILER, 1992 p.5 *apud* BLAMEY, 1997 p.9).

Os vários conceitos abordados até o momento com seus questionamentos inspiram a escolha de um conceito de ecoturismo a ser utilizado nesta pesquisa para o caso do Parque Estadual do Desengano.

Neste sentido, o ecoturismo é considerado como um turismo à natureza, cujo objeto principal é o meio natural conservado, de preferência em uma área protegida, sendo um tipo de turismo sustentável, por não agredir o ambiente natural, por respeitar as populações locais que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência e educativo, por explicar através da interpretação, o funcionamento dos componentes dos ecossistemas e por despertar interesse para as questões ambientais.

Não se pode deixar de conhecer os princípios propostos por vários autores e instituições, a seguir:

O primeiro é a Declaração de Quebec, no Canadá, elaborada em 2002, na Cúpula Internacional de Especialistas em Ecoturismo, após discussão de representantes de 132 países (anexo 1). Segundo seu texto, o ecoturismo tem alguns compromissos essenciais:

- Incorporar os princípios do turismo sustentável;
- Contribuir com a conservação do patrimônio natural e cultural;
- Incluir as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento, exploração e contribuir ao seu bem-estar;
- Interpretar o patrimônio natural e cultural do destino para os visitantes;

Três princípios para o ecoturismo podem assim ser obtidos nas recomendações da Declaração de Quebec aos governos nacionais, regionais e locais:

- 1º – Garantir a proteção da natureza e das culturas locais;
- 2º – Incluir as comunidades locais no planejamento e execução da atividade;
- 3º – Compatibilizar a atividade com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Outros nove princípios gerais sobre ecoturismo apresentados a seguir (Quadro 1) foram elaborados pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (*The International Ecotourism Society* - TIES) para orientar ONGs, os setores público e privado, e comunidades locais, com o objetivo de formar parâmetros na elaboração de diretrizes que atendam às realidades locais e regiões.

Quadro 1 - Princípios do ecoturismo segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo

- 1°- Minimizar os impactos negativos sobre a natureza e a cultura que possam causar danos ao destino turístico;
- 2°- Educar o viajante sobre a importância da conservação;
- 3°- Acentuar a importância do negócio responsável, que trabalha de forma cooperativa com o povo e as autoridades locais para atender a suas necessidades e usufruir os benefícios da conservação;
- 4°- Direcionar rendimentos para conservação e gerenciamento das áreas naturais protegidas;
- 5°- Enfatizar a necessidade de zoneamento turístico regional para os planos de gerenciamento de visitantes designados para essas regiões ou áreas naturais que foram escolhidas para serem ecodestinos;
- 6°- Enfatizar a necessidade da utilização de estudos de base ambiental e social, bem como os programas de monitoramento a longo prazo, para avaliar e minimizar os impactos;
- 7°- Empenhar-se em maximizar os benefícios econômicos para a população anfitriã, os negócios e a comunidade local, particularmente as pessoas que vivem ao lado das áreas naturais e protegidas;
- 8°- Procurar assegurar-se de que o desenvolvimento turístico não exceda os limites aceitáveis de mudança social e ambiental determinados pelos pesquisadores em cooperação com os residentes locais;
- 9°- Utilizar infraestrutura que foi desenvolvida em harmonia com o meio ambiente, minimizando o uso de combustível fóssil, conservando as plantas e a vida selvagem local e se misturando com o meio ambiente natural e cultural.

Fonte: *The International Ecotourism Society* (WOOD, 2002, p.14 *apud* DIAS, 2003 p.111)

2.3 – Alternativas de atividades em ecoturismo

Duas alternativas principais orientam e desenvolvimento do ecoturismo: observação e contemplação. Segundo o documento “Ecoturismo: orientações básicas” (2008, p.21), do Ministério do Turismo, o ecoturismo deve envolver:

- a) Aspectos construtivos das instalações em relação ao porte, ao estilo arquitetônico e aos materiais utilizados, técnicas e procedimentos adotados;
- b) Meios e vias de transporte de baixa potencialidade de degradação e poluição e adequados ao ambiente;
- c) Serviços e produtos harmonizados aos princípios da qualidade, da sustentabilidade e da cultura local”.

Sem desviar de seus compromissos conservacionistas, o ecoturismo pode ser realizado em conjunto com outros segmentos do turismo como o de aventura, precisando estar, no

entanto, de acordo com as normas e certificações de qualidade e segurança, que seguem padrões internacionais.⁴

É importante também mencionar que qualquer atividade turística na natureza, por mais cuidadosa que seja, acabará causando um impacto, mesmo que este seja mínimo, sendo muitas vezes imperceptível ao turista. Ciente da necessidade de minimizar os impactos do ecoturismo, o Centro Excursionista Universitário⁵ (CEU), criou um conjunto de oito princípios e práticas para o mínimo impacto, adequado à realidade brasileira, com o objetivo de orientar o uso público em áreas naturais e em Unidades de Conservação, como os Parques Nacionais⁶. O material é fruto de um levantamento abrangente sobre códigos de conduta para atividades em ambientes naturais, bastante conhecidos nos países onde há intensa atividade ecoturística e se pratica intensamente o excursionismo, em modalidades como o *treking*, a escalada, a exploração de cavernas e outras atividades de lazer ao ar livre. O objetivo, neste caso, é sensibilizar os ecoturistas para a conservação dos ambientes naturais e do patrimônio cultural. As principais referências utilizadas neste levantamento foram as publicações da norte-americana *Leave no Trace*, o material do *New Zeland Mountain Safety Council* e o folheto "Conduta Consciente em Ambientes Naturais", organizado e editado pelo Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. Os princípios mencionados são os seguintes:

- 1 - Planejamento é fundamental;
- 2 - Cuide dos locais de sua aventura;
- 3 - Deixe cada coisa em seu lugar;
- 4 - Respeite os animais e as plantas;
- 5 - Você é responsável por sua segurança;
- 6 - Traga seu lixo de volta;
- 7 - Evite fazer fogueiras;
- 8 - Seja cortês com os outros visitantes e com a população local.

No caso da observação, esta consiste na apreciação detalhada da fauna, flora e formações geomorfológicas⁷, com o apoio de guias e condutores especializados para a interpretação ambiental, além de equipamentos e vestuário apropriado. Em relação à fauna, a

⁴ Atualmente existem 57 normas técnicas para o setor turístico, 18 das quais criadas com apoio do Ministério do Turismo, sendo que 15 delas são destinadas à modalidade de turismo de aventura. O Comitê Brasileiro de Turismo (o ABNT/CB-54, criado há seis anos) responde pela elaboração das normas do setor, as quais se tornaram forte referencial porque tiveram a participação da sociedade em todas as etapas de elaboração. A consulta às normas pode ser feita acessando os sites do Ministério do Turismo (www.turismo.gov.br) e da ABNT (www.abnt.org.br).

⁵ O Centro Excursionista Universitário é uma associação sem fins lucrativos fundada em 1970 na Universidade de São Paulo. Seus associados praticam atividades esportivas e de lazer na natureza. O clube também realiza ações de preservação e educação ambiental. É também responsável pelo projeto "Pega Leve!".

⁶ As informações detalhadas sobre os princípios estão no site www.pegaleve.org.br

⁷ A geomorfologia estuda a forma dos relevos terrestres.

observação envolve identificar e conhecer as características físicas, comportamentais e ecológicas (ex: habitat e nicho ecológico) das espécies. No tocante à flora são observadas, identificadas e conhecidas as características físicas e ecológicas (ex: habitat e relação com a fauna), importâncias econômica, medicinal e ornamental. Sobre as formações geomorfológicas discute-se a origem, idade e transformações dos modelados terrestres.

Uma das formas de observação que mais ganhou adeptos nos últimos anos no Brasil foi a de aves ou *birdwatching*. No exterior, no entanto, esta atividade é muito praticada, principalmente na Europa, Estados Unidos, Japão e Austrália.

Estima-se que haja aproximadamente oitenta milhões de pessoas em todo o mundo dedicadas a observar aves. Trata-se de um mercado lucrativo em expansão, que movimenta grandes cifras com a venda de pacotes de viagem, binóculos, lunetas, guias de campo, máquinas fotográficas, gravadores, vestuário e outros equipamentos para a prática.

A atividade teve início no século XVIII com a aristocracia inglesa que costumava passear pelas suas propriedades para admirar aves e ganhou impulso no final daquele século, com a publicação de um livro sobre as aves locais. Já em 1800, os norte-americanos também costumavam se reunir em clubes para observar aves.

Em geral, há dois tipos de observadores de aves. O primeiro é o dos caseiros que gostam de observar as aves das janelas de suas casas e de seus jardins, pousadas nos bebedouros, comedouros instalados e árvores frutíferas. O segundo que interessa ao ecoturismo é o dos que viajam constantemente e se equipam muito bem para a prática. Esta última categoria pode caminhar nas florestas ou por banhados durante horas em países longínquos para apreciar de perto os animais na natureza.

Calcula-se que milhões de pessoas viajem pelo mundo, principalmente para países tropicais, para observar as aves em seus ambientes naturais. Para estas pessoas, o que importa é ver e anotar o maior número de espécies de aves em suas cadernetas de campo, e se possível, gravar as vocalizações delas e descrever suas características físicas e comportamentais.

No caso brasileiro, a riqueza de avifauna é extremamente elevada. Segundo o boletim, de 2008, do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO), o Brasil possui 1.822 espécies identificadas de aves, sendo o segundo do mundo em biodiversidade, apenas subsequente a Colômbia. Este total equivale a um quinto de aproximadamente 9.700 espécies registradas no mundo.

Paraíso dos observadores de aves, o país conta com diversos ecossistemas ricos em espécies como a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e o Cerrado. Os dois destinos

brasileiros conhecidos internacionalmente pelos observadores de aves são o Pantanal Mato-Grossense e a Amazônia, e neles já foram catalogadas, respectivamente, 650 e 700 espécies.

No entanto, devido ao limitado interesse pela atividade no país, somente nos últimos dez anos é que começaram a surgir livros para a identificação de espécies (guias de campo) e foram realizadas reuniões nacionais, com maior frequência, com este objetivo.

No Estado do Rio de Janeiro, o Parque Nacional de Itatiaia, pela sua riqueza avifaunística, facilidade de acesso e estrutura é o que mais recebe turistas para a atividade.

O Parque Estadual do Desengano, por possuir uma considerável extensão de vegetação de Mata Atlântica preservada abriga grande número de espécies de aves, possuindo um grande potencial para a observação de aves, mas esta atividade é ainda incipiente.

Outra motivação para a observação são os mamíferos. Grandes mamíferos terrestres como antas, veados, capivaras, porcos-do-mato, lobos-guarás e tamanduás-bandeira atraem ecoturistas, principalmente na região do Pantanal de Mato-Grosso e nos parques com a vegetação de Cerrado, que é de baixo e médio, porte facilitando a visualização.

No Estado do Rio de Janeiro o ecossistema de Mata Atlântica, por apresentar espécies vegetais de porte elevado e adensadas, dificulta a observação de grandes mamíferos, mas os melhores para observação são os mamíferos arborícolas como os primatas de pequeno e médio porte.

Há excursões organizadas pela Associação Mico-Leão-Dourado (AMLD) para observação de grupos de Mico-Leão-Dourado (*Leontopithecus rosalia*) nos municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu no Rio de Janeiro, em RPPNs próximas a Reserva Biológica de Poço das Antas.

Entre as espécies de primatas que habitam o Parque do Desengano destaca-se o Mono-Carvoeiro ou Muriqui (*Brachyteles arachnoides*), maior primata das Américas e maior mamífero endêmico do Brasil chegando a mais de 15 quilos. A observação deste raro animal, de forma controlada com a presença de um guia, a exemplo do que ocorre com o Mico-Leão-Dourado, poderia se constituir em importante e diferencial alternativa no Parque.

A observação de insetos, principalmente de borboletas, representa outra atividade que poderia ser incrementada no Parque do Desengano, devido a seu enorme potencial entomológico. Mais de 800.000 espécies já foram descritas no planeta pela ciência, mais do que todos os outros grupos de animais juntos⁸.

⁸ Os insetos representam 80% das espécies descritas de seres vivos. Fonte: Wikipédia. Somente dos grupo *Coleoptera* (besouros) e *Lepidoptera* (borboletas e mariposas) são respectivamente 350 mil e 170 mil espécies. Observar borboletas, besouros, libélulas e outros insetos é atividade comum nos Estados Unidos, mas rara no Brasil, por carência de guias e bibliografias especializadas. No Brasil, o

As florestas do Parque do Desengano e seus cursos d'água abrigam ainda várias espécies de anfíbios e répteis, revelando o potencial para a observação destes dois grupos de animais. Sapos, rãs e pererecas podem ser observados em locais úmidos como florestas ou beira de corpos de água como poças, córregos, rios e lagos. A vocalização do macho ajuda na identificação. No entanto esta identificação é uma atividade de turismo pouco comum no Brasil, apesar de o país ser o primeiro do mundo em número de espécies. Répteis como cobras, lagartos, cágados e jacarés são mais observados principalmente pela sua abundância nas regiões do Pantanal Mato-Grossense e da Amazônia. Na Mata Atlântica pelo adensamento da vegetação são mais difíceis de serem observados.

Complementando este potencial de observação no ecoturismo, a segunda alternativa é a contemplação referente a uma apreciação não minuciosa da fauna, flora e paisagens naturais. As Unidades de Conservação em geral, como os parques nacionais e estaduais, muitos deles com trilhas, cachoeiras, formosas paisagens, ecossistemas diversos e conservados, são ideais para a contemplação, que pode ser dividida em atividades com base em caminhada, safári fotográfico e trilha interpretativa.

A caminhada permite observar a natureza e desfrutar das paisagens com a probabilidade de interpretação. Esta pode ser classificada em leve, média ou pesada, de acordo com a duração e o grau de dificuldade do percurso. A atividade amadora de caminhada no Brasil está organizada por federações, como a Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), fundada em 2000, que congrega 11 entidades (associações, grupos, centros e clubes de montanhismo) que, reunidas, formam a Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada (CBME).

No entanto, os caminhantes em uma UC devem seguir a legislação ambiental vigente e o padrão de conduta ambiental determinado por ela. Por exemplo, temos o Parque Nacional da Tijuca no Rio de Janeiro, que criou normas de comportamento para os participantes de caminhadas:

- “1- Utilizar os banheiros do Parque;
- 2- Caminhar em fila indiana;
- 3- Não coletar, retirar, ou causar qualquer tipo de dano à flora;
- 4- Não coletar, perseguir, alimentar ou causar qualquer tipo de dano à fauna;
- 5- Não retirar minerais ou matéria orgânica das trilhas;
- 6- Andar sempre nos limites da trilha, não fazendo ou utilizando atalhos;

- 7- Fazer paradas para descanso nos pontos apropriados, combinados com o guia ou condutor;
- 8- Não utilizar equipamento sonoro em volume alto;
- 9- Recolher o lixo produzido e o encontrado na trilha (incluindo casca ou sementes de frutas) e depositá-lo nos contentores de coleta seletiva, ao término da caminhada;
- 10- Não fazer fogueiras ou jogar guimbas de cigarro no chão;
- 11- Não danificar equipamentos de sinalização ou de manutenção das trilhas;
- 12- Não tomar banho nos rios ou cachoeiras da Floresta da Tijuca”.

Outra forma de contemplação é o safári fotográfico que é o ato de ir visitar uma área natural e a realização de registros fotográficos de cenários, fauna e flora. A fotografia, ao cristalizar o instante observado, serve também de recordação dos momentos da viagem. Neste sentido, o advento das máquinas fotográficas digitais e o seu barateamento, com o lançamento todos os anos de diversos modelos com novas tecnologias e muitos recursos técnicos, aumentou significativamente o número de fotógrafos amadores que procuram a natureza, principalmente em áreas conservadas ou preservadas. Outro fator que ajudou a aumentar o número de fotógrafos nestas áreas são os programas de computador que melhoram a qualidade das fotos, facilitam seu envio por correio eletrônico e servem de álbuns digitais, tornando fácil a armazenagem de milhares delas, o que antes ocupava muito espaço com os álbuns de papel. Os roteiros para fotografar paisagens, plantas e animais podem ser realizados a pé ou em veículos terrestres. Alguns viajantes gostam também de filmar o que vêem, utilizando equipamentos específicos (filmadoras) ou mistos (máquinas fotográficas digitais que também filmam).

As belas paisagens do PED são um importante chamariz para os admiradores da fotografia de natureza.

A terceira forma de contemplação são as trilhas interpretativas. Uma trilha é uma via, caminho ou passagem por um espaço natural, cultural ou histórico.

As trilhas em ambientes naturais têm sido procuradas por pessoas que desejam caminhar, passear e escalar, buscando se aproximar da natureza e se afastar do ruído, aglomerações e agitação dos centros urbanos. As Unidades de Conservação que permitem a visitação propiciam o encontro com a meio natural e a realização de trilhas interpretativas.

Vasconcellos (2006 p.46) relata impressões que se pode ter ao percorrer uma trilha, com base na perspectiva de diversos autores:

“Procurar a natureza para lazer, descanso e relaxamento não deve servir para que esqueçamos o humano que marca nosso cotidiano, mas sim para refletirmos sobre ele. Deve nos ajudar a (re) conhecer e a (re) constituir uma relação com a natureza e com os outros seres da nossa espécie. (ao que se poderia acrescentar: com os seres de todas as espécies e com nós mesmo (SERRANO 2000).

A experiência de atravessar uma floresta, chegar em um campo luminoso, aproximar-se de uma cachoeira e sentir o ímpeto das águas, pode ser uma experiência tão densa de significado que não requeira mais nada, além da admiração, do silêncio ou da poesia (MINISTÉRIO DA COLÔMBIA, 1989).

Uma trilha interpretativa é sempre puro encantamento: uma lição de sabedoria, se assim explorada, onde ao mesmo tempo em que novos aspectos ou detalhes da paisagem externa são descobertos, revelações relacionadas às paisagens internas- interpretação de imagens e cenários, sentimentos e emoções, criam perplexidade (LIMA, 1998).

Do convívio entre o visitante e a natureza, através de um processo educativo consciente, pode emergir um sentimento único, que se impõe por muito tempo: a compreensão de que a terra é o planeta do qual fazemos parte, de que ela não é um ser estranho e distante, mas é nossa casa, é o lugar em que vivemos e convivemos” (GUTIÉRREZ e PRADO, 1999).

As trilhas interpretativas correspondem a um conjunto de caminhos em que os recursos naturais (clima, fauna, flora e relevo), históricos ou culturais e os fatos observados (cultura, história, interações, particularidades, detalhes e leis da natureza) são traduzidos ou interpretados para o visitante, através de guias ou condutores capacitados, placas ou folhetos explicativos.

Estas trilhas apresentam funções educativa, perceptiva, sensibilizadora e, nas UCs, devem ser planejadas conforme os objetivos de visitação do Plano de Manejo. Podem se basear em temas como recursos hídricos, florestas ou um grupo faunístico como as aves.

Em geral, as trilhas interpretativas podem se classificadas em⁹:

- a) Guiada, que requer um guia treinado que acompanha o visitante na caminhada e o motiva a observar, sentir, refletir e descobrir os fatos ao seu redor.
- b) Autoguiada, na qual, sem o acompanhamento de um guia, o visitante explora o percurso que tem pontos de parada determinados e com placas, painéis ou cartazes informativos. Podem ser utilizadas mensagens em painéis

⁹ No entanto, não existe uma classificação universal sobre os tipos de caminhada em trilha, sendo que cada região ou país pode adotar uma diferente. Nos Estados Unidos a trilha de caminhada fácil, quase sem inclinação é denominada *hiking* enquanto o *trekking* é uma trilha com uma caminhada que tem duração de mais de um dia, exigindo pernoite, com grau de dificuldade variado. No Brasil as classificações das trilhas não estão padronizadas, havendo diferenças entre as adotadas pelos estudiosos do tema, pelas agências de ecoturismo e pelas entidades de excursionismo (clubes, grupos e associações).

interpretativos postos em pontos estratégicos ou folhetos explicativos levados pelo visitante, que se referem às paradas.

Além da parte informativa e da sinalização, o planejamento de uma trilha interpretativa envolve, quando necessário, em certos trechos, a construção de mirantes, corrimões, pontes, escadas e valas de drenagem.

Soares,¹⁰ em seu artigo, cita que Menezes (1998), que classifica as trilhas segundo o grau de orientação (fácil, médio, difícil, muito difícil), o preparo físico (fácil, exige preparo físico, cansativa, extenuante) e o nível de dificuldade (técnica simples, com subidas e descidas, necessidade de usar as mãos em trechos perigosos ou expostos à altura, trechos muitos expostos, perigosos, bastante técnicos, onde é indispensável o uso de cordas). Esta conjugação de fatores vai exigir da pessoa, menor ou maior experiência e a necessidade ou não de um guia.

Conforme Andrade,¹¹ as trilhas devem ser classificadas levando-se em consideração a função (curta distância ou de interpretação e as de longa distância), a forma (circular, oito, linear e atalho) e o grau de dificuldade [se refere ao nível técnico-fácil (com obstáculos naturais e exige habilidades específicas) e a intensidade (leve, regular e semi-pesada)]. Ele considera este tipo de classificação subjetivo, pois o grau de dificuldade varia individualmente, dependendo basicamente do condicionamento físico e do peso carregado na mochila.

As entidades de excursionismo categorizam as caminhadas nas trilhas segundo um misto entre características do relevo, distância do percurso, sinalização, necessidade ou não de acampar e tempo de duração. Estas categorias são subjetivas e variam na interpretação entre as diferentes entidades¹².

¹⁰ Márcia Soares em seu texto “Tipos de caminhadas em trilha” no site www.trilhaerumos.com.br de uma empresa de comércio de material de montanhismo.

¹¹ Waldir Joel de Andrade em seu texto “Manejo de trilhas”, encontrado no site www.femesp.org da Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo.

¹² Segundo Márcia Soares em seu texto “Tipos de caminhadas em trilha”, no site www.trilhaerumos.com.br, as caminhadas podem ser classificadas em a) Leve – Pode ser realizada sem preparo físico específico por ser uma caminhada simples, ter sinalização e duração de poucas horas; b) Média – Exige alguma prática e preparo físico, pois a atividade terá algumas horas de duração (entre 5 e 8 horas, aproximadamente), em terreno que deve ter alguma inclinação; c) Semi-pesada – Deve levar pelo menos um dia inteiro de duração, em terreno acidentado e íngreme (subidas e descidas íngremes); d) Pesada – Deve ter um dia ou mais de duração, em terreno bastante íngreme. Como exemplos de possibilidades, temos uma caminhada que pode ser pesada mesmo sendo feita em apenas um dia e outra que pode ser leve, sendo feita em vários dias de curta duração e em terrenos planos.

2.5 - Ecoturismo no Brasil: histórico e contexto

O Brasil representa um país de grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, no cenário global devido a sua extensão continental, patrimônio cultural rico, variedade de ecossistemas e elevada diversidade biológica. Segundo dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade¹³, no final de dezembro de 2008, o país possuía 300 Unidades de Conservação (UCs) federais, sendo 63 Parques Nacionais, situados em diferentes ecossistemas.

Neste contexto, os parques nacionais constituem importantes áreas para a prática do ecoturismo.

Assim, conhecer o histórico do desenvolvimento do ecoturismo no país contribui para compreender a atual situação da atividade no Estado do Rio de Janeiro onde está situado o Parque Estadual do Desengano.

No país, nos anos 70, foi iniciado oficialmente o turismo em áreas naturais com a Lei nº 6.513/1977 - Lei de Criação das Áreas de Interesse Turístico – que mencionava as áreas de proteção de recursos naturais renováveis, paisagens notáveis e as localidades como propícias ao lazer. Mas o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), principal órgão ambiental a época, precisava ser consultado a respeito porque nestas áreas o turismo precisaria seguir o Plano de Manejo dos parques e reservas (DIAS, 2003 p. 122).

Também na mesma época surgiram na Amazônia os primeiros empreendimentos ecoturísticos, realizados por estrangeiros residentes no Brasil, e este aconteceria em menor escala no final da década de 70 para o município do Rio de Janeiro e o Pantanal Matogrossense (PIRES, 1997 *apud* SEABRA, 1999 p. 31).

A primeira iniciativa do governo federal para ordenar a atividade turística em áreas naturais aconteceu em 1987, quando foi criada a Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), para acompanhar e avaliar o Projeto de Turismo Ecológico, iniciado em 1985 (SEABRA, 2001 *apud* DIAS, 2003 p. 122). Segundo Basso (2007 p. 4), entre os conjuntos de ações desenvolvidas neste projeto, merecem destaque:

“constituição de comissões técnicas estaduais em 12 Unidades Federadas; levantamento de 525 atrativos naturais brasileiros; definição de critérios para a preparação de roteiros ecológicos e a conseqüente homologação de 186 roteiros preparados por operadores; identificação das atividades e formas de utilização racional dos recursos naturais para fins de turismo; definição do conteúdo mínimo

¹³ Dados disponíveis em <http://www.icmbio.gov.br> Acesso em julho de 2009.

necessário para preparação de guias nos roteiros ecológicos; realização de cursos de capacitação de guias especializados no Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais; cadastramento de 294 guias especializados em ecoturismo; e elaboração de campanha publicitária com patrocínio da iniciativa privada e governo federal”.

Em 1991, a EMBRATUR lança iniciativas de promoção do Ecoturismo, com destaque ao Manual Operacional do Ecoturismo, tendo como lema “Conhecer para Respeitar”, este documento apresentava os fundamentos norteadores do Ecoturismo, um levantamento das Unidades de Conservação (UCs) brasileiras e seus ecossistemas, a competência dos órgãos e empresas envolvidas com o desenvolvimento do segmento, o processo de desenvolvimento do produto e, por fim, uma listagem dos principais atrativos ecológicos brasileiros agrupados por estado.

No mesmo ano, a então Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA), em parceria com diversas ONGs, realizou o I Curso Básico de Condutor de Visitantes, sendo esta a primeira iniciativa em capacitação para recursos humanos em Ecoturismo.

Durante a Conferência Mundial do Meio Ambiente, a Rio-92, a EMBRATUR e a Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), desenvolveram o primeiro portfólio oficial de produtos brasileiros relacionados ao ecoturismo brasileiro, com a finalidade de atender aos visitantes estrangeiros, que contava, à época, com 25 operadoras e 69 produtos nos principais ecossistemas brasileiros.

A procura pelo ecoturismo continuou crescendo nos anos seguintes e o governo federal, iniciou em 1994, a criação de uma política pública para o setor quando formou um grupo de trabalho interministerial composto pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, IBAMA, EMBRATUR, outros representantes do poder público, setor privado, terceiro setor, e promoveu a realização de uma oficina na cidade de Goiás Velho (GO) para identificar as questões orientadoras do segmento no Brasil (DIAS, 2003 p. 123). O resultado foi o documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, publicado em 1995, que trouxe as definições norteadoras para a atividade, seus objetivos, suas premissas e propôs ações estratégicas para seu desenvolvimento (BASSO, 2007 p. 6). Importante frisar que foi expressa, pela primeira vez em um documento oficial sobre ecoturismo, a preocupação com as culturas locais.

Também no ano de 1994 foi realizado o projeto Oficinas de Capacitação em Ecoturismo (OCE), através da parceria entre organizações não-governamentais (ONGs), órgãos públicos e consultores especializados, visando definir os principais critérios a serem

adotados pelo ecoturismo e buscar. Além disso, as oficinas procuraram solucionar os três principais problemas deste setor emergente:

- a) carência de capacitação dos profissionais interessados nesse novo segmento;
- b) fragilidade do poder público em planejar e normatizar o setor;
- c) inabilidade das ONGs em utilizar essa tendência para apoiar e estimular a conservação (DIAS, 2003 p.125).

No ano de 1995, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a responsabilidade de estruturar o segmento na Amazônia Legal, lançou o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) baseado em estratégias para o desenvolvimento de pólos ecoturísticos em áreas de maior viabilidade. Financiado pelo Governo Brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), este programa teve como executor a Secretaria de Coordenação da Amazônia do MMA, em parceria com o IBAMA e os nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso). O Programa tem como objetivo estabelecer uma estrutura governamental compatível com o desenvolvimento do ecoturismo no país e implementar os requisitos necessários e investimentos públicos, de forma que os estados contemplados possam gerenciar seus destinos ecoturísticos.. Um de seus produtos foi o “Manual Indígena de Ecoturismo”.

No mesmo ano, a EMBRATUR lançou o Programa Pólos de Ecoturismo, que teve entre suas ações o levantamento do potencial da atividade ecoturística no país e a sensibilização para o ecoturismo em diversas regiões, municípios e comunidades do país. O programa definiu 96 pólos, sendo oito no Estado de São Paulo (a maior concentração) seguido do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, com sete cada (DIAS, 2003 p.125).

Os dois programas (Pólos de Ecoturismo e PROECOTUR) continuaram sendo executados, de maneira independente, até a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, que fortaleceu a relação entre este e do Meio Ambiente, por meio da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica em 2004. Segundo Basso (2007 p. 6), o resultado deste Acordo foi a elaboração de uma Agenda Ambiental para o Turismo (TAL Ambiental), um Plano de Ação Conjunta e a transferência do PROECOTUR para o MTur.

Paiva (2001 p. 5) ainda cita a existência de outros projetos de ecoturismo, com apoio governamental:

- Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira, implementado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo;

- Pólo Ecoturístico do Sertão Central do Ceará, implementado pela Secretaria de Turismo do Ceará;
- Projeto de capacitação de técnicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, executado pela Fundação Museu do Homem Americano;
- Pólo Ecoturístico do Lagamar, implementado pela Fundação S.O.S. –Mata Atlântica.

No ano de 2004 foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT) com o objetivo de alcançar algumas metas do Plano Nacional de Turismo de 2003 a 2007, que tem como um dos seus macro-programas a estruturação e diversificação da oferta turística. Assim, buscou-se organizar o turismo através de uma política de desenvolvimento regional, baseada na noção de território e sua relação com os arranjos produtivos locais. O PRT foi realizado com o trabalho integrado dos órgãos governamentais nos níveis federal, estadual e municipal, da iniciativa privada, ONGs, entidades representativas e demais componentes da cadeia produtiva do turismo. O Programa, até 2006, já havia definido 396 roteiros turísticos, envolvendo 1.027 municípios e 149 regiões turísticas. Deste total de roteiros, 157 foram classificados pelos estados como ecoturísticos, tendo sido apresentados no Salão Brasil de Turismo de 2006. Estes roteiros foram desenvolvidos em todos os estados e procuraram qualidade e competitividade. Pelo fato de buscar o desenvolvimento regional, o Programa inseriu os Pólos de Ecoturismo de forma indireta, bem como os atores sensibilizados durante as oficinas e reuniões do período de 1999 a 2003 (SILVEIRA, *et al.*, 2006 *apud* BASSO, 2007). Mas alguns estados mantiveram a escolha pelos pólos definidos no Programa Pólos de Ecoturismo como regiões turísticas do PRT, enquanto outros estabeleceram novas áreas, ou fragmentaram um pólo criando mais de uma região.

O grande número de roteiros levou o governo federal a priorizar alguns deles e uma das metas do atual Plano Nacional de Turismo que passou a vigorar em 2007 e vai até 2010 é estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

Em 2006, nos meses de setembro a novembro, houve a realização das Jornadas Técnicas de Segmentação em Ecoturismo em todas as capitais brasileiras, abordando o ecoturismo em parte delas. O objetivo desta iniciativa foi ampliar o entendimento sobre os segmentos que estão sendo desenvolvidos pelo Ministério do Turismo, bem como capacitar agentes locais a multiplicar o entendimento sobre cada um dos segmentos (BASSO, 2007 p.4).

No mesmo ano, o Ministério do Turismo reiterou o conceito oficial do ecoturismo, estabelecido em 1994, mantido até os dias atuais como conceito norteador em políticas públicas:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações” (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006 p. 9 *apud* BASSO, p.9).

Ainda em 2006 o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de organizar a visitação e, por consequência, o ecoturismo nas UCs, publicou o documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” que foi novamente reeditado em 2008. Este texto apresenta definições de vários termos relacionados à visitação como o visitante que “é a pessoa que visita a área de uma Unidade de Conservação de acordo com os propósitos e objetivos de cada área e que pode ter várias motivações: lazer, conhecimento, recreação, contemplação, entre outras”. Estas diretrizes procuram ainda orientar as ações de planejamento, gestão e implementação da visitação em Unidades de Conservação, sendo estas divididas em: a) gerais; b) para a interpretação ambiental; c) para a participação das comunidades locais e populações tradicionais na gestão da visitação da UC; d) para integrar a visitação ao desenvolvimento local e regional; e) para atividades realizadas por portadores de necessidades especiais; f) para prestação de serviços de apoio a visitação; g) para a condução de visitantes; h) para a segurança durante a visitação e para atividades específicas a exemplo da caminhada, mergulho, montanhismo e escalada.

Em 2007, o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), foi inserido nos Programas de Estruturação do Ministério do Turismo (PRODETUR) com o intuito de se viabilizar o turismo na Amazônia Legal, independentemente do segmento de ecoturismo.

No ano de 2008 o Ministério do Turismo lançou o documento “Ecoturismo: orientações básicas” para o desenvolvimento de segmentos turísticos, a partir da noção de território, que fundamenta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com o intuito de oferecer subsídios a gestores públicos e privados, na perspectiva da diversificação e caracterização da oferta turística brasileira. O trabalho com o objetivo de aumentar a oferta turística brasileira aborda desde aspectos conceituais e legais, abordando o perfil do turista, a identificação de agentes e parceiros, até as peculiaridades relativas à promoção e comercialização. Novamente é utilizado o conceito de ecoturismo elaborado em 1994 e dito que sua base está assentada no tripé interpretação, conservação e sustentabilidade.

O governo federal, no mesmo ano de 2008 lançou o Programa de Turismo nos Parques, cujo objetivo é estruturar e promover turismo nos parques nacionais; unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).¹⁴ Tal programa parte do princípio de que os parques nacionais são fundamentais e estratégicos para o desenvolvimento do ecoturismo no país.

Esta iniciativa foi baseada no Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais, elaborado em 2006 pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), formado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, ICMBio e EMBRATUR.

Para esta iniciativa foram escolhidos 25 parques, cujas estruturas, municípios e regiões envolvidas estão em distintos estágios de implantação e desenvolvimento do turismo. Para a primeira fase do programa, quando se espera que a implementação das ações possam alcançar resultados no período de 2008 a 2010, serão destinados R\$ 28.179.000,00 para seis parques selecionados: Aparados da Serra (SC/RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Serra dos Órgãos (RJ), Jaú (AM) e Serra da Capivara (PI).

Os Parques Nacionais da Tijuca (RJ), Iguaçu (PR), Marinho de Fernando de Noronha (PE) e Marinho de Abrolhos (BA), que têm expressiva atividade turística, também contarão com investimentos consolidados em parceria com a iniciativa privada através de editais para concessão de serviços de apoio ao turismo.

O Ministério do Turismo busca também investir na infraestrutura do entorno dos parques para possibilitar hospedagem e melhorias nas condições de acessibilidade (anexo 2).

Na ocasião do lançamento do Programa foi mencionado pelas autoridades presentes que, enquanto cerca de 192 milhões de pessoas visitam os parques dos Estados Unidos anualmente, aproximadamente 3,5 milhões de pessoas visitam os parques nacionais brasileiros todos os anos. Os Parques do Iguaçu e da Tijuca concentram 90% das visitas.¹⁴

O Presidente da República destacou ainda na ocasião que, no passado, a cultura em relação aos parques nacionais era a da proibição e que as pessoas não tinham autorização para participar da maioria das atividades desenvolvidas nas Unidades de Conservação.

Por sua vez, o presidente do ICMBio, também presente ao lançamento, explicou que o turismo nos parques é uma atividade organizada em que visitantes compreendem o processo de conservação.

¹⁴ Reportagem de 15 de setembro de 2008 intitulada “Em lançamento de programa, ministro pede que pessoas usufruam dos parques nacionais” encontrada no *site* www.h2foz.com.br

Os nove principais objetivos do Programa de Turismo nos Parques são:

- 1 – Implementar e qualificar a infraestrutura mínima e os serviços de apoio ao turismo nos Parques e em suas áreas de influências (municípios e região);
- 2 – Dinamizar a economia local e as alternativas de trabalho vinculadas aos serviços de apoio ao turismo;
- 3 – Aumentar o número de visitantes nos parques;
- 4 – Aproximar a sociedade da natureza e aumentar o apoio público para conservação das áreas protegidas;
- 5 – Incrementar as alternativas financeiras para a manutenção e a gestão do turismo nos Parques;
- 6 – Incentivar o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis;
- 7 – Elaborar estratégias para promoção do turismo dos Parques para os públicos interno e externo;
- 8 – Conhecer o perfil do visitante dos Parques e analisar a relação entre a dinâmica do turismo no País e sua repercussão nessas Unidades de Conservação;
- 9 – Divulgar as lições aprendidas nos Parques para as outras áreas protegidas.

Com o objetivo de atender, de forma adequada, a demanda turística, o Programa irá desenvolver as seguintes ações:

- 1- Fortalecer a equipe responsável pelas atividades de visitação e turismo nos parques;
- 2- Assegurar a implementação de infra-estrutura mínima nos Parques: sede administrativa, portaria, centro de visitantes, sinalização e trilhas de acesso aos principais atrativos do Parque;
- 3- Estabelecer parcerias com a iniciativa privada e sociedade civil para a gestão sustentável dos roteiros turísticos que envolvem os Parques;
- 4- Fortalecer a capacidade das comunidades locais para sua participação no desenvolvimento do turismo.
- 5- Fortalecer a equipe responsável pelas atividades de visitação e turismo nos parques;
- 6- Assegurar a implementação de infra-estrutura mínima nos Parques: sede administrativa, portaria, centro de visitantes, sinalização e trilhas de acesso aos principais atrativos do Parque;
- 7- Estabelecer parcerias com a iniciativa privada e sociedade civil para a gestão sustentável dos roteiros turísticos que envolvem os Parques;
- 8- Fortalecer a capacidade das comunidades locais para sua participação no desenvolvimento do turismo.

Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente mesmo sem a responsabilidade de coordenação do PROECOTUR continua, atualmente, a promover ações para o desenvolvimento do ecoturismo, contando com o Programa Nacional de Ecoturismo (PNE) da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS/MMA).

O Programa Nacional de Ecoturismo apóia o desenvolvimento de pequenos projetos de ecoturismo comunitário no país, conhecido como Carteira de Ecoturismo de Base Comunitária. O objetivo do apoio aos projetos é fomentar a participação das comunidades tradicionais em atividades de desenvolvimento ecoturístico. De acordo com Basso (2007 p.8) o PNE foi criado em consequência da primeira fase do PROECOTUR, executada pelo Ministério do Meio Ambiente e:

“busca consolidar experiências de Ecoturismo com Base Comunitária de forma a mantê-las competitivas no mercado. Assim, a Carteira de Ecoturismo de Base Comunitária se destina ao fortalecimento da capacidade de organização e articulação das comunidades tradicionais em torno de arranjos produtivos locais relacionados à atividade turística”.

Igualmente relevante é o outro objetivo do PNE que é a geração de conhecimento sobre planejamento e gestão do ecoturismo para as comunidades promovendo o desenvolvimento de modelos que possam ser replicados.

Hoje em dia, das 3,5 milhões de visitas que as unidades de conservação federais recebem anualmente, 90% são aos parques nacionais de Iguazu e da Tijuca, que abriga o Cristo Redentor.¹⁵ A concentração de visitantes nos dois parques deve-se principalmente a suas atrações turísticas conhecidas mundialmente.

A situação precária na maioria das UCs federais que atrapalha a visitação é expressa no relatório de 2008 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) sobre a situação delas. Das 299 unidades federais sob sua responsabilidade, 82 estão sem gestor, 173 não contam com nenhum fiscal e 226 não têm Plano de Manejo.¹⁶

No âmbito estadual, o Governo do Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Meio Ambiente, elaborou o documento “Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo”, com orientações que norteiam ações públicas, privadas e da sociedade civil no segmento ecoturístico. Entre as estratégias apresentadas estão a regulamentação da atividade, a formação e capacitação de recursos humanos e a sensibilização e informação do turista (DIAS, 2003 p.125).

O Governo do Paraná, em 1996, não ficando atrás de São Paulo, divulgou seu documento “Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo”, com um conjunto de ações que objetiva manter a qualidade dos atrativos naturais e culturais. Algumas ações descritas consistem em desenvolver o ecoturismo em Unidades de Conservação, ao obedecer o

¹⁵ Dados retirados da reportagem “MMA anuncia medidas para melhorar situação das unidades de conservação” publicada no Portal EcoDebate, www.ecodebate.com.br, em 09/07/2008, escrita por Gerusa Barbosa, da Assessoria de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente.

¹⁶ Dados também retirados da reportagem “MMA anuncia medidas para melhorar situação das unidades de conservação” publicada no Portal EcoDebate, www.ecodebate.com.br, em 09/07/2008.

zoneamento e as restrições de acordo com os objetivos dos Planos de Manejo; incentivar o engajamento das comunidades receptoras na elaboração de propostas e projetos de ecoturismo; criar mecanismos de avaliação e qualificação de produtos ecoturísticos e selecionar áreas para implantação de produtos de ecoturismo, adequando o potencial de cada área às modalidades estabelecidas (DIAS, 2003 p. 126).

A cronologia das iniciativas governamentais federais voltadas para o ecoturismo no país, a partir de 1985, são apresentadas e resumidas no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Cronologia das iniciativas governamentais federais para o desenvolvimento do Ecoturismo

ANO	INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS
1985	Lançamento do primeiro projeto a abordar a atividade turística em área natural, denominado “ <i>Turismo Ecológico</i> ”, promovido pela EMBRATUR em parceria com o IBAMA.
1987	Criação da Comissão Técnica Nacional para monitorar o projeto “ <i>Turismo Ecológico</i> ”.
1991	A EMBRATUR lança iniciativas de promoção do Ecoturismo, com destaque ao Manual Operacional do Ecoturismo. A Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA), em parceria com ONGs, realiza o I Curso Básico de Condutor de Visitantes, sendo a primeira iniciativa em capacitação para recursos humanos em Ecoturismo.
1992	Durante a Eco-92, a EMBRATUR, em parceria com a Associação Brasileira de Agentes de Viagem (ABAV), desenvolveu o primeiro portfólio oficial de produtos.
1994	Início da criação de uma política pública para o ecoturismo com a formação de um grupo de trabalho interministerial composto pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Ministério da Indústria, Comércio e do Turismo, IBAMA, EMBRATUR, outros representantes do Poder Público, setor privado e terceiro setor. Foi realizada uma oficina na cidade de Goiás Velho (GO) para identificar as questões orientadoras do segmento no Brasil.
1995	Publicação do documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, principal resultado da ação de 1994.
1998	Lançamento do Programa de Ecoturismo da Amazônia Legal – PROECOTUR, por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, com a responsabilidade de estruturar o Ecoturismo na região.
1999	A EMBRATUR lança o projeto Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil.
2003	Criação do Ministério do Turismo. Reestruturação do Programa Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil.
2004	Oficinas Diálogos e Diretrizes para o Ecoturismo para Elaboração das Diretrizes para o Desenvolvimento do Ecoturismo, realizada pela Secretaria de Políticas do Ministério do Turismo, com a participação de diversos representantes do segmento.
2006	Republicação do marco conceitual do Ecoturismo e realização das Jornadas Técnicas de Segmentação em Ecoturismo em diversas Unidades da Federação. Publicação das “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conserva�o” pelo Ministério do Meio Ambiente.

2007	Reestruturação do PROECOTUR pelo Ministério do Turismo (PRODETUR).
2008	Lançamento do Programa de Turismo nos Parques, cujo objetivo é estruturar e promover turismo nos parques nacionais. Publicação do documento “Ecoturismo: orientações básicas” para o desenvolvimento de segmentos turísticos a partir da noção de território que fundamenta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Fonte: adaptado e ampliado do artigo “Políticas Públicas do Turismo em Áreas Naturais e Evolução do conceito de Ecoturismo no Brasil”, publicado nos II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, em 2007, de Karen G. Furlan Basso.

O ecoturismo é assim uma alternativa capaz de captar recursos financeiros para as Unidades de Conservação, fortalecendo-as e permitindo a sua apropriação pela sociedade brasileira. Além disso, propicia a dinamização das economias locais. Desde os anos 70, quando surgiu no Brasil, o segmento tem considerado os diversos aspectos sócio-ambientais, econômicos e culturais, tendo sido efetivadas várias realizações governamentais que procuraram estabelecer princípios, estruturar e incentivar a atividade através de programas, que em muitos casos precisam ainda ser avaliados com relação à sua efetividade.

Nas ações governamentais federais relacionadas ao ecoturismo sempre existiu a preocupação com a conservação das áreas naturais e o reconhecimento da atividade como ambientalmente sustentável e inspiradora de consciência ambiental (caráter educativo), envolvendo também, nos últimos anos, a preocupação com o bem-estar das populações locais.

As múltiplas ações do governo federal para promover e organizar o ecoturismo influenciaram positivamente o desenvolvimento do segmento nos estados, com maior vigor no Paraná e São Paulo, que elaboraram diretrizes, ainda para uma política voltada ao ecoturismo. Mas segundo a Turisrio, o Rio de Janeiro carece ainda de uma política estadual para ordenar o ecoturismo.¹⁷

2.6 – O panorama turístico no Estado do Rio de Janeiro

O Estado do Rio de Janeiro e não somente sua capital, possui belezas naturais e riquezas culturais, que despertam sua “vocação natural” para o turismo. Mas há um contraste entre a importância do turismo no Estado e o limitado volume de pesquisas sobre a atividade turística e os campos de conhecimento a ela relacionados. Há falta de informa es, em quantidade e qualidade, que orientem o planejamento do turismo, de maneira que se cumpra

¹⁷ Informa o obtida em 19 de março de 2009, através dei entrevista com uma técnica em turismo da Turisrio (Empresa Estadual de Turismo do Rio de Janeiro), indicada pelo gabinete da secret ria de turismo do Estado.

de forma adequada as expectativas quanto as suas potencialidades (BURSZTYN; CAMPOS e OLIVEIRA, 2005 p.1).

A preocupação com a institucionalização da atividade turística se deu com a criação da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur), em 1960, criada pela lei nº4.221/60, atual Turisrio, e da Empresa de Turismo do Estado da Guanabara S/A., em 1972, criada pela lei nº 2.079/72, atual Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S/A (Riotur). A Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), criada em 1966, no Rio de Janeiro, pelo decreto-lei nº 55/66, com atuação a nível nacional, tinha sua sede no estado do Rio de Janeiro, fortalecendo a imagem do estado no setor turístico nacional.

Após a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1974, através da lei complementar nº 20/74, a Flumitur foi transferida para a capital do Rio de Janeiro e recebeu o nome de Turisrio, passando a direcionar suas ações para os municípios do interior, enquanto a Riotur, empresa com maiores recursos financeiros, passou a cuidar do turismo na capital.

As inaugurações da rodovia Rio-Santos e a da Ponte Rio-Niterói, ambas na década de 70, foram responsáveis pelo desenvolvimento do turismo nas cidades litorâneas do estado, a partir das regiões turísticas conhecidas como Costa Verde (litoral sul) e Costa do Sol (litoral norte).

Na década de 80, vários municípios e distritos despontaram também no cenário turístico, como Itacuruçá e Ilha Grande, na parte sul do litoral do Estado, e Saquarema, Maricá e Rio das Ostras, ao norte. A região serrana teve seu turismo estruturado em várias localidades como Penedo, Itaipava, Vassouras e Lumiar.

Mas o planejamento de atividade turística começou na década de 60, no Brasil, tendo como exemplo o desenvolvimento do plano diretor para a região de Languedoc-Roussillón, em 1961, no litoral mediterrâneo do sul da França (ACERENZA, 1987 *apud* FRATUCCI, 2005 p. 85).

A dificuldade de pesquisar o ordenamento territorial turístico no Rio de Janeiro é relatada por Fratucci (2005 p.85):

“a prática do ordenamento do território está marcada por experiências pontuais e assistemáticas, o que dificulta uma análise mais profunda dos seus resultados, principalmente pela não continuidade nos seus processos de implantação e pela quase inexistência de dados e documentação escrita”.¹⁸

¹⁸ Fratucci cita que as bibliotecas da Riotur e Turisrio foram desativadas na década de 90, com seu acervo dispersado. O acervo do Centro de Informações Turísticas da Embratur que existia no Rio de Janeiro foi doado para a Biblioteca da Universidade Federal de Brasília.

Houve várias tentativas de ordenar o planejamento de parte ou do todo do território turístico do estado, em grande parte sob o comando ou com o apoio da Turisrio. Todas as tentativas, direta ou indiretamente, acabaram por reordenar a atividade turística, levando a novos arranjos e reorganizando as diversas redes do turismo.

O projeto Turis de ordenamento territorial para o desenvolvimento turístico do litoral compreendido entre as cidades do Rio de Janeiro e de Santos (SP), iniciado em 1973 e concluído em 1975, foi um dos primeiros do gênero a ser desenvolvido pela Embratur. Listou 250 locais no continente e 60 nas ilhas maiores, classificados a partir de suas capacidades turísticas teóricas. Foi motivado pela preocupação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur) com a preservação do potencial turístico da região após a abertura do trecho da rodovia BR-101 denominada Rio-Santos. A área foi declarada como Zona Prioritária de Interesse Turístico com base no decreto nº 71.791/73. Uma empresa italiana de consultoria, a SCET-Internacional, foi contratada para desenvolver um plano diretor de ordenamento turístico do trecho do litoral em que passa a rodovia Rio-Santos e capacitar técnicos brasileiros nas modernas metodologias de planejamento turístico (FRATUCCI, 2005 p. 86).

A identificação do espaço turístico estadual foi estabelecida pela Embratur, entre 1979 e 1981, cujo objetivo era:

“orientar a programação dos governos federal e estaduais, visando a evitar problemas futuros gerados pela ocupação desordenada do espaço, através da seleção de espaços turísticos imprescindíveis a uma política de descentralização, estabelecendo-se novos núcleos de apoio à expansão turística, bem como disciplinar a ocupação territorial visando à preservação e valorização do Patrimônio Turístico Nacional” (EMBRATUR, 1979 p.3 apud FRATUCCI, 2005 p.88).

Os técnicos da Flumitur, entre 1980 e 1981, desenvolveram o zoneamento turístico do estado do Rio de Janeiro, relacionando os municípios de interesse nacional e os com atrativos que motivavam os fluxos intra-regionais. Houve na ocasião um levantamento sistematizado da oferta turística dos municípios, com ênfase para os atrativos turísticos, meios de hospedagem existentes, infra-estrutura de acesso e urbana.

Entre os municípios que são abrangidos pelo PED, Campos dos Goitacazes foi definido como zona turística efetiva e Santa Maria Madalena e São Fidélis como zonas

turísticas potenciais. Os dois últimos municípios foram incluídos no zoneamento do espaço turístico estadual, apesar de não atenderem ao requisito mínimo estabelecido pela metodologia utilizada, relativo à oferta mínima de 250 leitos em meios de hospedagem.

O zoneamento serviu de base para diversos projetos técnicos. A primeira tentativa de ordenação turística do território fluminense acabou caindo no esquecimento, mas continua como referência técnica para a compreensão da evolução turística no estado (FRATUCCI, 2005 p. 90)

O Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, baseado no art. 227 da Constituição Estadual de 1989¹⁹, começou a ser estabelecido a partir de 1997 pela Turisrio, em parceria com a Secretaria de Planejamento (Secplan).

Fratucci (2005 p.96) relata que os objetivos específicos do plano, além daqueles da Constituição Estadual são:

- “1 - resgatar e sistematizar as informações e dados sobre a atividade turística no Estado, em bases consolidadas, no sentido de oferecer aos investidores e consumidores, alternativas e possibilidades de desenvolvimento e aproveitamento do setor;
- 2 - consolidar o turismo como um dos principais segmentos econômicos do Estado, gerando novos empregos, incrementando a captação de receitas e valorizando as comunidades locais, através da elevação do seu nível de qualidade de vida”.

Uma equipe de coordenação formada por técnicos da Turisrio e Secplan levantou, analisou e consolidou os, através de contato com todos os municípios do estado e os órgãos pertinentes.

O resultado da análise dos dados, documentos e programas existentes e intervenientes com a questão do turismo foi um relatório inicial, responsável pela consolidação do Diagnóstico do Plano Diretor de Turismo do Estado, apresentado de forma resumida em Relatórios Executivos para 14 municípios de Regiões Turísticas do Estado: Niterói, Angra dos Reis, Arraial do Cabo, Paracambi, Araruama, Piraí, Itatiaia, Comendador Levy Gasparian, Petrópolis, Cachoeiras de Macacu, Macaé, Cantagalo, Itaperuna e Campo dos Goytacazes.

¹⁹ O art. 27 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 1989, trata no seu *caput* da promoção e incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural. Seu § 1º cita que é função do Estado definir a política estadual de turismo e o § 2º cita que o instrumento básico de intervenção do Estado no setor será o plano diretor de turismo.

Estes diagnósticos iniciais foram discutidos em oficinas que contaram com a participação de representantes dos setores turísticos público e privado dos municípios envolvidos. Os produtos das oficinas foram os subsídios para o diagnóstico final e para as propostas, transformados em programas e projetos, que servirão para orientar a política estadual de desenvolvimento do turismo. A conclusão do Plano Diretor de Turismo gerou um instrumento formal para orientar as ações do setor turístico, tanto as públicas como as privadas. A maneira de implementar as propostas é através de projetos e ações desdobrados de macro-programas e programas de ação (Quadro 3), separados em eixos temáticos (FRATUCCI, 2005 p.96).

Entre 1980 e 1983, no governo estadual Chagas Freitas, foi proposto o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado com o objetivo de facilitar os estudos micro-regionais e o planejamento da atividade turística e atender a Lei Estadual nº 276/74. O território estadual foi dividido em seis regiões turísticas, baseadas nas características geomorfológicas e culturais, limites políticos-administrativos dos municípios, homogeneidade e complementaridade da oferta de recursos turísticos: Metropolitana, Costa Verde, Costa do Sol, Norte, Serramar e Serrana (subdividida em A e B). Assim, foi criado o primeiro mapa de regionalização turística do Estado do Rio de Janeiro, fruto do resultado de análises técnicas (TURISRIO, 2008).

Quadro 3 – Macro-programas e programas de ação do Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

MACRO- PROGRAMAS	PROGRAMAS
Desenvolvimento Institucional	Ação Inter Institucional Normatização da Atividade Conscientização da População Políticos e Empresários
Infraestrutura de Apoio	Infra-Estrutura Básica Equipamentos Turísticos de Apoio
Sistema de Informação	Banco de Dados Informação ao Turista
Fomento a Atividade	Gestão dos Serviços Turísticos Qualificação da Mão-de-Obra Captação de Recursos
Consolidação do Produto Turístico	Identificação Organização dos Produtos Turísticos Promoção e <i>Marketing</i>

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Rio de Janeiro (SEDPET). PLANTUR: Plano diretor de turismo do estado do Rio de Janeiro, 2001. Extraído do livro: “Turismo e sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro”, 2005.

A classificação da regionalização turística adotada deixou de corresponder à realidade, com a criação de 28 municípios fluminenses, entre 1985 e 1999, resultando em um novo arranjo político e administrativo. Soma-se a isto a expansão de núcleos urbanos que passaram a se integrar e articular devido aos avanços dos meios de transporte e comunicação.

O processo da municipalização do turismo, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), nos anos 90, fomentou a formação de grupos de municípios próximos, com a intenção de estabelecer unidades regionais.

Embora o PNMT seja um programa que objetive o desenvolvimento do turismo nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, através da conscientização e capacitação das pessoas envolvidas com o setor, a atividade turística não se restringe somente aos limites de cada município. Segundo Fratucci (2000 p.99):

“A atividade turística nem sempre pode ser circunscrita aos limites político-administrativos dos municípios. Sendo a matéria-prima desse produto basicamente composta pela paisagem natural e construída dos lugares, na maioria das vezes, termina por abarcar territórios de vários municípios, estados e, até mesmo países”.

No entanto, vários secretários, técnicos municipais e empresários ao adquirirem um conhecimento mais técnico sobre o fenômeno turístico através das oficinas de capacitação do PNMT, compreenderam que o desenvolvimento da atividade se dá a partir de uma ampla visão regional.

Isto ocasionou a criação de conselhos turísticos regionais como o Conselho Regional de Turismo da Região das Agulhas Negras (CONCRETUR), composto pelos municípios de Itatiaia, Resende, Quatis e Porto Real, cuja identidade turística é a presença do maciço das Agulhas Negras e o Parque Nacional de Itatiaia. Também movido pela identidade turística regional construída a partir da presença de várias fazendas do ciclo cafeeiro (séculos XVIII e XIX), foi criado o Conselho Regional de Turismo do Ciclo do Café (CONCICLO), composto pelos municípios de Piraí, Valença, Vassouras, Barra do Piraí, Miguel Pereira, Rio das Flores, Mendes, Paty do Alferes, Engenheiro Paulo de Frontin e Paracambi, todos da região do médio Vale do Paraíba (FRATUCCI, 2005 p.100)

Houve também a criação do fórum de Secretários Municipais de Turismo da Região da Costa do Sol, chamada por alguns de Região dos Lagos, que busca organizar o desenvolvimento turístico regional.

Os municípios da vertente norte da Serra do Mar se articularam como região turística, usando o slogan “do outro lado da serra”, com a possibilidade do desenvolvimento do turismo rural. Neste grupo estão os municípios de Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto,

Sumidouro, Bom Jardim, Cantagalo, Cordeiro, Carmo, Duas Barras, Macuco e Trajano de Moraes.

Os movimentos de regionalização do turismo, mesmo que influenciados pelo PNMT, reorganizaram o espaço turístico estadual, uma vez que os municípios são autônomos para definirem seus interesses e afinidades regionais (FRATUCCI, 2005 p.102).

No ano de 2001 foi editado o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, que dividiu o território estadual em 13 regiões, levando em conta que a região turística é um instrumento fundamental para a organização territorial e a gestão da atividade turística. Cada região tem um sentido homogêneo e complementar que traduz sua identidade geográfica, paisagística e a oferta de serviço e infra-estrutura. Segundo Fratucci (2005 p.102), os critérios utilizados foram:

- “a) identificação, características e extensão dos recursos turísticos;
- b) tipologia, dimensão e categoria da oferta de equipamentos e serviços turísticos, e condições de infra-estrutura de apoio;
- c) incidência espacial da oferta turística atual, tendo em atenção aspectos relacionados”.

Com o objetivo de orientar o impulso do turismo e a sua comercialização, o Plano Diretor de Turismo delimitou o território estadual em Áreas de Desenvolvimento Estratégico (ADE). Cada área, que coincide com as regiões turísticas do Plano, foi criada de acordo com as possibilidades de produtos turísticos em razão da motivação e preferências dos consumidores e da identificação de conjuntos de atrativos e serviços que compõe a variedade ofertada pelo território estadual.

No ano de 2002, como resultado das discussões do Fórum Estadual de Secretários de Turismo do Rio de Janeiro, foi encaminhada a Turismo uma proposta de revisão do Plano de Turismo, com alterações na composição de algumas regiões turísticas e denominações para todas elas. A revisão foi aceita pelo órgão público e o Estado do Rio de Janeiro passou a contar com 13 regiões turísticas.

Em 2005, o Ministério do Turismo passou a rever o processo da regionalização turística em todo o país. Deste modo, um novo mapa que apresenta 11 regiões turísticas (Quadro 4) foi desenhado para o estado, tendo sido o mesmo referendado pelo Fórum Estadual de Secretários de Turismo do Rio de Janeiro.

Quadro 4 - Regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro

NOME	MUNICÍPIOS	EXTENSÃO EM KM²	Nº DE HABITANTES
METROPOLITANA	Niterói e Rio de Janeiro	1.396	6.317.355
AGULHAS NEGRAS	Itatiaia, Resende, Porto Real e Quatis	1.675,3	152.113
BAIXADA FLUMINENSE	Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, ueimados, São João de Meriti e Seropédica	1.599,4	3.172.289
CAMINHOS DA MATA	Itaboraá, Rio Bonito, Silva Jardim, São Gonçalo e Tanguá	1.976,3	1.175.611
COSTA DOCE	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Francisco do Itabapoana, São Fidelis e São João da Barra	5.617,3	525.200
COSTA DO SOL – REGIÃO DOS LAGOS	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema	5.295,2	672.598
COSTA VERDE	Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Rio Claro Localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, no limite com o Estado de São Paulo, a Costa Verde	3.229,5	271.923
NOROESTE DAS ÁGUAS	Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai	5.373,5	297.696
SERRA NORTE	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro e Trajano de Moraes	5.118,8	170.627
SERRA VERDE IMPERIAL	Areal, Cachoeiras de Macacu, Comendador Levy Gasparian, Guapimirim, Magé, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis e Três Rios	4.971,8	999.438
VALE DO CAFÉ	Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.	5.828,0	804.473

Fonte: Adaptado do texto “Regiões turísticas do Estado do Rio de Janeiro”, da Turisrio (2008).

O Plano Diretor de Turismo, cuja finalidade foi reformular as políticas de estímulo ao setor, foi também criticado por não priorizar a perspectiva de sustentabilidade como base para suas diretrizes de “interiorização do desenvolvimento econômico e social” (RIFF, 2001 p.34 *apud* IRVING e PACHECO, 2005 p.336). Na maioria das vezes, a exposição no documento oficial sobre o tratamento das localidades turísticas do Rio de Janeiro, não trata de condições associadas à sustentabilidade.

O processo de ordenamento turístico no espaço do Rio de Janeiro realizado em 2005, através da última revisão do seu Plano Diretor construiu a base técnica e legal para a adoção de medidas visando o progresso da atividade no estado. Caberá, a partir de então, aos atuais governantes, darem continuidade aos projetos dos governos passados que vêm obtendo sucesso e executarem novas ações que solidifiquem o turismo no território estadual.

A ordenação do espaço turístico estadual com a divisão do território em regiões turísticas colocando o Parque do Desengano na Costa Doce (Campos dos Goytacazes e São Fidélis) e Serra Norte (Santa Maria Madalena) representa um facilitador no processo de implantação do ecoturismo na UC e seu entorno. Contudo, como anteriormente comentado, o Estado nunca dispôs de uma política de ecoturismo e nem um plano para incentivar a atividade nas Unidades de Conservação sob sua tutela. A única ação específica neste sentido aconteceu em 1994 quando a Empresa de Turismo do Rio de Janeiro (Turisrio) organizou o I Encontro de Ecoturismo no Estado com a participação da extinta Fundação Instituto Estadual do Rio de Janeiro (IEF-RJ), responsável pela administração do Parque.

2.7 — Os parques estaduais com potencial turístico no Estado do Rio de Janeiro

Os parques estaduais situados no Estado do Rio de Janeiro são em sua maioria mais recentes que os federais e receberam durante sua existência um aporte menor de recursos financeiros.

O Estado do Rio de Janeiro dispõe de uma área de 43.696,054 km² e uma costa com 635 quilômetros de extensão, (sendo superada em tamanho apenas pelas costas da Bahia e Maranhão), está inserido no bioma da Mata Atlântica e possui relevo de montanhas e baixadas localizadas entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, destacando-se pelas paisagens diversificadas, com escarpas elevadas à beira-mar, restingas, baías, lagoas e florestas tropicais.

São vários os atrativos naturais como praias, lagoas e montanhas em um espaço próximo devido a pequena extensão do seu território se comparado a outros estados como Bahia, Mato Grosso e Amazonas. Também o Estado possui clima tropical na região de baixada e tropical de altitude na região serrana.

Em seu território ocorre um elevado número de áreas naturais protegidas, em quase todas as categorias do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), nos níveis federal, estadual e municipal. Somente na capital do estado há 54 Unidades de Conservação

(sítio eletrônico da Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro), totalizando 41.149,82 hectares.

Entre as 29 Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado do Rio de Janeiro, 15 são parques. Esta categoria de manejo de proteção integral é a mais numerosa no Estado, afirmando sua grande importância estratégica, ao conjugar proteção da natureza com uso público e a pesquisa científica (IRVING *et al.*, 2008 p. 8).

Na categoria de Parque Nacional que permite a visitação, de acordo com o art.11 da Lei 9.985/2000 que instituiu o SNUC, há cinco parques federais – Tijuca, Itatiaia, Serra da Bocaina, Serra dos Órgãos e Restinga de Jurubatiba – somando 159.860 hectares. Somente um deles, o Parque Nacional da Tijuca, é localizado em área urbana e quase todos, a exceção de Restinga de Jurubatiba, apresentam relevo montanhoso e cobertura florestal de Mata Atlântica. Os Parques de Itatiaia, Serra dos Órgãos e da Tijuca são os mais estruturados para receber os turistas com Centro de Visitantes e trilhas delimitadas para a prática do ecoturismo. Serra da Bocaina, apesar de não ter Centro de Visitantes e estrada asfaltada até a sua entrada, possui trilhas delimitadas. Restinga de Jurubatiba por ser o mais recente dos parques, tendo sido criado em 1998, se encontra em fase de estruturação para o turismo, não possuindo trilhas delimitadas nem pontos turísticos.

Não há dados oficiais atuais sobre o número de visitantes em cada parque, mas as informações disponíveis indicam que os mais visitados sejam o da Tijuca e o da Serra dos Órgãos, devido ao fácil acesso.

Os nove parques estaduais, categorizados pelo § 4º do art. 11 da Lei 9.985/2000 (SNUC) são Cunhambebe, Desengano, Pedra Branca, Serra da Tiririca, Três Picos, Ilha Grande, Serra da Concórdia, Chacrinha e Grajaú que somam 134.981,13 hectares.

Pedra Branca, Chacrinha e Grajaú estão situados em área urbana sendo que os dois últimos, através de convênio, foram passados para a administração municipal.

A maioria dos parques estaduais está situada em relevo montanhoso e é acessada por estradas asfaltadas. Quase a metade deles não possui nenhuma trilha estruturada, ou seja, em bom estado de conservação e com a presença de alguma sinalização, o que dificulta a prática do ecoturismo. A ausência de benfeitorias dentro da maioria dos parques é outro empecilho a atividade do ecoturismo.

Nenhum parque estadual cobra ingresso para sua visitação, ao contrário da maioria dos federais.

Em 1914, foi realizado o I Encontro de Ecoturismo do Estado do Rio de Janeiro e na ocasião o IEF-RJ apresentou uma síntese informativa das Unidades de Conservação que

administra. O documento concluiu que a dinamização do ecoturismo nas UCs enfrenta dificuldades decorrentes da superposição de legislações e de procedimentos técnicos e/ou administrativos. A superação destes obstáculos poderia ocorrer através do trabalho conjunto com outros órgãos estaduais como a Turisrio.

Os parques nacionais, devido ao maior aporte de investimentos (anexo 2), estão melhor estruturados em termos de benfeitorias e trilhas para atender aos visitantes, servindo de exemplo para os estaduais.

Neste caso, espera-se que o INEA - novo órgão gestor dos parques estaduais - invista na melhoria da infraestrutura para tornar as UCs mais agradáveis aos visitantes e facilitar o ecoturismo. Se isto for realmente levado adiante, o PED levará vantagem sobre a maioria dos demais parques por possuir um Plano de Manejo que orienta o processo de visitação.

3 – O PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO (PED)

3.1 –Localização e histórico

O Parque Estadual do Desengano (PED) possui uma área aproximada de 22.400 hectares e está situado em relevo montanhoso na região centro-norte do Estado do Rio de Janeiro, entre os meridianos 41° 20' e 42°10', a oeste de Greenwich, e os paralelos 21° 40' e 22° 10', ao sul do Equador. Constitui o último remanescente contínuo de Mata Atlântica numa ampla região que abrange os municípios de Santa Maria Madalena (situado na região serrana) e de Campos dos Goytacazes e São Fidélis, localizados no norte fluminense, nas bordas da Serra do Mar, entre a baixada campista e o Vale do Paraíba do Sul (figura 1). O Parque faz limite ao norte com a bacia do Paraíba do Sul, a noroeste com a bacia de Campos, ao sul e sudeste com a planície de Macaé e, a noroeste com a região serrana de Nova Friburgo (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.1).

O Parque recebeu esta denominação por estarem localizadas em seu interior a Serra e a Pedra do Desengano (figuras 2 e 3), cujo pico é o ponto culminante da região com 1.761 m de altitude. No seu entorno encontram-se os povoados de Renascença, São Pedro, Santo Antônio do Imbé, Sossego do Imbé e Morangaba. Na paisagem além do Pico do Desengano, destaca-se o Pico São Mateus com 1.576 m e o Pico Pedra Agulha com 1.080 m (BIDEGAIN, 1993 p.25).

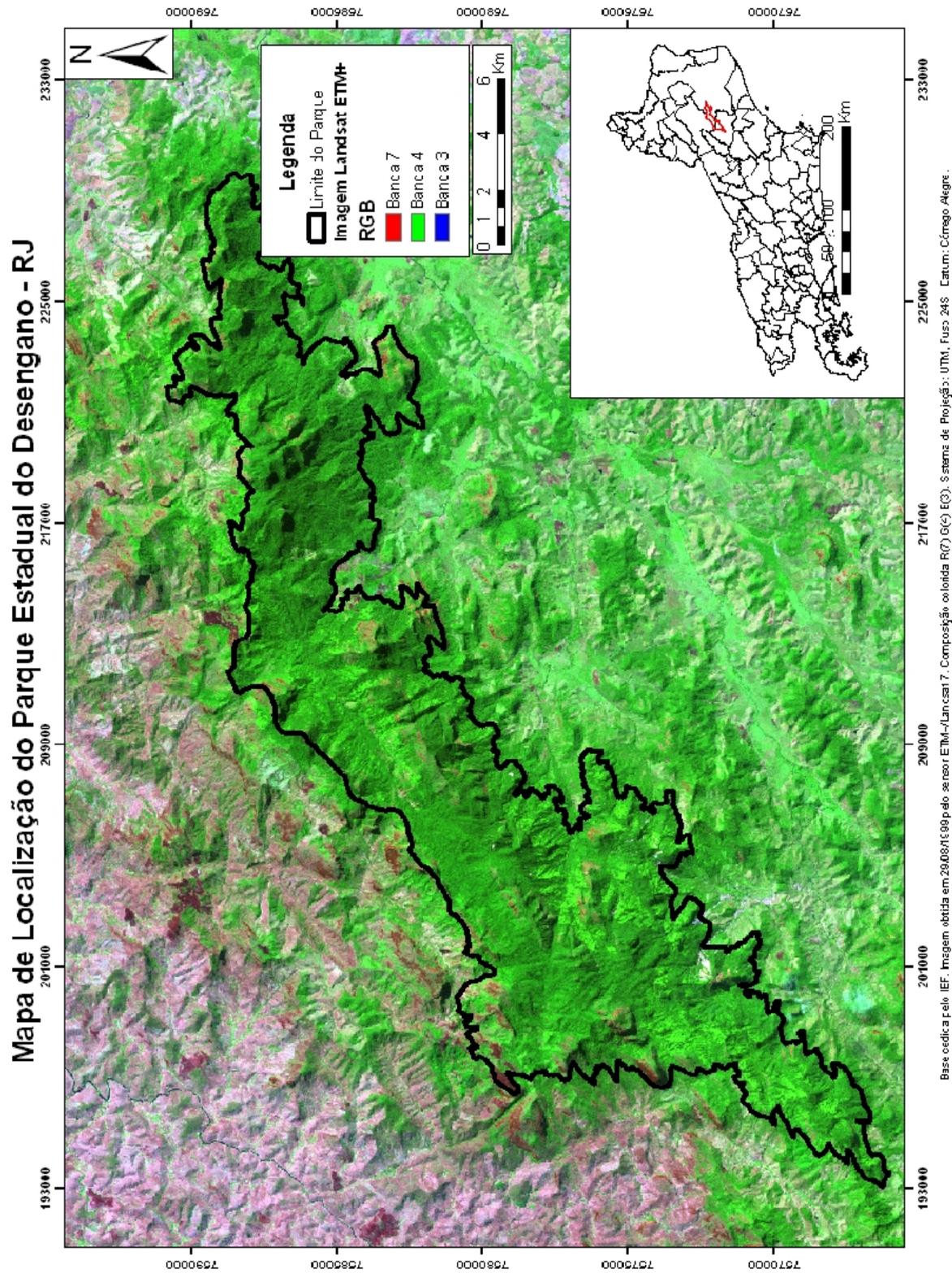


Figura 1 – Mapa de localização do Parque Estadual do Desengano



Figuras 2 e 3 - Pico do Desengano no meio ao fundo e vista panorâmica do alto da Pedra do Desengano

Autoria: Alessandro Allegretti (fig. 2) e Cláudia Bessa (fig. 3)

O despertar da atenção para a flora da região que hoje abriga o Parque do Desengano começou na década de 40, mais precisamente no ano de 1953, quando o botânico Joaquim dos Santos Lima publicou o artigo "Produção de Flores em Território Fluminense", descrevendo os recursos naturais da região compreendida pelos vales dos rios Colégio, Morumbeca, Mocotó, Norte, Água Limpa e Vermelho, na área que atualmente é o Parque Estadual do Desengano.

No dia 24 de outubro de 1969, o governador nomeado Geremias de Matos Fontes, através do Decreto-Lei nº 131, determinou o estabelecimento de quatro áreas prioritárias para criação de Reservas Florestais Estaduais. Entre elas, a “Floresta Estadual de Santa Maria Madalena”, cuja área compreendia todos os remanescentes florestais existentes na Serra do Rio Preto, localizada nos municípios de Santa Maria Madalena, São Fidélis e Campos dos Goytacazes. Os limites da Floresta Estadual de Santa Maria Madalena nunca foram definidos e em 13 de abril de 1970 foi criado o Parque Estadual do Desengano através do Decreto-lei nº 250, que abarcou glebas dos três municípios abrangidos pelo parque totalizando aproximadamente 25.000 hectares (anexo 3). No mesmo ano de 1970, o Decreto nº 14.871 de 20 de outubro, delimitou o perímetro do parque e declarou sua área como de utilidade pública devendo ser desapropriada pelo Estado do Rio de Janeiro, através de composição amigável ou processo judicial. Foi constatada na área criada a presença de extensas áreas de terras devolutas (VALLEJO, 2005 p.220). Os limites do parque foram definidos por acidentes geográficos e cotas que variam de 500 a 1.400 m de altitude e como era comum na época ao se criar uma UC, não se levou em conta as propriedades particulares que poderiam ser englobadas parcial ou totalmente.

A execução do Decreto nº 14.871 foi suspensa pelo Decreto nº 15.317 de 04/08/1971 até que “respeitado o prazo legal de caducidade, o estado promova, a sua conta e em seu favor, as medidas amigáveis ou judiciais visando a imissão na posse daqueles terrenos com visível prejuízo aos interesses dos seus legítimos proprietários”.

Nos anos seguintes, os Decretos nº 15.599 de 07/03/1972 e nº 16.437 de 23/07/1974 subtraíram terras do Decreto nº 14.871, pela pressão de três proprietários (BIDEGAIN, 1993 p.5).

O Decreto nº 14.871 caducou em 1975²⁰, no mesmo ano em que houve vários acontecimentos importantes para o Parque. Houve a nomeação de seu primeiro diretor, após cinco anos de criação, e o convênio para a fiscalização do desmatamento e da caça clandestina entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), a qual o Parque passou a ser vinculado após a fusão do Estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Tal convênio, com duração de cinco anos, foi prorrogado por mais cinco.

No ano de 1977 foi fundada a ONG Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza (CNFCN), dando início ao movimento de defesa do Parque.

O Governador Faria Lima publicou em 05/01/1979 o Decreto nº 2.238 que novamente declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras necessárias a implantação do Parque. Como não houve de novo qualquer ação do governo para desapropriar e o decreto estava prestes a caducar em 1983, o então Governador Leonel Brizola, acatou a proposta do ofício nº 234 da Secretaria de Agricultura de contornar o problema criando uma Área de Proteção Ambiental (APA) com os mesmos limites do Parque e publicou o Decreto-Lei nº 7.121 em 28/12/1983, criando a APA do Desengano. Segundo Vallejo (2005 p.238) a iniciativa foi uma tentativa de garantir a preservação da área onde o Poder Público não conseguiu solucionar a questão fundiária e evitar a necessidade de desapropriação e indenização dos proprietários de terrenos dentro do Parque. A superposição das duas categorias de Unidades de Conservação provocou uma confusão jurídica que persiste até hoje.

O governo, apesar de ter assumido a área como uma APA, criou, em 1984, a Comissão Especial de Processo Discriminatório da Área do Parque Estadual do Desengano, visando à regularização fundiária, que até o presente momento, não foi concluída. Este ato se deu através da publicação da Resolução Conjunta nº 7 das Secretarias de Justiça e do Interior, de Agricultura e Abastecimento e do Procurador Geral do Estado (BIDEGAIN, 1993 p.6).

²⁰ O art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/1941, dá o prazo de 5 (cinco) anos contados da data da expedição de um decreto para se efetivar a desapropriação, findo os quais este caducará.

Nas duas primeiras décadas de criação do Parque seus diretores tiveram curta permanência no cargo, com vacância na direção entre os períodos de 1970 a 1975 e 1983 a 1988.

A partir de 1984, foram realizadas inúmeras atividades no Parque com o auxílio de diversas instituições como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), a Academia Brasileira de Ciências, Museu Nacional, Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (FEEMA), Sociedade Botânica do Brasil, INEMET, Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a KODAK. Foram criados um pequeno laboratório, uma biblioteca e proferidas palestras educativas. Em 1985, foi publicado um Plano de Manejo do Parque de forma incompleta (BIDEGAIN, 1993 p.6).

No ano de 1985, no dia de 13 de março, a Resolução da Secretaria de Agricultura e Abastecimento nº160, estabeleceu os critérios de administração da APA e no dia 18 de outubro a Comissão Especial de Processo Discriminatório da Área do PED publicou através da imprensa oficial e jornais de grande circulação, um edital de convocação de proprietários de terra para a regularização fundiária, com o prazo de 60 dias.

A Lei nº 1.071, em 1986, ao criar a Fundação Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro (IEF-RJ) passou para a sua Diretoria de Conservação da Natureza (DCN) a administração do Parque que era do Departamento Geral dos Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (BIDEGAIN, 1993 p. 7).

Em 1989, foi firmado um convênio entre a ONG Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais (Pró-Natura) e o IEF, patrocinado pela empresa S.A. White Martins, com investimentos na ordem de U\$ 326.000,00, até o ano de 1991, para o desenvolvimento de um projeto de implantação do Parque com a consolidação da fiscalização e infra-estrutura. O projeto continha várias ações a serem cumpridas, como a criação de um sistema de fiscalização, recuperação de áreas degradadas e a confecção de um Plano Diretor, com os recursos repassados diretamente para o IEF. Porém, o Plano Diretor não chegou a ser elaborado e em seu lugar foi publicado, em 1994, o documento “Diagnóstico Geoambiental e Sócioeconômico da Área de Influência do Parque Estadual do Desengano”, fruto de um convênio entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a ONG Pró-Natura (VALLEJO, 2005 p. 233).

O Parque já teve seis administradores²¹ nos seus trinta e nove anos de existência.

²¹ Os administradores foram na ordem: Cristiano Brandt, Mário Carlos A. Barbosa, Sérgio Maia Vaz, Marco Aurélio Brancato, Rosiléia Gama Amaral e Maria Manoela Alves Lopes.

No ano de 2002, foram destinados R\$ 4 milhões para a implementação do PED com recursos financeiros provenientes das medidas compensatórias²² da Usina Termoeletrica de Macaé Merchant (atual UTE Mário Lago), instalada pela multinacional El Paso (RIFAN, 2002 p.60). Houve a revitalização do Horto Florestal Estadual, a elaboração do Plano Diretor ou de Manejo aprovado em 2005, a compra de viaturas, o desenvolvimento de um programa de educação ambiental e práticas sustentáveis e a inauguração de um Centro de Visitantes que custou R\$ 700.000,00 (VALLEJO, 2005 p.234).

Os pontos destacados da cronologia da criação do Parque Estadual do Desengano são:

- A vacância do cargo de administrador nos períodos compreendidos entre 1970 a 1975 e 1983 a 1988, totalizando dez anos;
- As mudanças de categoria na Unidade de Conservação, através de Decretos-Lei, estabelecendo que a área era Floresta Estadual em 1969, Parque Estadual em 1970 e Área de Proteção Ambiental (APA) em 1983. A criação da APA não extinguiu a categoria de Parque e provocou a superposição das duas;
- As tentativas fracassadas em 1970, 1979 e 1984 para solucionar os problemas fundiários existentes na área do PED;
- A publicação entre 1969 e 1983, de oito Decretos-Lei relacionados à área do Parque do Desengano, referentes a implantação da Unidade de Conservação, mudança de categoria de UC, delimitação da área e regularização fundiária;
- A passagem da administração da Sociedade de Agricultura e Abastecimento para o IEF quando este foi criado;
- As três tentativas em 1985, 1989 e 2002 de elaboração de um Plano de Manejo sendo que a última obteve êxito.

3.2 – Importância ecológica

O Parque Estadual do Desengano está inserido na Mata Atlântica. Este bioma, classificado como um conjunto de fisionomias e formações florestais se distribui em faixas litorâneas, florestas de baixada, matas interioranas e campos de altitude, ao longo do litoral brasileiro da costa leste do Rio Grande do Norte ao norte do Rio Grande do Sul. Possuía um

²² Uma das medidas de compensação ambiental está prevista no art. 36 da Lei 9.985/2000 (SNUC): “Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei”.

milhão de km² e ocupava aproximadamente 12% do território brasileiro, sendo ultrapassada apenas pela Floresta Amazônica e pelo Cerrado.

Mas a antiga faixa de Mata Atlântica atualmente se resume a fragmentos isolados de diversos tamanhos que, somados, perfazem cerca de 7% (33.000 km²) de sua cobertura original²³ (Fundação S.O.S. Mata Atlântica/INPE/IBAMA, 1990) ou 5% (Consórcio Mata Atlântica, 1992).

Isto é o resultado de cinco séculos de desmatamento causados pela colonização, ciclos econômicos, atividades agropecuárias e expansão da urbanização.

A Mata Atlântica representa um conjunto de ecossistemas com processos ecológicos interligados. Segundo o art. 2º da lei 11.428/2006, conhecida como a lei da Mata Atlântica, compõe o bioma as seguintes formações florestais nativas e ecossistemas associados, com as respectivas delimitações estabelecidas em mapa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme regulamento: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista, também denominada de Mata de Araucárias; Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Estacional Semidecidual; e Floresta Estacional Decidual, bem como os manguezais, as vegetações de restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste.

Vale mencionar a existência de cinco (Atlântico Sul - trechos norte e nordeste; São Francisco; Atlântico Sul - trecho leste; Platina, composta pelas sub-bacias dos rios Paraná e Uruguai; e Atlântico Sul - trechos sudeste e sul) das sete principais bacias hidrográficas brasileiras neste bioma. Assim, conservar a Mata Atlântica é proteger os processos hidrológicos responsáveis pela quantidade e qualidade da água potável para aproximadamente 3.400 municípios e diversos setores da economia nacional como a pesca, a indústria, o turismo, a agricultura e a geração de energia elétrica. Alguns rios conhecidos que atravessam o bioma são: o Paraná, o São Francisco, o Tietê, o Paraíba do Sul e o Doce (Fundação SOS Mata Atlântica, 2009).

Em termos de biodiversidade, a Mata Atlântica destaca-se pela riqueza e alto grau de endemismo. Conforme os dados do Projeto de Proteção da Mata Atlântica – RJ (PPMA-RJ)²⁴,

²³ Os dados são do "Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio da Mata Atlântica", publicado em 1990 pela S.O.S. Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e IBAMA, produzido na escala 1:1.000.000 a partir de imagens de satélite.

²⁴ O PPMA-RJ tem por finalidade principal diminuir a taxa de redução da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, apoiando técnica e financeiramente o planejamento e a implementação de ações estruturantes duradouras que garantam a proteção dos remanescentes florestais. Maiores informações no endereço eletrônico www.ief.rj.gov.br/ppma/mata_atlantica.htm

iniciado em 2005 pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em cooperação com o banco alemão KFW e com várias parcerias:

- “- Das 10.000 espécies vegetais que ocorrem na Mata Atlântica, cerca de 50% são endêmicas, isto é, só existem neste bioma (Myers, 1988);
- Estima-se a presença de 2.500 espécies de árvores, sendo que 54% deste total seriam endêmicas (Coimbra Filho, 1984, Fonseca, 1985). Dentre as bromélias, palmeiras e outras epífitas o índice chegaria a 70% de endemismo (Consórcio Mata Atlântica, 1992);
- Cerca de 51 (39%) das 131 espécies de mamíferos catalogadas são endêmicas (Mittermeier, 1986);
- Dentre as aves, pelos menos 146 espécies e 68 subespécies catalogadas são endêmicas (Cracraft, 1985);
- 171 das 202 espécies de animais brasileiros ameaçados de extinção ocorrem neste bioma” (Consórcio Mata Atlântica, 1992).

Segundo Cordeiro (2003) existem 682 espécies de aves registradas para a Mata Atlântica, sendo 207 restritas ao Bioma. Com relação espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica, 24,6% das espécies constam na lista do IBAMA de fauna ameaçada (51 espécies das 207 totais) e 94 figuram na lista da IUCN (45,4% do total), em alguma de suas categorias. Uma espécie é considerada extinta na natureza - o mutum-do-nordeste (*Mitu mitu*); 16 espécies são consideradas criticamente ameaçadas; 22 espécies são incluídas na categoria de ameaçadas; e 25 espécies são consideradas vulneráveis. As espécies quase-ameaçadas somam 37.

Supõe-se que o Estado do Rio de Janeiro possuía, por volta de 1500, uma cobertura florestal em 97% de seu território, passando para 25% em 1958, 15% em 1979 e 13% em 1982 (MAGNANINI, 1983 *apud* PPMA-RJ, 2009).

No ano de 2005 restavam cerca de 871.715 ha de vegetação nativa, somando floresta, restinga e mangue, correspondendo a 20 % da área do Estado, de acordo com os dados obtidos a partir da análise de imagens de satélite e publicados pela Fundação S.O.S. Mata Atlântica. As maiores extensões de mata contínua e conservada localizam-se no Corredor Ecológico Sul (a partir do município de Paraty, passando por Angra dos Reis, Mangaratiba até Rio Claro) e na região serrana, da Reserva Biológica do Tinguá passando pelo Parque Nacional da Serra dos Órgãos até o Parque Estadual do Desengano. As áreas mais críticas do Estado do Rio de Janeiro localizam-se nas regiões norte e noroeste do Estado, com grande perda de cobertura florestal, alto grau de degradação e manchas de erosão (PPMA-RJ, 2009).

Apesar da destrutiva ação antrópica sobre a Mata Atlântica ainda não ter cessado, o Estado do Rio de Janeiro se associa a elevada biodiversidade, e até o final de 2008 já haviam

sido listadas em seu território 730 espécies de aves²⁵. Isto significa cerca de 40% das 1.822 espécies brasileiras existentes, segundo o boletim de 2008 do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO). É um número que equivale a aproximadamente 7,5 % das cerca de 9.700 espécies registradas no mundo.

Até no contexto da biodiversidade o PED é uma das mais importantes UCs no Estado do Rio de Janeiro, por representar o último segmento contínuo de vegetação remanescente de Mata Atlântica no centro-norte fluminense, com grandes reservas de madeira-de-lei, como o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*) e a imbuia (*Ocotea porosa*), entre outras. A cobertura vegetal do PED é constituída por Floresta Ombrófila Densa Submontana (até 500 metros), Floresta Ombrófila Densa Montana (vai de 500 a 1.500 metros de altitude), Floresta Estacional Semidecidual (encontrada na vertente continental) e Campos de Altitude (a partir de 1.600 metros) (VALLEJO, 2005 p.224).

A Floresta Ombrófila Densa, ou Pluvial Atlântica, na sua formação montana é a vegetação predominante no Parque. Caracterizada por possuir um estrato arbóreo de até 25 m, está em sua maior parte situada na vertente atlântica do PED, onde recebe as maiores precipitações. Nela ocorrem espécies como pau-amarelo (*Vochysia laurifolia*), bagueçu (*Talauma organensis*), jequitibá-branco (*Cariniana excelsa*) e canela (*Ocotea sp.*, *Nectandra sp.*) dentre as macrofanerófitas. Há um estrato arbóreo de mesofanerófitas a nanofanerófitas com várias espécies das famílias *Rubiaceae*, *Myrtaceae* e *Melastomataceae* e a ocorrência generalizada de representantes das famílias *Palmae* (palmito, guaricanga, tucum), *Pteridophytae* (samanbaia e xaxim) e *Bromeliaceae* (bromélias), além de grande quantidade de epífitas²⁶ e lianas (trepadeiras) (RADAMBRASIL *apud* UFRRJ/IEF-RJ, 1994 p.9 e 10).

A formação submontana na faixa de altitude que vai de 50 a 500 m, está preservada e localizada no PED em áreas quase sempre de relevo montanhoso e posicionadas nas encostas mais íngremes. “A maior parte dos ambientes submontanos está ocupada por antropismos representados em sua maior parte por pastagens” (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.10).

A região da floresta estacional semidecidual²⁷, nas formações montana (de 500 a 1.500 metros de altitude) e submontana (até 500 metros), está praticamente restrita a vertente

²⁵ Listagem realizada pelo ornitólogo Ricardo Gagliardi através de observações próprias, de colaboradores e revisão bibliográfica. Dados do *site* ricardo-gagliardi.sites.uol.com.br

²⁶ São plantas que vivem sobre outras plantas. O epifitismo é comum nas florestas tropicais, onde a competição por luz e espaço não permite que plantas herbáceas prosperem sobre o solo. Alguns exemplos de epífitas são as pteridófitas (fetos ou samambaias), cactáceas (flor-de-maio), begoniáceas (begônias), as bromeliáceas (bromélias ou gravatás), e as orquídeas (orquídeas).

²⁷ Também é conhecida como Mata Semicaducifolia constitui uma formação caracterizada como de transição para a formação ombrófila. O conceito ecológico dessa região está preso ao clima de duas estações, uma chuvosa

continental. No Parque, a proteção legal e o difícil acesso permitem sua existência sendo difícil de ser encontrada em sua forma original por ser muito afetada pela ação antrópica. As espécies encontradas nesta formação são: peroba-do-campo (*Paratecoma sp.*), peroba (*Aspidosperma sp.*), angico (*Piptadenia sp.*), jequitibá (*Cariniana sp.*), canelas (*Ocotea sp.* e *Nectandra sp.*). (RADAMBRASIL *apud* UFRRJ/IEF-RJ, 1994:10). Predominam nesta formação as espécies dos gêneros *Tabebuia*, *Lecythis* e *Astronium* (RIZZINI, 1978 *apud* FBCN, 2003_a).

Os campos de altitude do PED ocorrem nas áreas com altitude acima de 1.600 metros (altitude média para esta fitofisionomia), evidenciada inicialmente na Pedra do Desengano onde permanece intacta por seu difícil acesso, e possivelmente pelas condições semelhantes em outras formações rochosas como a Pedra da Agulha, Cinco Pontas e Malhada Branca (FBCN, 2003_a).

A flora dos campos de altitude do PED pode ser distribuída em três formações semelhantes. A primeira é composta de pequenas comunidades de plantas que sobrevivem da cooperação entre si, sobre solos rasos, colonizadas sobre rochas. Na segunda são encontradas agarradas a paredões de rochas de gnaiss, apresentando-se em comunidades puras, altamente frágeis. E, por último, também são encontradas nas montanhas (platôs e encostas), onde os campos podem apresentar maiores proporções e onde a rocha é mais profunda (figura 4). Nessas áreas dos campos de altitude estão presentes comunidades arbustivas e sub-arbustivas (FBCN, 2003_a).



Figura 4 – Campo de altitude do PED (Morro Encantado)

Autoria: Cláudia Bessa (outubro/2007)

Martinelli (1989) cita que os campos de altitude do Desengano são os mais conservados do Estado, se comparados com os de Itatiaia, Frade, Morro do Cuca e Antas. O botânico explica que o clima úmido e chuvoso do local se deve a brisa marinha carregada de umidade, que após subir a encosta da serra, expande-se, perde energia e se resfria produzindo chuvas freqüentes. No inverno o clima é seco e frio. Para se ter uma idéia da riqueza da flora encontrada no PED, somente em seus campos de altitude, foram coletadas 283 espécies pelo pesquisador em 1988, sendo verificados 63 endemismos para este tipo de habitat e 22 endemismos restritos, ou seja, uma população reduzidíssima numa área muito limitada. Descreveu as 14 espécies que única e exclusivamente ocorrem na área do Parque do Desengano: *Vernonia Magdalenae*, *Senaea janeirensis*, *Tibouchina discolor*, *Bradea brasiliensis*, *Pitcairnia encholirioides*, *Epidendrum chlorinum*, *Oncidium magdalenense*, *Banisteriopsis magdalenensis*, *Behuria huberioides*, *Pleiochiton magdalenense*, *Tibouchina magdalenensis*, *Pleiochiton longipetiolatum*, *Magdalenaea limae* e *Phymatidium limae*. E as 6 limitadas apenas à montanha do Desengano: *Prepusa alata*, *Vriesia farneyi*, *Behuria limae*, *Persea microphylla*, *Salvia magdalenensis* e *Lobelia santos-limae*.

Também foram identificadas em seus levantamentos no Desengano 35 espécies comuns aos campos rupestres, 12,36% da flora total observada, que apesar da distância estão sob o domínio do Cerrado, a centenas de quilômetros no Planalto Central.

Algumas bromélias armazenam água e detritos formando um lago interior denominado tanque que é um elemento vital para outros seres vivos dos campos de altitude. A *Vriesia altimontana*, abundante no Desengano, abriga protozoários e larvas de inseto, enquanto a *Vriesia crassa* serve de moradia para aranha negra *Lycosa raptoris* e a planta insetívora *Utricularia nelumbifolia* (MARTINELLI, 1989, p.41).

Entre 1932 e 1941, os naturalistas Joaquim dos Santos Lima e Alexandre Curt Brade percorreram a área do Desengano e montanhas adjacentes de Santa Maria Madalena, encontrando vinte espécies novas e um novo gênero: *Magdalenae*, que pertence à família das *Scrophulariaceae* (MARTINELLI, 1989 *apud* BIDEGAIN, 1993 p.27).

No ano de 1977, uma expedição científica liderada pelo botânico José Pedro Pereira Carauta ao Parque Estadual do Desengano e adjacências encontrou a *Dorstenia elata* (família Moraceae), verdadeiro fóssil vivo, espécie ameaçada de extinção que só se desenvolve em matas primárias bem conservadas. No ano seguinte, outro grupo de botânicos excursionou também ao Parque do Desengano e encontrou novamente a planta na Serra da Rifa (SOFFIATTI NETO, 2002 *apud* FBCN, 2003_a).

Outras espécies vegetais descritas para o Parque são: o angelim-amargoso (*Vataireopsis araroba*) e a oiticica (*Clarisia racemosa*) consideradas raras; a braúna (*Melanoxylum braunia*) a imbuia (*Ocotea porosa*) e o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*) classificadas como vulneráveis e o sassafráz (*Ocotea odorifera*) considerado como espécie em perigo de extinção pela Portaria IBAMA 37 – N, de 03/04/1992 (FBCN, 2003_a).

Entre outros levantamentos florísticos está à lista com a relação de 41 espécies identificadas na região do Parque Estadual do Desengano publicada em 1984 pelo extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que pertencia ao Ministério da Agricultura, quando foi elaborado o Inventário Nacional de Florestal Nacional de Florestas Nativas (anexo 4).

Duas fitofisionomias antropizadas existentes no parque que por sua extensão merecem destaque são os reflorestamentos e as pastagens/cultivos.

A primeira, o reflorestamento homogêneo com espécies exóticas como o Eucalipto, existe nos limites do Parque adentrando sua área na região da Serra da Rifa próximo ao ribeirão do mesmo nome, ocupando uma área que deveria ser de preservação permanente por se tratar de pequenas bacias de nascentes.

As áreas de pastagens ou de cultivos de subsistência são encontradas nas regiões da Morumbeca de Baixo, Morumbeca de Cima, próximo às margens dos Ribeirões Macapá da

Rifa e Vermelho, regiões baixa e alta do Rio Mocotó, nascentes do Rio Preto e localidade de Poço Parado (FBCN, 2003_a).

Conforme a Figura 5, dados gerados por imagens de satélite Landsat 7, em 2000, mostram que 76% da área do PED até aquela data eram constituídas de floresta densa e 11% de floresta em estágio inicial de regeneração (figura 5).

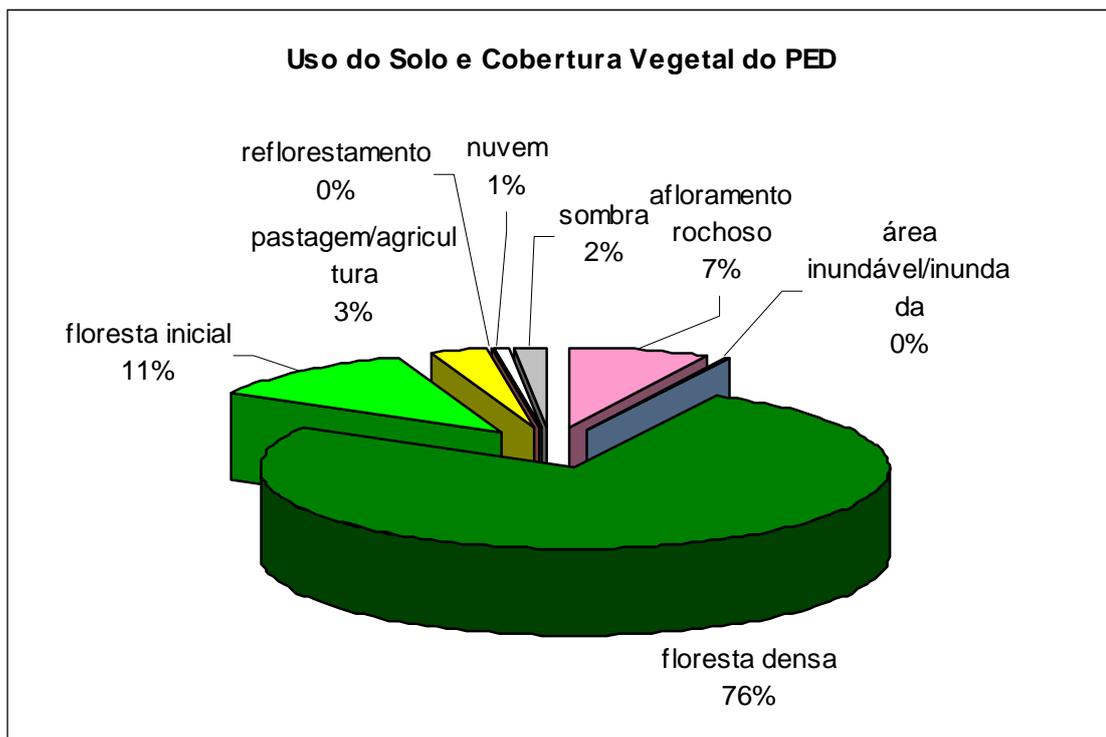


Figura 5 - Uso do Solo e Cobertura Vegetal do PED

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual do Desengano, feito pela FBCN e publicado em 2005.

O Parque, por estar situado nos domínios da Mata Atlântica, em região montanhosa com variação de altitude, possui uma grande biodiversidade faunística com várias espécies ameaçadas de extinção como o macuco (*Tinamus solitarius*), o preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*) e o papagaio-chauá (*Amazona rhodocoryta*).

Em relação às aves, a região do Parque Estadual do Desengano, se considerada toda a sua variação de altitude, abriga a maioria das espécies de ocorrência na Mata Atlântica do sudeste brasileiro. Tomando como exemplo apenas o grupo dos psitacídeos, que inclui os papagaios e periquitos, a região possui 18 das cerca de 74 espécies brasileiras sendo metade delas criticamente ameaçadas de extinção o que caracteriza a área em termos de conservação ambiental e região chave para proteção da diversidade biológica. No Parque Estadual do Desengano e seu entorno ocorrem quase todas as espécies de aves listadas como ameaçadas de extinção no Estado do Rio de Janeiro (FBCN, 2003_a).

Integrantes do Clube dos Observadores de Aves do Rio de Janeiro (COA-RJ), entre 1984 e 1991, realizaram levantamentos da avifauna da região norte fluminense (PACHECO, 1996). Entre os 192 novos registros encontrados, 60 espécies foram observadas no PED, entre 1987 e 1988, sendo a maioria na localidade de São Julião, no município de Campos (anexo 5).

Recentemente, foi realizado o inventário avifaunístico para Plano de Manejo do PED, em três áreas de amostragem divididas por tipologia vegetacional e habitat preferencial de espécies, em baixa e alta altitude, utilizando variadas técnicas para determinação das espécies como registros por observação, bioacústica, armadilhas fotográficas de disparo remoto e captura por armadilhas (FBCN, 2003_a). Não foi encontrado o número total de espécies identificadas. Os registros das espécies foram por habitats não sendo explicado se houve repetição de espécies em ambientes distintos.

O Parque pelo fato de possuir uma extensão considerável preservada de vegetação nativa possibilita a existência da mastofauna.

Temos como exemplo a onça-parda ou suçuarana (*Felis concolor*) descrita por Martinelli (1989) na Pedra do Desengano se alimentando de pequenos mamíferos, aves e répteis.

Entre os primatas temos o muriqui ou mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*) com relato de observação, em 2003, de um grupo com 20 indivíduos, o macaco-prego (*Cebus nigritus*) e o barbado ou guariba (*Alouatta guariba*) (FBCN, 2003_a).

Outros mamíferos listados pelo IEF para o PED são o quati (*Nasua nasua*), a paca (*Agouti paca*), o tatu-galinha (*Dasytus septencinctus*), o furão (*Grison vittatus*), o mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) e a irara (*Eira Barbara*) (BIDEGAIN, 1993 p.28)

Das 176 espécies de mamíferos conhecidas para o Estado do Rio de Janeiro, foram inventariadas pelos técnicos que elaboraram o Plano de Manejo, um total de 33 espécies ocorrendo no PED. Destas, 16, ou seja, 48% estão ameaçadas de extinção (BERGALO et al, 2000 *apud* FBCN, 2003_a).

A classificação climática regional da área do Parque corresponde, segundo Koppen, ao tipo de clima tropical úmido, caracterizado pela sazonalidade no regime das precipitações, com chuva no verão e seca no inverno. A temperatura média anual é da ordem de 20^oC, sendo que, nos meses mais frios, as mínimas são inferiores a 18^o C (FBCN, 2003_a).

A climatologia local tem um caráter estacional, principalmente nas partes baixas e intermediárias das vertentes. Este caráter climatológico é diminuído nas partes altas devido ao efeito orográfico²⁸ (UFRRJ/PRÓ-NATURA,1994 p.8).

As temperaturas médias variam em função da altitude e da orografia.

Na vertente Continental em sua parte baixa há três tipos clima: a) úmido, com pouco ou nenhum déficit de água; b) megatérmico, com calor bem distribuído o ano todo; c) sub-úmido seco.

Na vertente Atlântica predominam as chuvas orográficas e há dois tipos de clima: a) úmido, que é predominante, com pouco ou nenhum déficit de água; b) mesotérmico, com calor bem distribuído o ano todo (UFRRJ/PRÓ-NATURA,1994 p.9).

A região da Serra do Mar onde está situado o PED é composta, predominantemente, por rochas gnáissicas e graníticas, geradas em zonas profundas da crosta terrestre.

Na área do PED afloram, basicamente, quatro tipos de rochas de idade pré-cambriana (com mais de 550 milhões de anos). Destas, três consistem de rochas magmáticas (ígneas) intrusivas com textura gnáissica, e a outra é um gnaiss derivado de antigas rochas sedimentares (FBCN, 2003_a).

O material geológico da região do PED é proveniente de três períodos. No período Arqueano foi formado o Complexo Paraíba do Sul – Unidade Desengano (compreende gnaisses bandeados, migmatitos e gnaisses granitóides); No Terciário originou-se a Formação Barreiras (compreende arenitos e sedimentos argilo-arenosos com laterização); No Quaternário surgiram os Aluviões (compreendem areias, cascalhos e argilas inconsolidadas) (UFRRJ/PRÓ-NATURA,1994 p.5).

“O maciço montanhoso que forma o parque é resultado de dobramentos, reativações de falhas e remobilizações de camadas de chernokito, no qual predominam na região grandes blocos, maciços de origem basáltica caracterizados pelos afloramentos esverdeados e gnaiss” (BIDEGAIN, 1993 p.25).

De acordo com o “Mapa Geomorfológico do Estado do Rio de Janeiro” (DANTAS *et al.*, 2000 *apud* FBCN, 2003_a) o PED está inserido em duas unidades geomorfológicas:

²⁸ A chuva orográfica, ou chuva de relevo, ocorre quando uma massa de ar carregada de umidade sobe ao encontrar uma elevação do relevo, como uma montanha, provocando chuva. É uma das causas da seca do sertão nordestino e da grande pluviosidade na Serra do Mar, no Rio de Janeiro.

1 - A escarpa da Serra do Imbé:

Compreende a vertente oceânica (sul) do Parque, sendo drenada pela bacia do Rio do Imbé. Possui vertentes íngremes e paredões rochosos de grandes desnivelamentos altimétricos, freqüentemente, superiores a 1.000 metros. A linha de cumeada sustenta altitudes entre 1.200 e 1.600 metros, com picos que atingem 1.800 metros;

2 - A escarpa reversa da Serra do Desengano:

Consiste na vertente continental (norte) desta UC, sendo drenada por canais tributários dos rios Paraíba do Sul, Dois Rios e Grande. Caracteriza-se por um conjunto de alinhamentos serranos, com vertentes íngremes e paredões rochosos de difícil acesso.

Em relação aos domínios geomorfológicos a área abrangida pelo PED compreende dois grandes conjuntos: porções mais elevadas das vertentes (escarpas) e os terrenos alto-montanos, encravados entre as vertentes e profundamente entalhados pela rede de drenagem. Neste sentido, esta zona alto-montana, circunscrita aos limites do PED, somada aos segmentos das quatro vertentes (Atlântica, Continental, Leste e Oeste), consiste no quinto domínio geomorfológico denominado de Planalto Dissecado do Desengano. As porções superiores das quatro vertentes inseridas no PED apresentam, de maneira geral, características morfológicas semelhantes, porém diferem bastante do domínio suspenso do Planalto Dissecado do Desengano (FBCN, 2003_a).

Segundo o Projeto Radambrasil (1983) o relevo da região é representado por morros, pontões, escarpas sub-paralelas e festonadas, cristas de topos aguçados, pães-de-açúcar, patamares escalonados e encostas com declividades acentuadas atingindo 75°, principalmente nas vertentes sudoeste e norte (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.5 e BIDEGAIN, 1993 p.25).

As serras (fig. 2) que formam o PED são denominadas: Agulha, Desengano, Rifa, Marreiros, Morumbeca, Marimbondo, Malhada Branca, Mata Cavalo, Barro Alegre, Boi Branco, Itacolomi, Gaivota e Grande.

O Parque tem vales alongados com segmentos de drenagem retilíneos e linhas de crista paralelas, sendo que os altos picos que formam o espinhaço estão com sua linha de cumeada dirigida no sentido sudoeste/nordeste. (BIDEGAIN, 1993 p.25).

Os solos encontrados no entorno do Parque e que provavelmente devem ocorrer dentro de seus limites são classificados em podzólico vermelho-amarelo (suscetível a erosão devido ao seu gradiente textural), latossolo vermelho-amarelo (baixa disponibilidade de nutrientes), cambissolos com substrato rochoso (presença de pedregosidades e rochosidades) e cambissolos com substrato sedimentos (baixa fertilidade). Todos estes solos são ácidos (pH entre 3,9 e 5,3), a maioria tem elevados teores de alumínio e na área do parque sofrem risco

de erosão decorrentes da topografia acidentada que pode ser aumentada em áreas com a vegetação nativa removida (UFRRJ/PRÓ-NATURA,1994 p.6 a 8).

O segmento da Serra do Mar que se desenvolve dentro do PED, serve como divisor de águas para duas principais bacias hidrográficas. Uma na vertente interior ou continental, abrigando as nascentes que correm para o Rio Grande, um dos principais afluentes do Paraíba do Sul pela margem direita. A bacia abrange ainda os ribeirões do Macapá e Vermelho, este na condição de sub-afluente, desaguando no Ribeirão Santíssimo. Os córregos do Recreio e Itacolomi alimentam o Rio do Colégio, também pequeno afluente do rio Paraíba do Sul, e ainda o Rio Preto, cujo principal afluente é o Rio Bela Joana, e que atualmente é tributário do Rio Ururaí, que posteriormente também deságua na Lagoa Feia situada em Campos dos Goytacazes. A outra bacia, na vertente Atlântica, onde a junção dos córregos Santo Antônio e Boa Vista Velha vão formar o Rio do Imbé que recebe outras contribuições hídricas que nascem dentro dos limites do Parque, um dos principais contribuintes à Lagoa de Cima, situada no município de Campos dos Goytacazes que, por sua vez, fortalece os volumes afluentes à Lagoa Feia, através do Rio Ururaí. Por fim, as águas que romperam das nascentes à superfície e aquelas decorrentes das chuvas nos domínios do parque, após longa trajetória, vão atingir o Oceano Atlântico pelos escoamentos do Canal da Flecha, principal via hidráulica de defluência da Lagoa Feia (FBCN, 2003_a).

As características geoambientais peculiares às microbacias são resultantes da orografia e das interações das correntes de ar. Na vertente continental, a má distribuição das chuvas e a grande intensidade delas, dificultam a sucessão vegetal secundária em estágio inicial, afetando o desempenho hidrológico das microbacias hidrográficas, resultando na redução da vazão média diária no período de estiagem e aumento das cheias nos períodos chuvosos. A oferta de água na vertente Continental atende razoavelmente às cidades e vilas próximas, como por exemplo Santa Maria Madalena, enquanto que na vertente Atlântica, a oferta de água é muito maior do que a demanda dos municípios agregados (UFRRJ/PRÓ-NATURA,1994 p.15).

Segundo Bidegain (1993), os cursos d'água com nascentes no PED são os ribeirões Macapá Santíssimo, afluentes da margem direita do Rio Grande, que é um tributário do Rio Paraíba do Sul; o Rio do Colégio, tributário do Rio Paraíba do Sul; os rios Segundo do Norte, Mocotó, Aleluia e Morumbeca que são afluentes da margem esquerda do Rio Imbé, que deságua na Lagoa de Cima; o Rio Preto e seu afluente, o Rio Bela Joana, que desemboca no Rio Ururaí. Existem várias cachoeiras dentro do Parque como a da Rio Morumbeca do Imbé na Fazenda Desengano, do córrego da Rifa, da Agulha, do Rolador, localizadas no município

de Santa Maria Madalena e as do Rio Opinião e a do Tombo D'água em Campos dos Goytacazes, sendo esta última a mais conhecida por sua beleza.

O principal uso das águas geradas nos domínios do parque é o de abastecer parte do município de Santa Maria Madalena, através da captação no Ribeirão Vermelho, afluente do Ribeirão Santíssimo, implantada e operada pela Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro – CEDAE (FBCN, 2003_a).

O Parque Estadual do Desengano tem como principal objetivo de criação assegurar a preservação de remanescentes de Mata Atlântica existentes no norte fluminense, com suas espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção, ou insuficientemente conhecidas cientificamente, além de integrar corredores ecológicos capazes de garantir a preservação da diversidade biológica regional.

3.3 – Contexto sócio-econômico

3.3.1 – Histórico de ocupação do PED e entorno

A região dos municípios abrangidos pelo PED inicialmente foi habitada pelo índios goitacás ou goitacazes, guarulhos, coroados, puris e sucurus e passou a ser desbravada pelo homem branco, com a doação da Capitania de São Tomé a Pero de Góis da Silveira, chegado ao Brasil com a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1530 (UFFRRJ/PRÓ-NATURA,1994 p.18). Nesta época, o litoral fluminense era constantemente ameaçado por piratas franceses, ingleses e holandeses, demandando do Governo Geral instalado pelo Rei de Portugal, auxílio aos donatários na defesa das capitanias (FBCN, 2003_a).

A região somente iria começar a ser colonizada efetivamente a partir de 1627. Em 1650, foi erguido na região o primeiro engenho de açúcar e a atividade açucareira expandiu-se no século XVIII criando uma poderosa aristocracia agrícola. Em 28 de março de 1835, a Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade com o nome de Campos dos Goytacazes, e os canaviais se estendiam pela planície, entre o Rio Paraíba do Sul e a Lagoa Feia (FBCN, 2003_a).

Em 1875, passados 40 anos após ter sido elevada à categoria de cidade, já havia 245 engenhos de açúcar, com 3.610 fazendeiros estabelecidos na região.

A cidade cresceu e se desenvolveu; as construções de sobrados e solares confortáveis se espalharam por todas as áreas próximas ao Rio Paraíba do Sul. Por sua importância

Campos recebeu quatro vezes a visita de D. Pedro II, sendo que na primeira, o imperador inaugurou a luz elétrica na cidade, que passou a ser assim a primeira cidade na América do Sul a contar com este avanço tecnológico (FBCN, 2003_a).

A partir de Campos, a colonização foi irradiada com a ocupação do interior que teve início com a implantação por religiosos dos aldeamentos de São Fidélis, Macabu, Itaocara e Itaperuna nos séculos XVIII e XIX.

A aldeia de São Fidélis foi erguida por dois padres capuchinhos no século XVIII e, com a expansão da cafeicultura e da extração de madeiras, foi alçada à condição de freguesia em 1840, vila em 1850 e cidade em 1870 (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.18).

A área de Santa Maria Madalena começou a ser desbravada no início do século XIX, porém somente em 1851, o arraial do Santíssimo passou à categoria de Curato mudando sua denominação para a atual e levada à condição de Freguesia em 1853 (TCE-RJ, 2003 *apud* VALLEJO, 2005 p.226). O desbravador da área foi Manuel Teixeira Portugal, que depois se deslocou para a região de São Fidélis (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.18). Logo após, José Vicente, um velho mateiro, que a procura de escravos fugitivos desbravou as matas do local, apossou-se das terras e construiu um rancho, fixando-se onde hoje se localiza a Praça da Igreja Matriz (LAMEGO, 2002, p. 20).

A localidade se desenvolveu e em 1890, no período republicano, virou município. A cafeicultura foi dominante na região até o século XIX e quando entrou em decadência foi substituída pela pecuária (VALLEJO, 2005 p. 226).

A crise de 1929 levou ao declínio à região, iniciando uma dinâmica de estagnação econômica e êxodo rural que dura até hoje (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.18).

Há duas versões sobre a origem do nome “Desengano” que significa desilusão, decepção ou desapontamento. A primeira teve origem numa antiga fazenda comprada por um francês naquela época, mesmo tendo sido avisado sobre o mau negócio efetuado (PIMENTEL & SANTOS, 2000 *apud* VALLEJO, 2005 p. 226). A outra se origina da fazenda São José do Bonsucesso, criada em 1877, pelo desbravador Manuel T. Portugal, em local considerado com poucas chances de êxito em relação à agricultura (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.18).

O relevo acidentado da região sempre foi o principal fator limitante do desenvolvimento econômico da área. Segundo Soffiati (s/d), na década de 30 por trás da defesa da melhoria dos acessos as florestas das encostas com a finalidade turística, havia outro interesse econômico que era construir uma rodovia interligando à cidade de Campos, patrocinada pela Associação Comercial e Industrial de Campos. Diversos proprietários nesta

época derrubaram a floresta para comercializar as madeiras nobres e abrir terras para o cultivo (VALLEJO, 2005 p. 227).

No século XVIII, teve início à atividade açucareira em Campos, em latifúndios e pequenas propriedades, que se expandiu com a inauguração da ferrovia Campos-Macaé, que a ligava o município a capital (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.19). As florestas do município foram devastadas para dar lugar aos canaviais e a retirada de lenha para alimentar as usinas e as fomalhas dos trens da Cia. Leopoldina. Também existiam 10 serrarias em atividade em Campos. Somando toda essa pressão antrópica, a devastação anual inteirava 192.000 m³ de lenha (SOFFIATI NETO, s/d apud VALLEJO, 2005 p. 227).

A cultura do café iniciada no Rio de Janeiro em 1760 se expandiu pelo Vale do Paraíba do Sul criando uma aristocracia rural e provocando uma intensa derrubada da mata nativa.

O município de Santa Maria Madalena conheceu o progresso com o cultivo do café e em 1876, segundo Alberto Lamego *apud* Beatriz Lamego (2002 p. 23):

“trabalhavam nas fazendas municipais 11.233 escravos. Em 1910 o município ainda exportava 250.000 arrobas de café, mantendo-se as suas safras anuais assim por vinte anos. Essa propriedade econômica fez com que a população do município crescesse rapidamente, sendo em 1920 de 24.450 habitantes, dos quais apenas 9.610 viviam na cidade”.

Mas os enormes danos ambientais resultantes da atividade cafeeira não atingiram o PED conforme a citação de Drummond (1996 p.136), relatada por Beatriz Lamego (2002 p.23):

“O resultado disso é visível ainda hoje nas desnudas encostas e montanhas da Serra do Mar e do Vale do rio Paraíba do Sul. O sítio do Parque do Desengano, no centro-norte do Estado do Rio de Janeiro (municípios de São Fidélis, Campos e Santa Maria Madalena), no topo de uma das seções finais da Serra do Mar, é talvez a única exceção à regra geral de devastação completa da flora original das partes central e ocidental do estado, pois ali parecem existir remanescentes de florestas nativas”.

Quando as reservas florestais da planície se tornaram precárias para atender a enorme demanda por lenha das usinas e o oferecimento de novas terras para o cultivo da cana houve um avanço da exploração madeireira e das lavouras sobre a região serrana (SOFFIATI NETO, s/d *apud* VALLEJO, 2005 p. 227). A pressão sobre as florestas do PED e sua área influência direta em busca de lenha e madeiras de uso comercial foi intensa principalmente entre os anos 80 e 90.

Segundo o IBGE no ano de 1975 os municípios abrangidos pelo Parque consumiram valores superiores a 200.000 m³ de lenha e toras, diminuindo para aproximadamente 3.000 m³ em 1993 (VALLEJO, 2005 p. 227).

Os autos de infração do Batalhão Florestal da Polícia Militar e do IEF lavrados durante um ano e meio, entre 1988 e 1989, apontaram o desmatamento significativo de 195,66 hectares em Campos, 26 hectares em São Fidélis e 2,79 hectares em Santa Maria Madalena, que certamente foi maior por não ter sido possível contabilizá-lo totalmente nas estatísticas oficiais. A ONG Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza (CNFCN) com base nestas autuações, divulgou em 1990, a lista dos desmatadores das regiões Norte e Noroeste fluminense, encabeçada pelo fazendeiro campista Sérgio Silva Guimarães, com 68 hectares (BIDEGAIN, 1993 p.31).

Ao acompanhar as estatísticas do IBGE sobre a produção extrativa de madeira em tora por município (tabela 1), é possível observar que a região do entorno do PED contribuiu, a partir 1985, com mais de 50% da produção estadual de madeira em toras, para uso principal em carpintaria e marcenaria, sendo que Campos dos Goytacazes que era o primeiro da lista, em 1989, foi ultrapassado por Santa Maria Madalena (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p. 31).

Tabela 1 – Produção extrativa de madeira em tora (m³) em três municípios fluminenses, entre 1975 e 1990

MUNICÍPIO	1975	1980	1985	1988	1989	1990
Campos	33.000	20.000	18.900	21.176	12.441	3.462
São Fidélis	336	290	335	465	405	135
S.M.Madalena	420	320	1.400	3.300	3.200	3.050
Total nos 3 municípios	33.756	20.610	20.635	24.941	16.046	6.647
Total no Estado do Rio de Janeiro	99.538	142.107	41.796	40.032	28.385	11.893

Fonte: IBGE, Produção extrativa vegetal e da silvicultura, por vários anos. Adaptada da tabela da p. 31 do relatório Diagnóstico Geoambiental e Sócioeconômico da Área de Influência do PED (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994).

A exploração do palmito nativo (*Euterpe edulis*) também foi expressiva em dois municípios da região do Parque (tabela 2). Enquanto Campos que detinha 85% da produção do Estado, em 1985, diminuiu para 12% em 1985, Santa Maria Madalena inversamente aumentou sua participação de 2,5% em 1975 para 87,4% em 1990 (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.32).

Tabela 2– Produção extrativa de palmito nativo (tonelada) em três municípios fluminenses, entre 1975 e 1990

MUNICÍPIOS	1975	1980	1985	1988	1989	1990
Campos	50	15	5	3	2	1
São Fidélis	-	-	-	-	-	-
S.M.Madalena	1,5	1	6	6	7	7
Total nos 3 municípios	51,5	16	11	9	9	8
Total no Estado do Rio de Janeiro	60,4	25	91	12	10	8

Fonte: IBGE, Produção extrativa vegetal e da silvicultura, por vários anos. Extraída e adaptada da tabela da p. 31 do relatório “Diagnóstico Geoambiental e Sócioeconômico da Área de Influência do PED” (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994).

A produção de cerâmica vermelha bem representativa em Campos (cinco mil tijolos diariamente segundo estatística do Departamento de Recursos Minerais – DRM/RJ) representa uma outra atividade regional considerada econômica, social e ambientalmente insustentável, pela formação de enormes crateras no local da extração, o empobrecimento do solo, a utilização clandestina de árvores nativas para alimentar os fornos das olarias, a exploração do trabalho adulto e infantil e a diminuição das jazidas de argila situadas principalmente nas planícies aluviais milenares do Rio Paraíba do Sul. Junto com as cerâmicas em Campos, estão duas outras consumidoras de produtos florestais, que cresceram muito com o aumento populacional: a construção civil e a fabricação de móveis (VALLEJO, 2005 p.229).

3.3.2– Regiões de inserção

O PED está inserido nas regiões Norte e Serrana do Estado do Rio de Janeiro, que em 2000, segundo o censo demográfico do IBGE, tinham cerca de 1.400.974 habitantes, em uma área de 16.667,9 km², com uma densidade demográfica de 84,1 hab/km². Mas esta população, representava na ocasião apenas 9,73% da população total do Estado do Rio de Janeiro, sendo que desse contingente, 85,25% das pessoas encontravam-se na zona urbana e apenas 14,75% na zona rural (FBCN, 2003_a).

O Norte Fluminense tem uma tradicional atividade açucareira que, mesmo incentivada pelo Pró-Álcool, a partir dos anos 70, apresenta índices de produtividade muito baixos, quando comparados a outros estados. O petróleo na Bacia de Campos descoberto na década de 80, bem como o desenvolvimento da fruticultura de produtos tropicais (ex: maracujá e

abacaxi), deram um novo impulso econômico a região. Vários municípios como Macaé e Campos passaram a receber os royalties da Petrobrás.

Alguns municípios serranos como Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis possuem um setor têxtil crescente, extração e processamento de calcário para produção de cimento e produção de alimentos requintados como queijos de cabra, trutas e escargots (FBCN, 2003_a).

Porém, na maioria dos municípios das duas regiões da área de inserção do PED, predominam basicamente as atividades agropecuárias.

Campos dos Goytacazes é o principal município da região Norte do Estado, com uma economia historicamente mais estável, fundamentada na produção do açúcar, na produção do álcool, na extração de petróleo, na indústria de transformação de aço e ferro, na produção de bebidas, cerâmicas e artesanato. Na área de educação, o município possui várias faculdades particulares e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), constituindo-se, sem dúvida num significativo pólo de desenvolvimento econômico e cultural do Estado do Rio de Janeiro. O município concentra a oferta de cursos de nível superior da região Norte, seguido de Macaé. Também na área de recreação e lazer, desfruta de excelente rede de hotelaria, e conta com inúmeros equipamentos de difusão cultural: museus, teatros, anfiteatros, casas de espetáculos, casas antigas de fazendas, solares de antigos membros da nobreza e etc.

Os pólos regionais de Macaé e Nova Friburgo influenciam economicamente a região do entorno do PED, mesmo não sendo municípios diretamente envolvidos com o Parque. Macaé localizado no limite da Região Serrana, a aproximadamente duas horas de viagem de Santa Maria Madalena, teve um enorme crescimento econômico, em função do apoio às atividades de exploração do Petróleo na bacia de Campos. Nova Friburgo, pólo regional tradicional da Região Serrana, teve uma expansão econômica nos últimos anos relacionada à indústria da confecção de vestuário.

Ainda assim, os municípios de Santa Maria Madalena e de São Fidelis, estão inseridos em uma zona de pobreza do Estado do Rio de Janeiro e têm como base econômica à agricultura e a pecuária, em um panorama econômico e cultural bem diferente, no qual grande fonte de recursos financeiros provém de repasses de tributos estaduais e federais (FBCN, 2003_a).

Santa Maria Madalena pertence à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, composta pelos municípios de: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

3.3.3 – Ocupação humana nos municípios do entorno

Os municípios abrangidos pelo Parque possuem dinâmicas sociais e econômicas diversificadas. Cabe lembrar que as áreas abrangidas por estes municípios no Estado são bem maiores que a área dita de influência ou entorno do PED.

O mais populoso é Campos dos Goytacazes, com 4.469 km² que foi o único com crescimento demográfico nas últimas décadas, acompanhando a tendência geral do Estado do Rio de Janeiro, com um aumento populacional de 180.677 habitantes em 1940 para 406.511 em 2000, ou seja, um aumento de 125% em sessenta anos. Devido aos setores sucroalcooleiro e petrolífero é considerado um pólo de atração populacional regional e estadual com peso econômico e político, fazendo com que habitantes das áreas mais estagnadas do Norte e Noroeste fluminenses se desloquem para ele em busca de melhores oportunidades de emprego e de qualidade de vida (FBCN, 2003_a). A maior parte da população campista se concentrava, em 2000, na área urbana (89,48%) sendo que apenas o distrito de Morangaba, próximo ao PED, tinha uma população residente de 3.322 habitantes (VALLEJO, 2005 p.231).

São Fidélis com 1.027 km² teve um decréscimo populacional de 24%, entre 1940 e 1991, causado pela estagnação econômica verificada nos últimos ciclos econômicos, passando de 45.679 para 34.581 habitantes e depois voltou a crescer 6% até atingir o número de 36.774 habitantes em 2000.

Santa Maria Madalena (figura 6) teve também taxas negativas de crescimento com um decréscimo populacional de cerca de 73%, entre 1940 e 2000, passando de 17.936 para 10.336 habitantes. Segundo Lamego (2002) o município é conhecido como a “Amazônia Fluminense” pela menor taxa de densidade demográfica do Estado do Rio de Janeiro (12,64 habitantes por km²) e já foi o campeão estadual de êxodo rural.



Figura 6 – Santa Maria Madalena
(outubro/2008)

O município apresenta demasiada pobreza e elevadas taxas de êxodo populacional, principalmente de jovens que saem em busca de estudo e trabalho em cidades de regiões mais desenvolvidas (VALLEJO, 2005 p. 230). Santa Maria Madalena em 2005 tinha uma população de 10.476 habitantes, correspondentes a 1,4 % do total da população da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (tabela 3). Esta população tem uma proporção de 104,1 homens para cada 100 mulheres. A maior parte da população encontra-se na faixa etária entre 30 e 49 anos, seguida pela faixa de 50 ou mais anos (SEBRAE/RJ, 2008). O município de Santa Maria Madalena possui uma extensão territorial de 815,2 km² correspondente a 11,75 % da área da Região Serrana e está a uma distância de 219 km da capital do estado com uma densidade demográfica²⁹ de 12,83 habitantes por km². O município está classificado com um índice de médio desenvolvimento humano de 0,734, ocupando a 69ª posição no critério do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estadual.

Metade da população dos três municípios abrangidos pelo PED é formada por crianças com idade de 0 a 14 anos (27,1%) e de jovens de 15 a 29 anos (26,5%), que estão se iniciando no mercado de trabalho (FBCN, 2003_a).

²⁹ A densidade demográfica é calculada dividindo-se o número da população residente pela área terrestre do município.

Tabela 3 – Habitantes dos municípios abrangidos pelo PED e o total do Estado

MUNICÍPIOS	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Campos dos Goytacazes	180.677	200.327	246.865	318.806	348.542	376.290	406.511
São Fidélis	45.679	43.869	38.715	35.143	34.973	34.581	36.774
Santa Maria Madalena	17.936	14.592	14.754	12.452	11.802	10.850	10.336
Total dos 3 municípios	246.232	260.738	302.294	365.401	395.317	423.712	455.621
Estado do Rio de Janeiro	3.611.998	4.674.645	6.709.891	4.742.884	11.291.631	12.807.706	14.367.083

Fontes: IBGE - Censos Demográficos. CIDE - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Extraído do Plano de Manejo do PED feito pela FBCN e publicado em 2005.

3.3.4 – Economia dos municípios

Na conjuntura macroeconômica, os trabalhadores formais dos três municípios que exercem influência sobre o PED estão mais concentrados nas áreas urbanas, exercendo atividades comerciais e de prestação de serviços.

No setor primário há predominância da pecuária sendo que os estabelecimentos rurais com pastagens ocupam aproximadamente 57% da área em Campos dos Goytacazes e em torno de 70% nos outros dois. A região é marcada por uma situação de estagnação produtiva e verifica-se que a grande maioria dos estabelecimentos rurais são administrados pelos próprios donos com índices acima de 90% de proprietários entre os produtores rurais. De acordo com o censo feito em 1996, a área de influência do PED era caracterizada, por pequenos e médios estabelecimentos rurais, com predomínio de propriedades com até 500 ha. As pequenas propriedades (até 50 hectares) representavam mais de 80% dos estabelecimentos rurais e abrangiam, em 1996, cerca de apenas 20% das terras ocupadas nos municípios limítrofes ao PED. A quase totalidade das propriedades médias (de 50 a 500 hectares) ocupava cerca de 70% das terras (FBCN, 2003_a).

No que concerne à agricultura, segundo os dados do IBGE entre os períodos de 1996 a 2001, não houve uma tendência de aumento na produtividade nos municípios abrangidos pelo Parque, diferentemente do que aconteceu nos indicadores gerais da produção agrícola brasileira da realidade verificada para o conjunto do Estado do Rio de Janeiro. Estes dados comprovaram o baixo grau de competitividade dos produtos agrícolas havendo poucas culturas com rendimentos acima da média nacional e uma pequena extensão de terras utilizadas para lavoura. Assim, conclui-se que a produção está voltada para a subsistência das comunidades rurais e/ou para os mercados locais nos distritos mais urbanizados. No tocante à

pecuária, é facilmente perceptível que os rebanhos dos três municípios têm baixa participação em relação ao total fluminense que é pouco significativo no cenário nacional. O reduzido dinamismo da atividade, associado ao caráter extensivo e baixos investimentos nas criações, leva a concluir que o rebanho da área de influência do PED está voltado para mercados locais e regionais (FBCN, 2003_a).

Segundo o estudo das Potencialidades Econômicas e Competitividade da Região do Estado do Rio de Janeiro, de abril /maio de 1998, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o setor industrial dos municípios da área em estudo possui as seguintes potencialidades:

a) Santa Maria Madalena: potencial para o desenvolvimento da indústria de mobiliário, pois existem atividades de silvicultura já desenvolvidas que possibilitam a fabricação de produtos básicos de madeira, bem como de moinho de carvão para a indústria cimenteira, e, futuramente, de papel;

b) São Fidelis: potencial para o processamento industrial de matérias-primas agrícolas do próprio município e daqueles limítrofes, inclusive para fins de exportação, o que poderá ser alavancado pela tradição na torrefação de café, ao ser retomado o cultivo deste produto;

c) Campos dos Goytacazes: potencial deste município para o processamento de carne e de pescado, desenvolvimento da indústria sucroalcooleira, fabricação de artefatos de ferro, aço e não ferrosos, implantação de indústrias de alta tecnologia, como a de equipamentos eletrônicos e química fina (FBCN, 2003_a).

No setor terciário, o comércio varejista e atacadista é o que mais emprega, dentro do mercado de trabalho formal, nos municípios de Campos e São Fidélis, fato facilmente justificado pelas taxas de urbanização elevadas dos municípios (figura 7).

Entretanto, o mercado de trabalho formal no Município de Santa Maria Madalena apresenta uma concentração de pessoal empregado no setor da administração pública, sendo esta uma característica típica de municípios menos populosos e urbanizados e com menores possibilidades de oferta de postos de trabalho diferenciados para absorção de sua população economicamente ativa (FBCN, 2003_a).

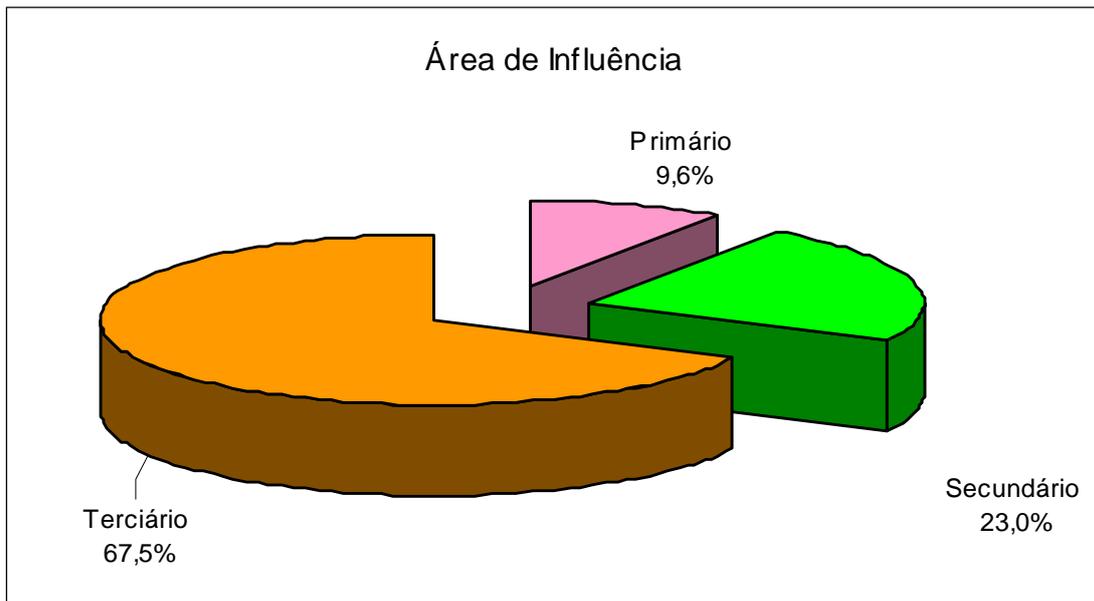


Figura 7 – Ocupação nos setores de atividade econômica na área de influência do PED (DEZ/2001)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS 2001. Extraído do Plano de Manejo do PED

3.3.5 – Infraestrutura do entorno e características

O Plano Diretor do PED caracterizou seis áreas no entorno: Alto Imbé, Sossego do Imbé, Morumbeca, Rio Preto, Rio do Norte/Mocotó e Vale do Colégio (figura 8). Estas áreas, por serem limítrofes ao Parque, podem ser aproveitadas para oferecer apoio ao desenvolvimento do ecoturismo no Parque, portanto, é importante conhecer suas características e infraestrutura.

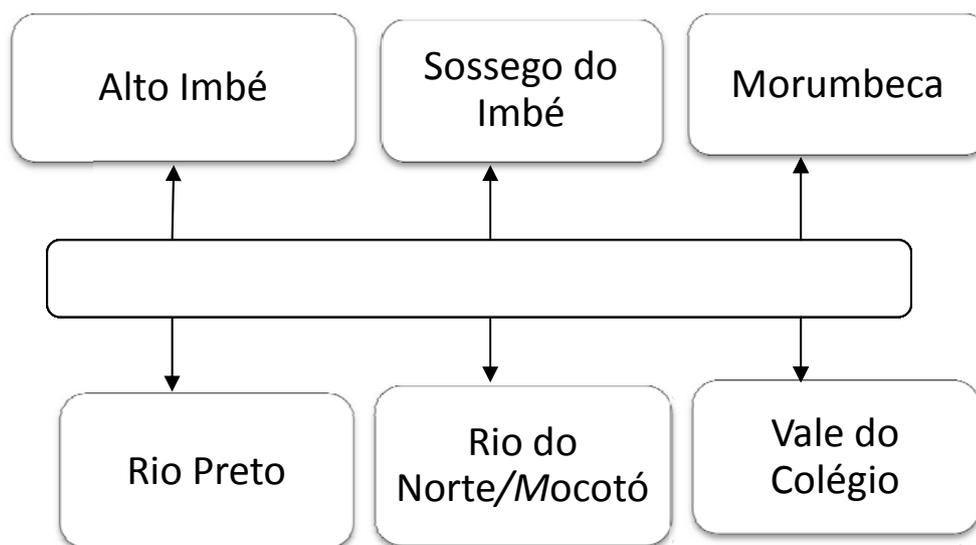


Figura 8 – Áreas no entorno do PED

1 - Alto Imbé:

Compreende as localidades de Santo Antônio do Imbé (sede distrital), São Mateus e Água Limpa, interligadas por uma vasta rede de caminhos, trilhas e estradas de terra, geralmente trafegáveis por carros de pequeno porte, em período seco. É caracterizada por ocupação eminentemente rural e esparsa, com o predomínio de sítios e pequenas fazendas dedicadas à produção de gado leiteiro, com poucas ocorrências de outras criações e/ou culturas agrícolas.

O distrito de Santo Antônio do Imbé está localizado no trecho mais elevado da bacia do Rio do Imbé, situado entre a sede do Município de Santa Maria Madalena e o distrito de Sossego. Possui um relevo de declividades acentuadas, ocorrendo vários afloramentos rochosos, tais como a Serra da Grama (FBCN, 2003_a).

2 - Sossego do Imbé:

Compreendida unicamente pelo distrito de Sossego do Imbé (figura 9), está situada em perímetro urbano (6º distrito de Santa Maria Madalena) e desenvolveu-se à margem do Córrego do Sossego. A área é caracterizada por um relevo ondulado a forte ondulado, cercada por áreas de mata secundária (no lado mais próximo à vertente do parque), por pastagens (no lado mais próximo à planície do rio do Imbé), e recortada por estradas vicinais que ligam o distrito de Sossego ao distrito-sede, à Conceição de Macabu e à BR-101. A partir da sede distrital, verifica-se um caminho de terra que permite a subida até o interior do Parque (cujo limite, neste ponto, encontra-se na cota 500m).

A população local mantém suas sem características de zona rural, expressas pelas atividades econômicas mais freqüentes e pelo seu modo de vida.

Esta região outrora tendo vivenciado um forte êxodo rural, voltou a crescer na década de 90, uma vez que a Prefeitura doou terrenos para algumas famílias da região, com vistas ao aumento da arrecadação do IPTU (FBCN, 2003_a).



Figura 9 – Distrito de Sossego do Imbé
(outubro/2008)

3 – Morumbeca:

A área compreende as localidades de Terras Frias, Ribeirão Santíssimo, Fazenda Tudelândia e a própria sede distrital de Renascença. Possui um relevo escarpado na vertente junto ao parque e a Serra do Desengano, com ocorrência de pasto nas áreas mais baixas (com raras ocorrências de culturas de hortaliças, frutíferas e eucaliptos) e mata nas áreas próximas aos limites do PED (cota 800m). A entrada principal do parque está situada próxima à Fazenda Desengano. Este setor apresenta o mesmo quadro de esvaziamento populacional verificado no conjunto do Município e nas demais localidades (FBCN, 2003_a).

4 - Rio Preto:

A área é definida pela planície aluvial do Rio Preto e seus principais tributários, como o Rio Bela Joana e o Córrego do Paiol. Relevo com variações, apresentando trechos mais planos, na referida planície, até formações onduladas a forte onduladas, na área do médio Rio Preto e no vale do Bela Joana. Afloramentos rochosos e formações fortemente escarpadas são encontradas nas proximidades da nascente do Rio Preto e do Córrego do Paiol, indo para além dos limites do Parque (cotas 800 e 900m).

No centro da planície do rio Preto situam-se o bairro Novo Horizonte e as comunidades ligadas às diversas fazendas de gado de corte, espalhadas nas áreas de cotas 400 a 700m. No centro de Novo Horizonte, um tributário do Rio Preto foi canalizado e vem se transformando em depósito de lixo e valão de esgoto, a despeito das placas existentes na proximidade alertando sobre a necessidade de preservação dos rios, A região apresenta alguns processos de ocupação e transformação do espaço que merecem atenção:

- Intenso processo de urbanização e favelização no bairro Novo Horizonte, acompanhado de elevado volume de investimentos em infra-estruturas e em projetos de desenvolvimento econômico local;

- As áreas rurais próximas ao PED apresentam fortes indícios de fracionamento das propriedades, fato que tem intensificado as investidas contra áreas remanescentes de mata primária (próximas e até dentro do PED) e áreas recuperadas, ocupadas por mata secundária (em serras e formações limítrofes) (FBCN, 2003_a).

5 - Rio do Norte - Mocotó:

Compreende as comunidades situadas na Fazenda Babilônia, na vertente voltada para o rio do Norte e no baixo trecho do rio Mocotó, tributário do Rio Imbé, que compõem o distrito de Morangaba (9º distrito de Campos dos Goytacazes). A bacia do Rio Mocotó estende-se até o interior dos limites do parque (acima da cota 500 m) e espraia-se por esta área, atingindo uma faixa de mais de 20 km de extensão. Este fato torna o médio e baixo trecho do Rio Mocotó uma área estratégica para a definição de práticas de manejo e conservação ambientais.

As estradas, de um modo geral, apresentam condições de tráfego adversas mesmo durante períodos de estiagem, e as poucas pontes que haviam foram destruídas pela falta de manutenção, não tendo sido até hoje reconstruídas (FBCN, 2003_a).

6 - Vale do Colégio:

Estende-se por uma área de relevo fortemente drenado, seguindo em direção ao Rio Paraíba do Sul, percorrendo parte do distrito de Cambiasca (São Fidélis), até as proximidades do distrito-sede (FBCN, 2003_a).

Trata-se de uma área extensa, apresentando pequenos vales encaixados, entre as serras do Aleixo, Recreio, Colégio e Itacolomi, entrecortadas por trechos de pastagens, áreas onde há sinais de recuperação da vegetação nativa e algumas ocorrências de culturas permanentes (café, banana) e temporárias (mandioca, milho, feijão). Existem diversas comunidades situadas próximas aos limites do Parque - as comunidades de Toca Fria, Itacolomi e Paraíso (todas localizadas em altitudes variando de 800 a 1.000m) (FBCN, 2003_a).

Os acessos a essas populações são caracterizados por caminhos estreitos e estradas vicinais, apresentando, nos trechos mais críticos, declividades de até 30° - com absolutamente nenhuma manutenção periódica por parte do poder público - e que apresentam, por estarem encravadas em encostas com declividades próximas dos 45°, elevado potencial erosivo e risco de desabamento durante períodos de fortes chuvas. As características citadas conformam uma situação de tamanho abandono, que mesmo veículos especiais (tração e reduzida) incorrem em grandes dificuldades para circularem pela área (FBCN, 2003_a).

Não existe saneamento básico nas localidades ao redor do PED, porém há um sistema de captação de água criado e mantido pelos próprios moradores (coleta direta na nascente). Há também o tratamento primário de esgoto através de fossas sépticas.

O quadro 5, revela que na maioria das áreas no entorno do Parque há fornecimento de energia elétrica e telefonia pública, entretanto, há carência de transporte coletivo e coleta de lixo.

Quadro 5 – Presença de equipamentos de infraestrutura e comunitários nas áreas do entorno do PED

MUNICÍPIOS	Santo Antônio do Imbé	Sossego do Imbé	Morumbeca	Rio Preto	Rio do Norte - Mocotó	Vale do Colégio
Igreja ou Templo	X	X	X	X	X	X
Cartório	X	X	---	X	---	---
Correio ou caixa de coleta	X	X	X	X	---	---
Posto de Saúde ou sub-posto	X	X	X	X	---	---
Escola	X	X	X	X	---	X
Energia elétrica	X	X	X	---	---	X
Telefonia	X	X	X	X	---	---
Transporte coletivo	---	X	---	X	X	---
Coleta de lixo	X	X	X	---	---	---

Fonte: adaptada com os dados extraídos do Plano de Manejo do PED

3.4 – Contexto da gestão

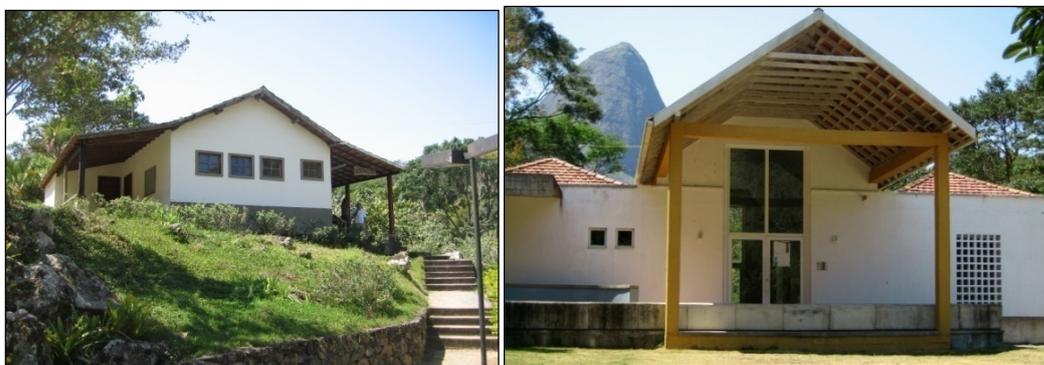
3.4.1 – Infraestrutura, recursos humanos e vias de acesso

A sede do Parque está situada fora dele, a cerca de 8 km de seus limites, no Horto Florestal Santos Lima, em Santa Maria Madalena. Esta sede contava, em 2008, com oito funcionários: um administrador, um guarda-florestal e seis auxiliares de campo. Há também

um destacamento do Batalhão Florestal da Polícia Militar (cerca de seis policiais) e dois bombeiros do grupo de apoio para controle de incêndios.

A verba proveniente da compensação ambiental³⁰ pela instalação da Usina Termelétrica (UTE) Macaé Merchant- El Paso, atual UTE Mário Lago, permitiu a execução do Projeto de Consolidação do PED que incluiu a elaboração do Plano Diretor pela Fundação Brasileira de Conservação da Natureza (FBCN) e o Programa de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis, além de melhorias em sua infra-estrutura como o Centro de Visitantes, inaugurado em março de 2004 (INEA, 2009).

O Centro de Visitantes, que fica ao lado da sede administrativa, teve o custo de R\$ 700.000,00 e atualmente permanece fechado por falta de pessoal, mas quando foi inaugurado e funcionava atraía turistas e moradores da cidade, principalmente estudantes (figuras 10 e 11). O Centro tem boa estrutura, com sala de exposições, auditório com sistema audiovisual, biblioteca, sala de reuniões, terminais de consultas por computador, cafeteria, anfiteatro e áreas de lazer com tratamento paisagístico e sinalização direcional (INEA, 2009). A época da sua inauguração, havia um grupo com 10 guardiães contratados pela empresa *El Paso* como parte da compensação ambiental, que atendia no Centro de Visitantes e promovia a educação ambiental nas escolas.



Figuras 10 e 11 – Sede administrativa e Centro de Visitantes do PED com a Pedra Dubois ao fundo (outubro/2008)

A condição de gestão do PED foi aprimorada recentemente graças às medidas compensatórias, que permitiram a aquisição de duas camionetes e duas motocicletas.³¹

³⁰ A medida compensatória está prevista no art.36 da Lei nº 9.985 de 18/07/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com o seguinte texto: “Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei”.

³¹ Atualmente, conforme foi constatado em campo, somente está em funcionamento uma camionete da marca Mitsubishi, estando os outros veículos parados por falta de manutenção

No PED existem várias trilhas, algumas parcialmente mapeadas e todas sem sinalização.

O Plano de Manejo estabeleceu, em seu art. 8º, apenas seis sítios de visitação: I - área da Cachoeira da Rifa; II - área da Cachoeira do Mocotó, na altura da cota 500; III - trilha Rifa/Fazenda Santa Clara; IV - Pico do Desengano; V - trilha interpretativa em forma de ferradura, início e fim no Portão III (Portão Rio das Flores) e VI - trilha curta com acesso pelo Portão V.

A fim de estimular a visitação, a Portaria do IEF nº257 de 16/10/2008, em seu art. 1º, alterou o Plano de Manejo incluindo mais nove trilhas na “Área de Visitação Controlada”: I – Travessia Poço Parado x Mocotó; II – Travessia Rifa x Macuco do Imbé; III - Trilha do Pico do Mata-Cavalo; IV – Trilha da Mina; V – Trilha do Poço de Pedra; VI – Trilha da Serra do Itacolomi; VII – Travessia Ribeirão Vermelho x Sossego; VIII – Travessia Bela Joana x Mocotó; IX – Travessia Morumbeca x Sossego.

Nas cercanias do Parque são observadas placas do Projeto “Caminhos Geológicos”, uma iniciativa para destacar os monumentos geológicos do Estado do Rio de Janeiro, resultado da parceria do DRM-RJ, TURISRIO e DER-RJ. No município de Santa Maria Madalena estão implantadas no Centro, placas referentes a Cachoeira do Escorrega, Serra da Grama, Represa Tudelândia e Pedra Dubois (*site* do DRM-RJ, consultado em 2009).

Os principais acessos ao PED ocorrem pelas rodovias: BR-101 (acesso a Conceição de Macabu e Campos dos Goytacazes); RJ-182 (acesso a Conceição de Macabu e continua por estrada pavimentada até Santa Maria Madalena); RJ-146 (acesso de Santa Maria Madalena à região serrana) e RJ-158 (liga Campos dos Goytacazes a São Fidélis e esta à região serrana do Estado).

Na área do Parque, os acessos de veículos motorizados são realizados por estradas “vicinais” (caminhos) de antigas fazendas, situadas próximas a serra do Itacolomi na vertente continental e na região da vertente atlântica através da planície de inundação do Rio Imbé. Os veículos com tração nas quatro rodas têm condições de trafegar o ano todo.

Esses acessos, de extrema dificuldade para a circulação de veículos tendem a piorar com a intensa precipitação pluviométrica. Além disso, os proprietários de terras na região, devido à estagnação econômica, não parecem dispostos a fazerem a manutenção das estradas (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.19).

Várias pontes estão em estado precário de manutenção e outras estão destruídas inviabilizando o tráfego de veículos às fazendas ao redor do Parque (figura 12). Também, em

alguns casos, há porteiras com cadeados nos caminhos que levam às propriedades rurais, evidenciando o impedimento do livre tráfego (UFRRJ/PRÓ-NATURA, 1994 p.19 e 20).



Figura 12 – Estrada no entorno do PED (divisa entre Santa Maria Madalena e Campos dos Goytacazes) (outubro/2008)

3.4.2 – Instrumentos de gestão

O Plano de Manejo elaborado pela FBCN e publicado em 2005 é resultante de uma medida compensatória pela instalação de uma usina termelétrica em Macaé. Organizado em nove capítulos, caracterizou a região, a zona de entorno e a área do Parque propriamente dita, com o detalhamento dos recursos naturais e os aspectos sócio-econômicos e culturais que afetam direta ou indiretamente o PED. As propostas de gerenciamento se dividem em Zoneamento e Planos Setoriais.

O Zoneamento transformou todo o parque em uma Zona de Proteção Integral (ZPI), na qual é vedada a visitação para fins recreativos conforme o trecho textual do capítulo 5:

“julgou por bem a equipe de planejamento, considerar todo o Parque como de Proteção Integral, estabelecendo-se uma única Zona para a totalidade do PED, como conceito inovador de conservação, que se denominará ZONA DE PROTEÇÃO INTEGRAL, sendo preconizado que todas as atividades de cunho visitativo, recreacional e educacional sejam, em princípio, executadas em sua Zona de Entorno”

O Plano explicita que toda a atividade turística, de lazer e educativa deverá ser realizada fora dos limites do PED, numa área limítrofe denominada Zona de Entorno do Parque do Desengano (ZEPED), com cerca de 141.921 hectares (fig.13). Este mesmo

documento apresenta a “minuta” de um decreto de criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) correspondente aos limites da ZEPED, que não se materializou.

A área da Zona de Proteção Integral (ZPI) foi separada em duas :

1 - Áreas de Proteção Integral que ocupam quase todo o espaço e permite ações humanas exclusivamente para a fiscalização, a pesquisa científica e o monitoramento ambiental. Não permite a abertura de novas trilhas;

2 – Áreas para Regeneração onde a cobertura sofreu reduções no passado, mas não foi totalmente substituída, permitindo auto-regeneração ou regeneração induzida. Tem as mesmas restrições da anterior permitindo ações para a recuperação e enriquecimento das áreas antropizadas.

Como a ZPI não permite visitas recreativas, foram criadas as Áreas de Visitação Controlada, com as seis trilhas já descritas anteriormente, posicionadas na periferia do Parque. Para a visitação da área, os grupos devem ter no máximo 20 pessoas acompanhadas por guia credenciado pelo IEF. Nos segmentos destas áreas que estiverem dentro do parque é proibido o acampamento, pousadas e o comércio de alimentos, bebidas e quaisquer outros objetos.

Houve também a definição das Áreas de Uso Especial, necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque, compreendendo alojamentos, oficinas, sede administrativa, centro de visitantes, horto viveiro, seis portões de entrada e oito guaritas em diversos acessos.

Quanto aos seis Planos Setoriais de Manejo, estes têm as funções de orientar, ordenar e direcionar as atividades no interior do PED, de modo a minimizar ao máximo os impactos sobre o bioma. Os objetivos e orientações dos seis Planos podem ser resumidos assim:

1 – Plano Setorial para Administração e Gerência

Seu objetivo principal é dotar a administração pública do PED dos recursos materiais e humanos no que se refere a quantidades, qualificação e atribuições para a conservação de seu patrimônio natural. Propõe uma estrutura organizacional com o total de 104 funcionários, sendo 34 terceirizados e 70 permanentes ou efetivos, assim distribuídos:

Administração do Parque (26 funcionários)

Núcleo de Prevenção e Combate a Incêndios (13 funcionários)

Núcleo de Fiscalização e Vigilância (46 funcionários)

Núcleo de Educação Ambiental e de Visitação (16 funcionários)

Núcleo de Pesquisas e Recuperação Ambiental (3 funcionários)

2– Plano Setorial para Fiscalização

Tem como objetivo sugerir e indicar ações para a proteção da área total do PED, seus recursos naturais, suas instalações e proporcionando segurança aos funcionários e visitantes, através da aplicação de medidas de controle a serem desenvolvidas. Propõe o uso de um “boletim diário de ocorrência” e o uso de equipamentos de apoio logístico nos portões e guaritas.

3- Plano Setorial para Estudos e Pesquisas

Seu objetivo é garantir a ampliação dos conhecimentos básicos sobre os elementos naturais, os fenômenos naturais, elementos históricos e as alternativas específicas de manejo para o Parque, sejam em áreas voltadas à máxima conservação, sejam destinadas a outros usos. Sugere a formação de um grupo de no mínimo quatro pesquisadores para elaborar projetos de estudos e pesquisas, a serem desenvolvidos pelo IEF em parcerias com instituições de pesquisas e organizações científicas.

4 – Plano Setorial para Educação

Objetiva incentivar o aprimoramento de conhecimentos e a mudança de valores e atitudes das populações do entorno do Parque e visitantes, relativos à conservação dos recursos naturais, a compreensão dos processos naturais e da atuação da fiscalização executada pelo órgão público. Procura estabelecer um calendário de atividades educativas voltado à educação formal, promoção de palestras, encontros, seminários e congressos com pesquisadores e entidades científicas e dar ênfase à capacitação técnica profissional e amadora ligada às atividades de turismo, agricultura sustentável e ecologia.

5 – Plano Setorial para Visitação

Tem como finalidade ordenar, orientar e direcionar as atividades que o público poderá desenvolver no PED em relação à visitação, lazer interpretativo e educação ambiental, visando com isso, enriquecer experiências e promover a compreensão sobre o ambiente natural, tanto no Parque como no seu entorno. Sugere atividades de interpretação ao ar livre; a construção de trilhas, percursos, mirantes e anfiteatros, visando à melhor apreciação da vida animal e vegetal; a criação de uma “cooperativa de guias”; a existência de um Centro de Visitantes que vendesse lembranças sobre o PED e um curso de treinamento e capacitação de “guardiões”, como responsáveis pelos visitantes.

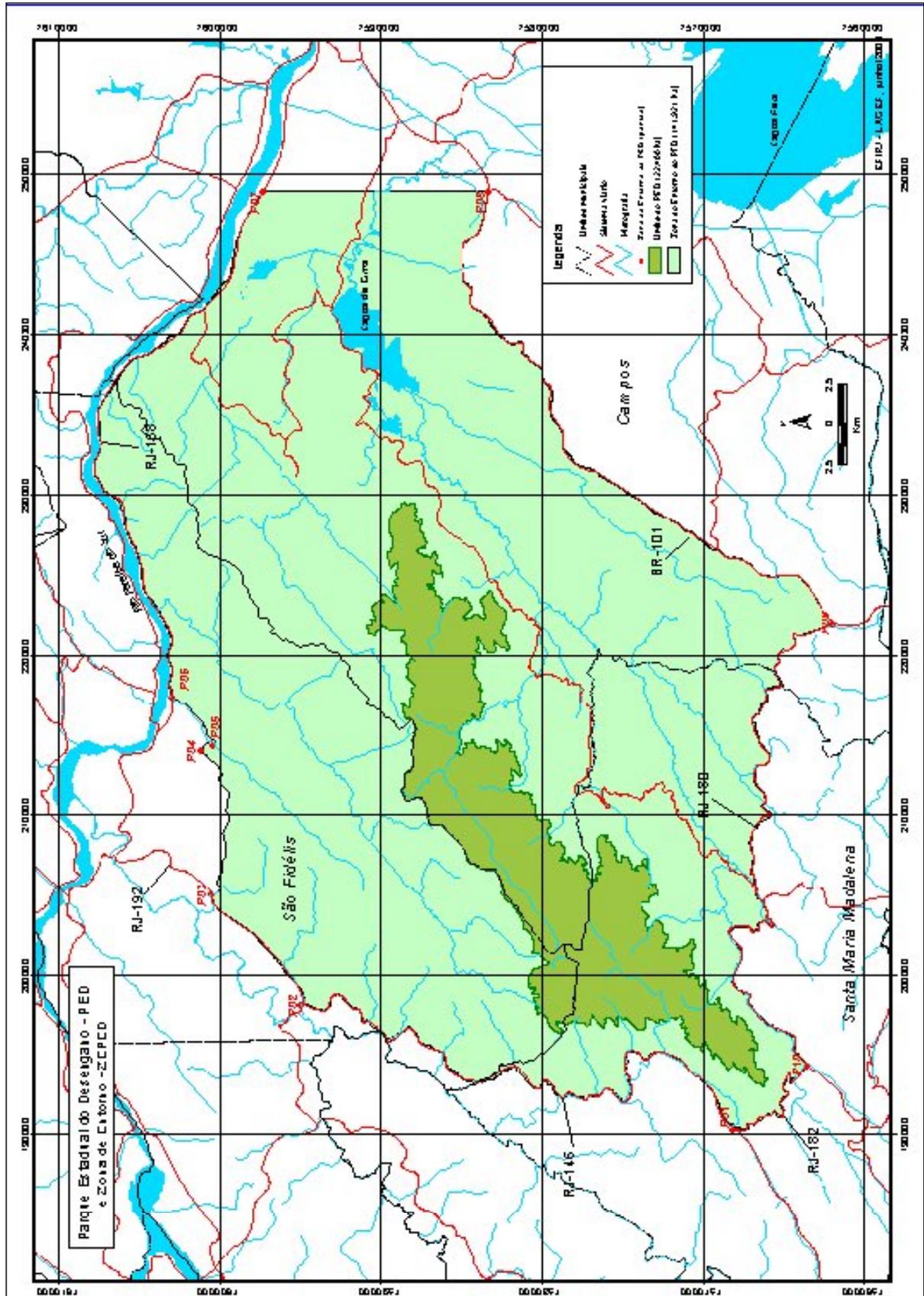


Figura 13 – Zona de Entorno do PED (ZEPED)

Fonte: Extraído do Plano de Manejo do PED, feito pela FBCN e publicado em 2005

6 - Plano Setorial para Recuperação e Restauração

O objetivo deste plano é melhorar as condições ecológicas e ambientais na área do Parque e em seu entorno. Sugere o plantio de árvores nativas com técnicas criteriosas e a instalação de um “viveiro de mudas” com alta tecnologia e baixo custo.

Entre as várias ações sugeridas pelos Planos Setoriais, algumas foram concretizadas, conforme observado em campo, como a construção do Centro de Visitantes e de um viveiro de mudas que atualmente estão fechados e a contratação temporária de “guardiães” que já foram dispensados. Houve a compra de veículos (carros e motos) que servem a fiscalização, apesar da necessidade destes bens não ter sido mencionada no Plano.

Segundo o próprio Plano, as maiores dificuldades para a sua implementação com êxito são a situação fundiária que é considerada a mais grave, a fiscalização deficiente por ser carente de pessoal e equipamentos e os conflitos de diversas ordens existentes entre o Parque e a sua Zona de Amortecimento.

O Conselho Gestor do PED tem caráter consultivo conforme definiu o art. 29 da Lei 9.905/2000 (SNUC)³² e funcionou, durante 2007, quando o processo foi interrompido para que este fosse reestruturado para se tornar mais representativo e desde então não retornou a atividade. O Conselho contava com representantes de diversas entidades e as reuniões eram realizadas bimestralmente na sede do Parque. Na ata da reunião do mês de agosto de 2007, há menção do Conselho à aprovação ou sugestões de mudanças na aplicação das verbas provenientes das medidas compensatórias (R\$ 554.000,00 da Petrobrás e R\$ 671.000,00 da Termoelétrica), contemplando projetos de turismo, contratação de guardiões, reestruturação do horto, manutenção do PED, entre outros (Anexo 6).

Como uma das etapas da reestruturação do Conselho Gestor, foi realizado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), em 2008/2009, com a realização de três oficinas em Santa Maria Madalena e nos distritos de Rio Preto e Sossego do Imbé, segundo uma metodologia que mapeou a visão dos atores locais a respeito do PED. Foram identificadas, ordenadas numa escala de 0 a 10 e analisadas as forças restritivas, impulsoras e ações propostas:

³² Segundo o art. 29 da Lei nº 9.905/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): “Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade”.

1 - “Forças restritivas” (impedem ou dificultam o cumprimento de seus objetivos de criação) sobre os temas: política, relacionamento, recursos humanos, ordenamento territorial, infra-estrutura, uso público, pesquisa, educação ambiental, pressão antrópica, fiscalização e contexto socioeconômico. As duas principais identificadas foram as ausências de regularização fundiária e demarcação física no PED;

2 - “Forças impulsionadoras” (contribuem para o cumprimento dos objetivos de criação do PED) dos principais aspectos do PED e do contexto local sobre os temas: localização, gestão, participação, biodiversidade e educação ambiental, turismo, parcerias, recursos, pesquisa, marketing e relacionamento. As duas principais identificadas no PED foram as existências de um Conselho Gestor e de Associações de moradores representativas nas comunidades;

3 - Ações propostas que devem ser implementadas no Parque Estadual do Desengano sobre os temas: economia, uso público, áreas protegidas, pesquisa, educação ambiental, infraestrutura, informação e gestão. As duas propostas identificadas foram dar prosseguimento ao levantamento fundiário e a criação de um núcleo do Parque em Campos.

Neste processo com o objetivo de orientar o processo de reestruturação dos Conselhos das Unidades de Conservação administradas pelo IEF-RJ foi publicada também uma recente Portaria IEF/RJ/PR nº 260 de 06 de novembro de 2008, que fixou as diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento.

O processo de formação do novo Conselho Gestor envolverá a capacitação dos novos conselheiros e da administração do PED para a construção de um novo regimento interno e de um Plano de Ação a ser executado a médio e longo prazos.

3.4.3 – Principais conflitos para a gestão

O Parque do Desengano como a maioria das Unidades de Conservação do país sofre com os conflitos ambientais decorrentes da pressão da população residente no entorno ou circunvizinhança e dentro dos seus limites. Acserald (2004 p.26) define os conflitos ambientais como:

“aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes”.

Neste sentido, o Plano de Manejo do PED cita que, além da questão fundiária há conflitos entre o Parque e sua Zona de Amortecimento, em consequência do desconhecimento do grande valor das áreas desta Unidade de Conservação pela maioria da população, “tanto no que se refere ao Parque como um sistema natural frágil, quanto pelo sentimento popular de que o poder público vem administrando o PED com descaso e a certeza de que as pequenas invasões serão tratadas com impunidade, como vem ocorrendo ao longo dos tempos” (FBCN, 2003_a). Também alude que a solução para os conflitos está em divulgar, publicamente, os limites do Parque, realizar as desapropriações das áreas definidas como pertencentes ao PED, e realizar um amplo trabalho para a solução dos conflitos de uso e de competências junto às comunidades dentro e na Zona de Amortecimento.

Sobre a situação fundiária do PED, a falta de conhecimento da estrutura fundiária das unidades habitacionais do Parque, inclusive pelas autoridades públicas, e a conseqüente ausência de ações dedicadas a sua regulação, resulta na invasão de terras por posseiros estabelecidos na Zona de Entorno da UC ou mesmo em seu interior (FBCN_ 2003 a).

Baseada nas observações de Bidegain (1993) e Vallejo (2005), o quadro 6 apresenta a cronologia das tentativas de regularização fundiária das terras do Parque, cujo problema persiste até hoje.

Quadro 6 – Cronologia das tentativas de regularização fundiária das terras do PED

- 1970 (Decreto n ° 250 de 13 de abril) - Criou o Parque do Desengano “abrangendo as glebas dos municípios de Santa Maria Madalena, São Fidélis e Campos”, mas não especificou os seus limites;
- 1970 (Decreto n ° 14.871 de 20 de outubro) - Estabeleceu o perímetro do parque e declarou sua área como de “utilidade pública para fins de desapropriação por conta e a favor do Estado do Rio de Janeiro, mediante composição amigável ou processo judicial”. Foi constatada na área a existência de vastas áreas de terras devolutas.
- 1971 (Decreto n ° 15.317 de 4 de agosto) - Suspendeu o decreto anterior até que “respeitado o prazo legal de caducidade, o Estado promova, a sua conta e em seu favor, as medidas amigáveis ou judiciais visando a imissão na posse daqueles terrenos com visível prejuízo aos interesses dos seus legítimos proprietários”.
- 1972 (Decreto n ° 15.599 de 7 de março) - Subtraiu terras do Decreto n ° 14.871 pela pressão de proprietários de terrenos dentro do PED.
- 1974 (Decreto n ° 16.437 de 23 de julho) – Subtraiu terras do Decreto n ° 14.871 pela pressão de proprietários de terrenos dentro do PED.

- 1975 – Caducidade do Decreto n° 14.871.
- 1979 (Decreto n° 2.238 de 5 de janeiro) - Declarava novamente como de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras necessárias a implantação do parque.
- 1983 (Decreto n° 7.121. de 28 de dezembro) – Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Desengano com os limites demarcatórios semelhantes aos do parque e que estavam descritos no Decreto n° 2.238. Foi publicado antes do decreto anterior caducar.
- 1983 (Resolução Conjunta n° 7 de 2 de setembro das Secretarias de Justiça e do Interior, Agricultura e Abastecimento e do Procurador Geral do Estado) - Criação da Comissão Especial de Processo Discriminatório da Área do Parque Estadual do Desengano, visando à regularização fundiária. Tem por objetivo separar as terras devolutas das privadas e reconhecer a posse de particulares, de acordo com a Lei n° 6.383/76.
- 1985 (Edital publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 18 de outubro) – A Comissão Especial convocou 80 pessoas físicas e jurídicas, com prazo de 60 dias, para apresentarem documentos ou testemunhas que fundamentassem a alegação de propriedade, posse, foro, arrendamento ou ocupação incidente sobre a área da APA do Desengano estabelecida pelo Decreto n° 7.121/83.
- 1986 – Cerca de 40 ocupantes do PED apresentaram títulos de posse da área que foram considerados obscuros pelo Procurador Regional da jurisdição de Santa Maria Madalena.
- 1986 (Lei n° 1.071) – Criação do Instituto Estadual de Florestas (IEF) que subordinou a administração do Parque a Diretoria de Conservação da Natureza (DCN).
- 1990 – Lançamento do Projeto de Implantação do Parque Estadual do Desengano concebido pelo IEF e que seria desenvolvido em parceria com a ONG Fundação Pró-Natureza (FUNATURA). Entretanto, acabou não sendo executado. Descrevia ações prioritárias no âmbito da regularização fundiária.
- 1990 (Decreto n° 16.166) – Orçamento estadual de 1991 que alocou verbas específicas para solucionar a questão fundiária do PED.
- 1992 (Decreto n° 17.281) – Orçamento estadual de 1992 que alocou verbas específicas para solucionar a questão fundiária do PED. Esta verba e a anterior não resolvera o problema.
- 2005 – O Plano de Manejo publicado, através do levantamento fundiário e cartorial, cadastrou 93 propriedades dentro do parque, sendo 45 em Santa Maria Madalena, 31 em Campos dos Goytacazes e 16 em São Fidelis.
- 2007 (Lei n° 5.101 de 04 de outubro) – Criação do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) subordinando o PED a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas.

O Plano de Manejo constatou também que 50% das propriedades existentes dentro do Parque são destinadas ao veraneio (localizadas em especial na área da Morumbeca), 33% do total são residências fixas e menos que 20% são utilizadas para fins comerciais (pousada e bar), situadas na Morumbeca e Serra Grande /Poço Parado. A maioria das benfeitorias mapeadas eram construções de pau-a-pique e suas plantações associadas eram de subsistência.

Uma outra fonte importante de conflitos para a gestão se refere ao desmatamento, extração de plantas ornamentais, caça e captura de animais silvestres.

Da mesma forma, um passado de destruição que perdurou até a década de 90 fez com que o Parque do Desengano e suas adjacências tivessem seus recursos florestais explorados amplamente conforme relatado na imprensa, nos relatórios técnicos e até em livros como “A ferro e fogo” de Warren Dean (1966):

“Uma reportagem recente indica a persistência de indiferença mesmo entre os ingênuos: No Rio de Janeiro, a polícia florestal federal barrou um caminhão que saía do Parque Estadual do Desengano. Estava carregado de vinhático, a mais fina de todas as “madeiras de lei”, que a congregação batista de São José havia encomendado para a confecção dos bancos de sua igreja. Mesmo o mais espiritualizado dos clérigos tinha de saber de onde podia ser encomendado o último vinhático do Rio de Janeiro”³³ (p.379).

“No fim dos anos 70, o corte no Parque Estadual do Desengano era tão livre que a madeira aguardava o carregamento em caminhões empilhada do lado da estrada” (p.317).

“Os cortadores de madeira clandestinos na floresta estadual do Desengano, no Rio de Janeiro, estavam fortemente armados, sem que os barrassem os guardas-florestais, que não haviam recebido as armas que estavam autorizados a usar” (p.315).

No ano de 1990, foi publicada uma lista, baseada nos autos de infração emitidos pelo IEF-RJ e o Batalhão Florestal da Polícia Militar, dos causadores de desmatamento na região Norte e Noroeste fluminense, durante o período de um ano e meio. Neste intervalo de tempo foram derrubados 2,79 hectares de mata nativa em Santa Maria Madalena, 26 em São Fidélis e 195,66 em Campos. O prejuízo deve ter sido bem maior se fossem contabilizados os desmatamentos não observados. Somente um fazendeiro campista, proprietário de três fazendas ao redor do Parque do Desengano, desmatou 92,5 hectares do lançamento da lista até 1993 e nunca pagou as multas acumuladas (BIDEGAIN, 1993 p. 31).

Os fatores que contribuía para o alto índice de destruição das florestas foram motivados por procura por lenha pelas cerâmicas e olarias de Campos e toras para fábricas de móveis e para a construção civil, pela ineficácia da fiscalização, pela morosidade na cobrança

³³ A reportagem saiu no artigo “Começa a Operação Salva Mata Atlântica” publicado no jornal *O Globo*, em 23 de fevereiro de 1990.

das multas e pelo tipo brando de sanção que era a contravenção penal (BIDEGAIN, 1993 p. 30 e 31).

Mas o extrativismo vegetal decresceu entre 1975 e 1990 pela escassez dos estoques acessíveis de madeira nas áreas de baixa altitude do Parque e aumento da fiscalização (tabela 4).

Tabela 4 – Total de extrativismo de lenha, madeira e palmito nos municípios de Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis entre 1975 e 1990

Tipo de extrativismo	1975	1980	1985	1988	1989	1990
Lenha (m ³)	172.630	144.000	139.212	80211	64268	52.997
Tora (m ³)	33.756	20.610	20635	24.941	16046	6.647
Palmito (tonelada)	50,5	16	11	9	9	8

Fonte: Adaptado dos dados do IBGE (banco SIDRA)– Produção Extrativa Vegetal e da Silvicultura (PEVS) encontrados nas tabelas do Diagnóstico Geoambiental e Sócioeconômico da área de influência do Parque Estadual do Desengano (UFRRJ/PRÓ-NATURA,1994).

A partir da década de 90 o desmatamento diminuiu ainda mais, com o advento da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) que criminalizou a conduta de destruição da Mata Atlântica, em seu art. 38, e pelo o aumento da fiscalização apoiado pelo uso de imagens de satélite e a intensificação do plantio do eucalipto que passou a suprir a demanda por madeira.

Mas apesar do desmatamento ter diminuído nos últimos anos, há inúmeros fatores que dificultam e impedem o surgimento da sucessão natural da vegetação no PED e no seu entorno. Segundo o Plano de Manejo, as ameaças a cobertura florestal do Parque são:

- A proximidade com a zona urbana de Santa Maria Madalena, onde parte da população costuma possuir pequenas propriedades de veraneio e roças temporárias, nas quais são freqüentemente realizadas queimadas indiscriminadas, principalmente na região da serra da Grama;
- A presença de gado próximo aos limites do Parque, onde a regeneração é impedida pela presença constante de bovinos, que, pelo pisoteio, causam a morte das espécies colonizadoras de borda, impedindo a regeneração natural;
- A maioria dos pastos da região, é formada basicamente pelo capim *Braquiaria decumbens*, espécie altamente agressiva, resistente ao fogo e com grande poder de inibição enzimática, que impede a regeneração nas interfaces pasto e mata. Esta situação é observada no sopé da serra da Babilônia e na região das serras da Barra Alegre e Gaivota.

Segundo informação da administração do Parque, a extração ilegal do palmito (*Euterpe edulis*), alimento importante para mais de 30 espécies de animais frugívoros, ainda

ocorre na área do Parque. Seu corte foi observado na Morumbeca, São Julião, Opinião, Agulha, Rio do Norte e Mocotó (FBCN_ 2003 a). Campos com 50 toneladas em 1975 e Santa Maria Madalena com 7 toneladas em 1990 já foram os maiores extrativistas fluminenses do produto (VALLEJO, 2005 p.241).

Outro problema ainda a ser equacionado pela administração do Parque se refere à extração de plantas ornamentais, sendo as bromélias e orquídeas as mais procuradas (VALLEJO, 2005 p.242). Esta situação merece atenção do Poder Público porque o Parque possui espécies vegetais endêmicas e raras.

Da mesma forma, o hábito da caça esportiva permanece no PED, principalmente de aves e mamíferos como a paca e o tatu, com caçadores vindos de Campos e São Fidélis, que podem permanecer vários dias em abrigos ou ranchos caçando por emboscada e espalhando armadilhas ao seu redor (VALLEJO, 2005 p.242).

3.5 – Atuação do terceiro setor

A história do Parque do Desengano envolve organizações não-governamentais (ONGs) que lutaram pela sua preservação através de denúncias, confecção de relatórios, promoção de encontros, incursões a área do parque e participação em projetos. As duas mais antigas que pautaram suas ações em denúncias foram o Centro de Estudos de Conservação da Natureza (CECNA) e o Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza (CNFCN).

O CECNA, com sede em Nova Friburgo foi fundado em 1970 e realiza, principalmente, atividades de conservação da natureza e educação ambiental, participando de Conselhos Consultivos de UCs, Comitês de Bacia Hidrográfica, Fóruns da Agenda 21 e eventos públicos em datas comemorativas ao meio ambiente³⁴. Tem um histórico vinculado ao parque.

O CNFCN, fundado em 13 de dezembro de 1977, está sediado em Campos e teve, no passado, um papel vital no combate em defesa do PED, ao intimidar os desmatadores e cobrar ações de governo (BIDEGAIN, 1993 p.32). Em 1978, o CNFCN denunciou os desmatamentos no interior do Parque. Nos anos de 1980 e 1988 divulgou listas com os nomes dos ruralistas responsáveis instalados nos limites do parque, angariando a hostilidade das camadas pobres destas localidades, que eram pagas para derrubar as árvores. Em 1984, a ONG promoveu uma manifestação, em defesa do Parque, firmando um acordo “de cavalheiros” com os ruralistas para reduzir o desmatamento indiscriminado e também intervir

³⁴ Maiores informações sobre o CECNA no endereço eletrônico: cecna.blogspot.com

junto às autoridades políticas para que o PED fosse efetivado, através dos pagamentos das indenizações aos legítimos proprietários de terras. Novamente, em 1990, divulgou, com base nos dados fornecidos pelo IEF, uma nova lista com os maiores desmatadores do norte e noroeste fluminenses, encaminhada a diversas autoridades brasileiras da época, como o presidente da república e o governador do Estado. Traduzida para a língua inglesa, esta lista também foi remetida a organismos internacionais, como a União Internacional para Conservação da Vida Selvagem (IUCN), o Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Banco Mundial (VALLEJO, 2005 p.243 e 244).

A ONG Defensores da Terra, através do Projeto TERRALERTA, procurou também contribuir para a efetiva implantação do Parque, ao lançar um documento em 1993, denominado “Parque Estadual do Desengano: Diagnóstico-Problemas-Soluções”, que contempla a análise de situação ambiental e legal do PED e propõe medidas para o seu desenvolvimento.

Com o objetivo de implantar projetos de desenvolvimento sustentável, a ONG Instituto Pró-Natura, criada em 1986, no Rio de Janeiro, se internacionalizou com projetos na Europa, Ásia e África. Esta ONG tem como missão a conservação da biodiversidade através da implantação de projetos integrados de desenvolvimento sustentável, que venham a se constituir em modelos regionais, em parceria com entidades públicas, a iniciativa privada e com a sociedade civil organizada.

A ONG iniciou, em 1989, com o apoio financeiro da White Martins Gases Industriais, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Desengano (PRODESUDE) voltado à proteção e restauração da Mata Atlântica, em propriedades privadas localizadas no entorno do Parque do Desengano, em parceria com diversas entidades públicas e privadas da região e adjacências. Suas metas principais envolveram:

- Redução das pressões de uso da terra sobre os remanescentes de floresta existentes no entorno do PED e outras unidades de conservação da região;
- Recuperação dos ecossistemas degradados, testando e disseminando práticas novas e de baixo custo em áreas críticas para promover a conectividade entre os fragmentos de floresta na área do corredor;
- Promoção de estudos e desenvolvimento de experiências práticas para subsidiar a formulação de políticas públicas e de instrumentos econômicos que incentivem os proprietários privados a protegerem a biodiversidade e recuperar ecossistemas degradados;
- Despertar da consciência ambiental e disseminação de hábitos e valores culturais que contribuam para harmonizar ações humanas com o uso sustentável dos recursos naturais;

- Promoção da capacitação na busca de melhoria da qualidade de vida das populações, além de gerar a empregabilidade e o aumento da renda familiar;
- Redução das disparidades regionais sócio-econômicas e ambientais (PRÓ-NATURA, s/d).

Este foi o maior programa do gênero realizado no entorno do PED e, atualmente, está interrompido por falta de patrocínio, conforme informou o escritório do Rio de Janeiro.

O Programa subdividiu-se em vários projetos, compreendendo seis áreas temáticas: reflorestamento, zootecnia, educação ambiental, turismo, fomento e apoio às unidades de conservação. O Projeto envolveu também 16 parcerias locais (ONG, OSCIP, associações, escolas, sindicato, cooperativa, hotel e prefeituras), 9 estaduais (ONGs e órgãos públicos) e 4 universidades públicas.

Entre os nove projetos de reflorestamento em andamento (balanço 2003-2004 do PRODESUDE) havia o “Cordão da Mata” que apoiava as vocações sustentáveis, voltadas à recuperação e reflorestamento da Mata Atlântica e o “Kit-Nascente”, que fornecia a proprietários rurais um kit com 30 espécies nativas diversificadas, com o intuito de auxiliar na manutenção e recuperação dos recursos hídricos. Na área de educação ambiental quatro projetos foram implementados, entre eles, o “Agente Jovem” que visou à capacitação de jovens carentes em trabalhos artesanais de reciclagem de lixo e o “Pró-educar” que envolvia crianças em dias de recreação ambiental, com caminhadas ecológicas, palestras e vídeos didáticos. Entre os oito projetos da área da zootecnia podem ser citados o “Galinha Caipira”, com incentivo e acompanhamento à introdução de 500 exemplares jovens de raça para o melhoramento genético do plantel de galinhas caipiras tradicionais, e o projeto “Pastagens Ecológicas”, que buscou aumentar a produtividade das pastagens, recuperar pastagens degradadas e testar um modelo de “Silvipastoreio Racional”. Mediante palestras, oficinas e consultoria técnica, os produtores tomavam conhecimento de novas técnicas e alternativas econômicas sustentáveis sintonizadas com as vocações regionais. Não constam projetos de turismo no balanço de 2003-2004 do PRODESUDE (PRÓ-NATURA, s/d).

Em Santa Maria Madalena, a Pró-Natura contou com o auxílio da ONG Instituto Pró-labor, que atua na área social desde os anos 70 e montou uma marcenaria de apoio profissionalizante à comunidade (VALLEJO, 2005 p. 246).

O Instituto Pró-Natura tinha também um Centro de Pesquisa em Conceição de Macabu e três viveiros para a produção de mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, localizados nos hortos municipais de Conceição de Macabu e Santa Maria Madalena e no sítio Pé da Serra, em Triunfo, distrito de Madalena. O PRODESUDE, segundo seu balanço 1989-2003,

plantou e doou 456.850 mudas para cerca de 315 produtores rurais, o equivalente a uma área de 192,9 hectares (PRÓ-NATURA, s/d).

3.6 - O turismo no PED e entorno

As várias cachoeiras e represas do PED e do seu entorno atraem os moradores dos municípios adjacentes e visitantes de outras áreas do Estado do Rio de Janeiro. Entre as mais conhecidas estão as cachoeiras do Tombo d'Água, a do Roncador e a represa Tudelândia. Os visitantes são recebidos em estruturas precárias montadas por moradores locais. Além disso, o excesso de freqüentadores no verão e feriados e o lixo abandonado no local preocupam a administração do Parque (VALLEJO, 2005, p. 242). Pela situação exposta, o turismo no Parque e em seu entorno é desorganizado, ocorrendo de forma ocasional e descontrolada, gerando diversos problemas para a gestão do Parque.

Vallejo (2005 p. 242) descreve o caso, nos anos 80, de um proprietário de terreno próximo a cachoeira do Tombo d'Água, situada no interior do PED, que pretendia construir um hotel fazenda. Devido à reação dos ecologistas desistiu da idéia e implantou um ponto turístico suprimindo a vegetação. Este defendia também a abertura e pavimentação de uma estrada até o local, o que acabaria atraindo outras iniciativas semelhantes. Esta tentativa frustrada de implantar um empreendimento turístico aconteceu em uma época na qual não havia ainda um Plano de Manejo e certamente iria trazer prejuízos ambientais para o Parque, caso fosse efetivada.

A visão do ecoturismo no Parque como indutor do desenvolvimento econômico de Santa Maria Madalena já foi discutida há uma década atrás. Pimentel & Santos (1999 p.164), ao entrevistarem 185 moradores de Santa Maria Madalena constataram que 54% - entre os 90% que achavam que a criação do Parque era importante para o município - apontaram o crescimento do turismo como a principal consequência positiva para o processo. Mas a população urbana municipal esperava uma contrapartida econômica resultante da exploração turística da UC, que ajudaria a expandir as atividades comerciais da cidade.

De forma organizada, o PRODESUDE, do Instituto Pró-Natura, descrito anteriormente, teve como uma de suas linhas de ação o programa turismo sustentável, que buscou levar para as comunidades locais capacitação multidisciplinar, visando o desenvolvimento de oportunidades para o incentivo ao crescimento sustentado do turismo na região alvo. As realizações relatadas no balanço de 1989 a 2003 se restringiram aos municípios de Conceição de Macabu, próximo ao PED, e a Santa Maria Madalena.

No primeiro município foram desenvolvidos:

- Elaboração dos projetos de estruturação do Horto Municipal e da cachoeira da Amorosa;
- Reestruturação do Hotel Fazenda Carrapeta;
- Assessoramento técnico para a criação do Conselho Municipal de Turismo do município;
- Série de palestras sobre turismo ecológico.

Em Santa Maria Madalena:

- Mapeamento participativo dos atrativos com potencial turístico;
- Contratação de consultoria especializada para o grupo de trabalho do Plano Diretor de turismo rural;
- Incentivo a abertura de novas pousadas;
- Organização de dois seminários de turismo rural;
- Organização de cursos, palestras e seminários na área de turismo em geral;
- Excursões dos membros do Conselho Municipal de Turismo a outros municípios que são referência em turismo rural.

Para atender a parte destes objetivos foi também estabelecida uma parceria da Pró-Natura com o Programa de Meio Ambiente do CPCH-UFRJ, que teve a intenção de promover o planejamento turístico de base comunitária no município de Santa Maria Madalena. Fundamentado na noção de turismo sustentável, foi realizado, de maneira descontínua, entre 1996 e 2000, por motivo de limitações financeiras. Envolveu as seguintes etapas: a) Reuniões preliminares e avaliação contextual; b) Organização do I Seminário de Ecoturismo de Santa Maria Madalena; c) Levantamento participativo/inventário de expectativas e percepção turística e ambiental de Santa Maria Madalena; d) Oficinas de Sensibilização Ambiental tendo como eixo o PED; e) Curso de Turismo Rural dirigido às lideranças comunitárias; f) Oficinas de Artes para crianças; g) Inventário participativo de Atrativos Turísticos de Santa Maria Madalena; h) Oficinas Vivenciais dirigidas às lideranças visando minimizar conflitos; i) Organização do Seminário de Turismo Sustentável e; j) Elaboração de Documentos Temáticos para subsidiar ações locais.

As bases para a construção metodológica desta iniciativa foram baseadas na percepção do PED como patrimônio ambiental estratégico para o desenvolvimento regional e a internalização de conceitos ambientais em associação à sustentabilidade da atividade turística (IRVING *et al.* , 2002 p. 96 e 97).

No ano de 2001, a consultoria do Grupo “Comunidade Ativa”, contratada pelo Instituto Pró-Natura, avaliou a viabilidade de implantação de um pólo turístico de “turismo rural” em Santa Maria Madalena. A metodologia utilizada neste caso foi a realização de uma

reunião com produtores rurais, empresários e representantes dos grupos de interesse locais e para planejamento após reconhecimento dos atrativos e propriedades rurais. Nesta ocasião se percebeu um grande interesse pelo desenvolvimento do turismo como alternativa econômica regional, a necessidade de se adotar práticas agro-ecológicas como a agricultura orgânica e o controle do lançamento de efluentes *in natura* ao longo dos cursos d'água. Por fim, foi recomendado um seminário de planejamento participativo para aprofundar as discussões locais e regionais sobre alternativas possíveis de desenvolvimento turístico e agropecuário (MOURÃO, 2001).

Em 2007, foi elaborado por representantes da comunidade do entorno do PED em Santa Maria Madalena, o “Projeto de Turismo para o entorno do PED e Morumbeca” e foi encaminhado ao IEF-RJ. O estímulo para o projeto foi a existência do Plano de Manejo e do Conselho Consultivo, que garantem o desenvolvimento da atividade turística, de forma a minimizar os impactos negativos. O projeto tem como finalidades desenvolver o potencial turístico-ecológico do município; proteger a diversidade biológica; disciplinar o processo de visitação; e assegurar a sustentabilidade do uso de recursos naturais. Este projeto listou as características de empreendimentos dos proponentes/parceiros que são proprietários de meios de hospedagem e restaurantes e também dos atrativos naturais, culturais e técnico-científicos do entorno do PED. O documento sugere como poderá ser realizado o turismo para a região da Morumbeca, a partir do Centro de Visitantes do Parque. É também apresentado o orçamento para a execução do projeto, que inclui obras de infraestrutura, qualificação de mão-de-obra, educação ambiental e divulgação.

Uma experiência importante de turismo ecológico de base comunitária foi também a criação do abrigo “*Ecooka*” que resgata a cultura local do mateiro e reúne grupos interessados de agricultores de São Fidélis, para guiar visitas ao PED (RIFAN, s/d.). No entanto, não foram encontradas informações atuais sobre o andamento desta proposta.

Para o desenvolvimento turístico o Plano de Manejo listou e descreveu os pontos de interesse turístico e potencial recreativo no entorno da área do Parque Estadual do Desengano. Estes são representados por cachoeiras, rios, represas, mirante e pedras sendo três atrativos em Campos dos Goytacazes, três em São Fidélis e doze em Santa Maria Madalena.

O município de Santa Maria Madalena, localizado na serra fluminense, na área do entorno do parque Estadual do Desengano, possui um pequeno aglomerado urbano, ar puro pela ausência de poluição e é considerado o 3º melhor clima do país³⁵.

35 Os folhetos turísticos dizem que o clima do município é 3º melhor do Brasil e o 6º melhor do mundo. O autor não conseguiu encontrar a fonte da afirmação, pairando uma dúvida sobre sua veracidade.

Seus principais atrativos turísticos³⁶ estão sistematizados a seguir, a partir do “Relatório do Inventário de Expectativas e Percepção Turística e Ambiental do Município de Santa Maria Madalena” (RODRIGUES e IRVING, 1998):

- Cachoeira do Escorrega (figura 14) – Situada na estrada que liga Santa Maria Madalena a São Fidélis, é formada por uma queda d’água e piscina natural;
- Represa Tudelândia - Possui duas áreas distintas conhecidas como Represa de Cima e Represa de Baixo. A Represa é formada pelas águas do Ribeirão Vermelho e Santíssimo.
- Mirante da Torre – Situado no morro do Castelo, a 5 km do centro urbano, onde está instalada a torre de recepção de televisão que atende o município, com vista panorâmica da cidade, do PED e da zona rural;



Figura 14 – Represa do Escorrega
(outubro/2008)

- Praça Frouthé – Local amplo, com playground e coreto, onde está localizada a Igreja Matriz de Santa Maria Madalena;
- Horto dos Santos Lima (figura 15) – Fundado em 1932 pelo botânico Joaquim dos Santos Lima tem como principal atividade a produção de mudas, entre espécies de árvores frutíferas, ornamentais e de reflorestamento para comercialização. No horto funcionam o INEA, o

36 Os conceitos de “Atrativo Turístico” encontrados no glossário do sítio www.viajemaisbrasil.com.br são: 1- É todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo (EMBRATUR, 1992). 2 - "... todo elemento material que tem a capacidade própria, ou em combinação com outros, para atrair visitantes de uma determinada localidade ou zona" (CERRO, 1992). 3 - Constitui o componente principal e mais importante do produto turístico, pois determina a seleção, por parte do turista, do local de destino de uma viagem, ou seja, gere uma corrente turística até a localidade. Os atrativos turísticos podem ser naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.

batalhão da Polícia Florestal, a brigada de incêndio do Parque do Desengano e as Secretarias Municipais de Agricultura e de Meio Ambiente;

- Museu Dercy Gonçalves - Uma construção de madeira com um acervo conta com objetos pertencentes à atriz e ao teatro;

- Casa da Cultura - Funciona no prédio da antiga estação ferroviária da cidade e nela também há duas bibliotecas públicas. O acervo cultural conta a história do município com objetos artesanais e fotografias de eventos realizados na cidade, entre outras curiosidades;

-Artesanato Mineral de Madalena (ARTEMA) - Criado em 1986, transforma pedras-semipreciosas como o quartzo em esculturas e o que mais for encomendado aos artesãos.



Figuras 15 – Horto Santos Lima
(outubro/2008)

Curioso registrar que Irving e Pacheco (2005) identificaram um discurso turístico da sustentabilidade, comum em algumas regiões turísticas serranas do Estado do Rio de Janeiro que vincula turismo, *glamour* e natureza. As propagandas das pousadas e hotéis combinam conforto e Mata Atlântica, que segundo as autoras revelam uma contradição porque historicamente na área houve um grande desmatamento do ecossistema para a construção de empreendimentos turísticos e de lazer³⁷. Assim, um *marketing* turístico e principalmente imobiliário tem associado, de forma equivocada a idéia de conservação da natureza (domesticada, transformada em paisagem confortável), com requinte e elegância.

³⁷ Dados de satélite do monitoramento realizado no período entre 1990 e 1995, pela Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Socioambiental e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, identificaram na época o Estado do Rio de Janeiro como o maior responsável pelo desmatamento do bioma Mata Atlântica, sendo que a maior concentração ocorreu nos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim e Trajano de Moraes, na Região Serrana. Capobianco (1998) afirma que um sobrevôo de verificação constatou que nos dois primeiros municípios o principal fator foi a especulação imobiliária para casas de veraneio.

Em todo caso, não foi ainda implementado um projeto estratégico de ecoturismo no PED por parte do IEF-RJ. Sendo o Parque uma Unidade de Proteção Integral, qualquer ação relativa ao ecoturismo em seu interior deverá ter o consentimento de seu atual órgão gestor que é o INEA, e seguir a orientação do Plano de Manejo. Segundo este órgão consultado recentemente, não há nenhum projeto em andamento visando ao ecoturismo no Parque e se houver, as fontes de financiamento poderão ser do Estado, da Câmara de Compensação Ambiental³⁸, do PPMA-RJ (citado anteriormente) ou de alguma empresa que adote a UC.³⁹

Segundo a TURISRIO, o governo estadual está mais preocupado em resolver os problemas decorrentes da pressão do crescimento urbano, provocada pelo turismo, em áreas onde o fenômeno ocorre de forma espontânea e desordenada do que estimular e organizar o desenvolvimento do turismo em locais em que esta pressão ainda é incipiente.⁴⁰

³⁸É um órgão colegiado cuja principal atribuição é definir a aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental devida por empreendimentos de significativo impacto ambiental. Avalia os projetos que estruturam as Unidades de Conservação existentes, estimula a criação de novas áreas protegidas e busca minimizar os impactos causados.

³⁹ Informações obtidas através de uma entrevista realizada com um técnico indicado pelo gabinete da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) do INEA, em 17 de abril de 2009.

⁴⁰ Comentário de uma técnica em turismo da Turisrio (Empresa Estadual de Turismo do Rio de Janeiro) obtido através de entrevista em 19 de março de 2009.

4. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

4.1 - Procedimentos metodológicos

O estudo do turismo deve ter uma abordagem interdisciplinar porque devido à sua complexidade como fenômeno só pode ser interpretado a partir de diferentes olhares e perspectivas.

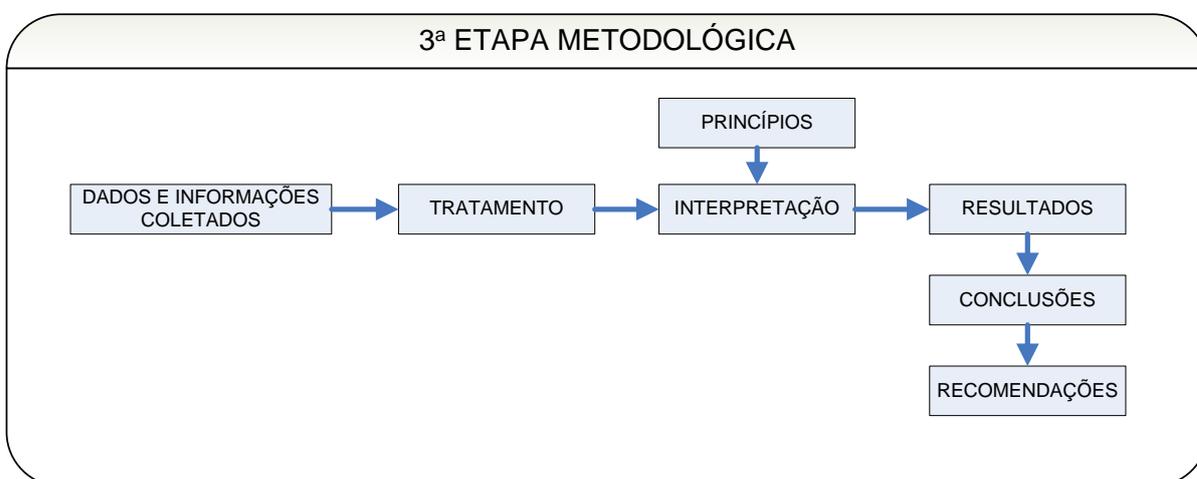
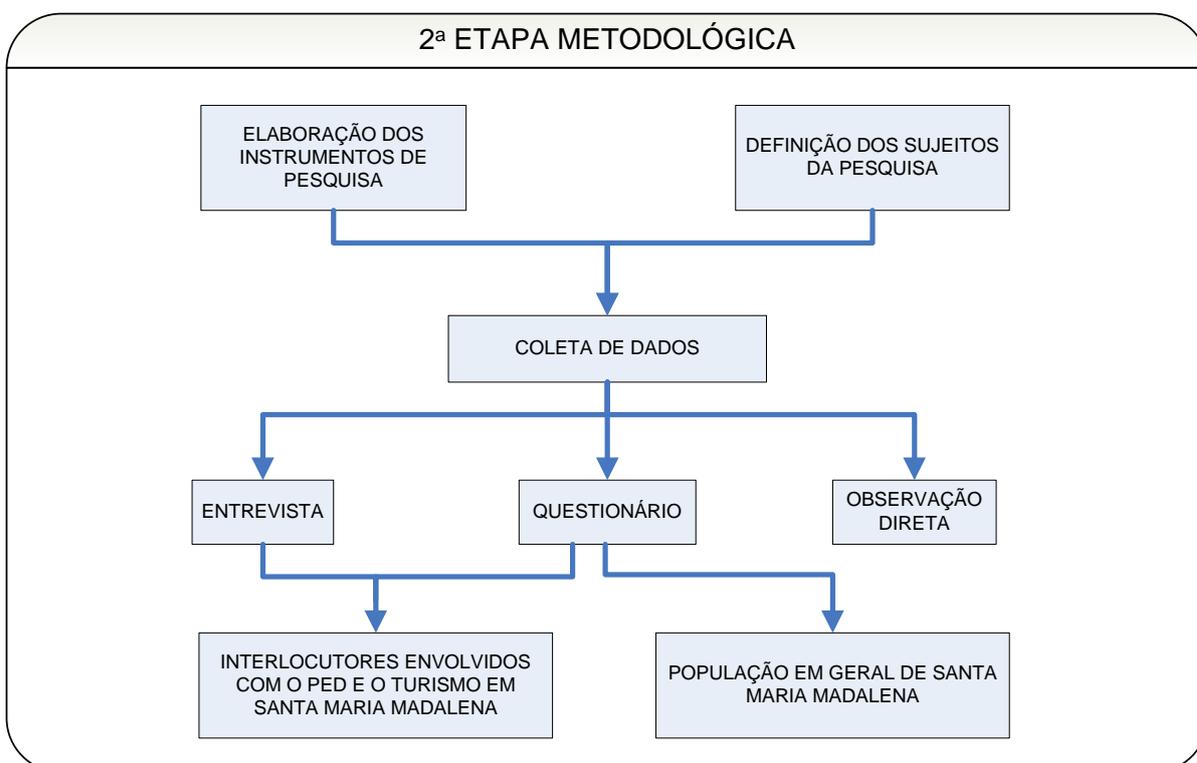
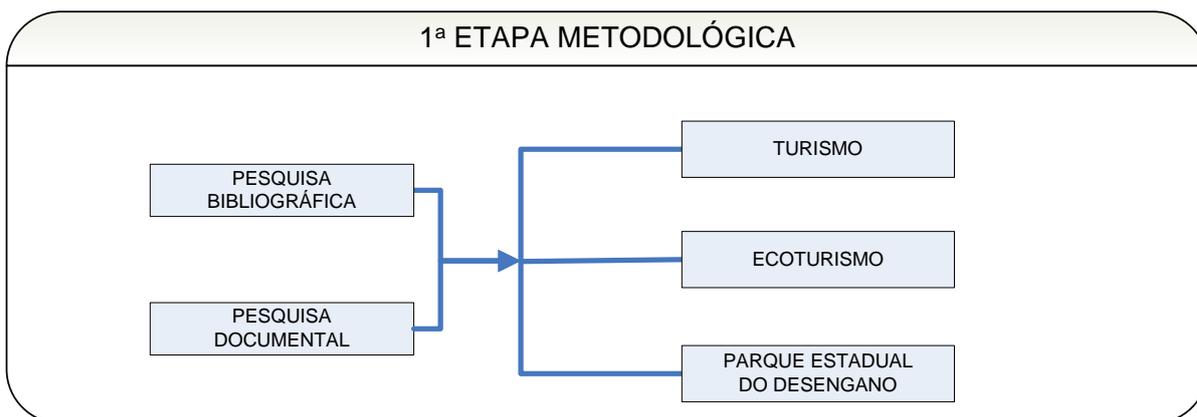
Esta pesquisa acadêmica é empírica, com abordagens qualitativa e quantitativa, a partir do entendimento do turismo como fenômeno social complexo e contemporâneo, em uma realidade de um parque, o Parque Estadual do Desengano. Também tem um caráter explicativo porque procura esclarecer quais fatores favorecem ou impedem a ocorrência do fenômeno.

Este Estudo de Caso, com caráter exploratório utilizou como meios de investigação as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, sendo que esta última envolveu questionário, entrevista e observação direta.

Apesar de o Parque do Desengano abranger três municípios e a maior parte de sua área estar no município de Campos dos Goytacazes, foi escolhido somente o município de Santa Maria Madalena para a pesquisa, porque este além de abrigar a Sede Administrativa e o Centro de Visitantes, é a principal via de acesso ao Parque, detêm o maior número de atrativos naturais e culturais próximos a UC e possui uma população pequena, um governo e setor turístico identificados com a Unidade de Conservação.

4.2 – Etapas metodológicas

A metodologia desta pesquisa foi dividida em três etapas: pesquisa bibliográfica e documental; elaboração dos instrumentos de pesquisa e pesquisa de campo e; análise de dados e informações, conforme sistematização das figuras 16, 17 e 18:



Figuras 16, 17 e 18 – Diagramas das etapas metodológicas

4.2.1 - 1ª Etapa - Pesquisas bibliográfica e documental

Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre ecoturismo que envolveu o levantamento do histórico, princípios, conceitos, alternativas e o seu desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil considerando o potencial dos parques.

Em seguida, foi realizado o mesmo procedimento para o Parque Estadual do Desengano, sendo levantados sua localização, histórico, localização, caracterização da importância ecológica, questões sócio-econômicas relevantes nos municípios que ele abrange, contexto da gestão, conflitos ambientais, parcerias e a prática do turismo em seu interior.

Foram consultadas, nesta etapa, fontes secundárias como livros, revistas, jornais, publicações especializadas e textos acadêmicos, sendo uma parte em meio impresso e outra em meio digital em sítios eletrônicos disponíveis na rede mundial de computadores.

Além da pesquisa bibliográfica, houve também o levantamento documental, principalmente relacionado ao turismo e a temática ambiental, com documentos impressos ou em meio digital de universidades, órgãos públicos, setor privado, terceiro setor, tomando como exemplo relatórios técnicos, folders, legislação pertinente, atas de reunião do Conselho Gestor, Plano Diretor, fotografias e mapas. Os principais sítios eletrônicos governamentais consultados nesta pesquisa foram o do IBAMA, ICMBio, IEF-RJ (atual INEA), Ministério do Turismo, SEBRAE-RJ, Fundação CIDE e IBGE.

4.2.2 – 2ª Etapa – Pesquisa de Campo

4.2.2.1 - Elaboração dos instrumentos de pesquisa

Após obter os levantamentos bibliográfico e documental mencionados, as informações obtidas permitiram a estruturação da metodologia de campo e a elaboração dos roteiros de dois questionários e de uma entrevista. Metodologias de trabalhos acadêmicos sobre turismo e o modelo de questionário de demanda de um núcleo receptor⁴¹, apresentado por Beni (2005, p. 488), apoiaram a formulação e organização destes roteiros para a pesquisa de campo. Os instrumentos de pesquisa (questionário e entrevista) tiveram o objetivo de obter uma visão abrangente sobre o Parque e sua relação com o turismo. Foi ouvida a população de Santa

⁴¹ Terminologia do turismo utilizada para designar um destino turístico que pode ser um país, região, cidade, Unidade de Conservação e etc.

Maria Madalena e mantido o anonimato dos entrevistados para que pudessem expressar sem receio suas opiniões.

O primeiro roteiro de questionário (APÊNDICE A) teve caráter quantitativo - dezessete perguntas - e foi dirigido aos moradores de Santa Maria Madalena, escolhidos ao acaso. Na primeira parte deste questionário havia um espaço para a identificação e caracterização do sujeito da pesquisa.

O segundo roteiro de questionário (APÊNDICE B) teve caráter qualitativo - seis perguntas - e foi dirigido aos moradores de Santa Maria Madalena, selecionados por estarem envolvidos com o PED ou o turismo no município.

O roteiro de entrevista (APÊNDICE C) teve caráter qualitativo - doze perguntas abertas com oportunidade de aprofundamento, sendo que cinco delas tinham itens para orientar e facilitar a resposta. Foi dirigido aos mesmos pesquisados do segundo roteiro de questionário. As questões foram direcionadas no sentido de obtenção de dados sobre os problemas encontrados para a implantação do ecoturismo no PED, os benefícios e impactos que poderão surgir com a atividade, a organização e participação da população e do Poder Público locais em relação ao Parque e Santa Maria Madalena e o perfil do turista.

4.2.2.2 – Definição dos sujeitos da pesquisa

Os dois tipos de sujeitos da pesquisa foram definidos pela sua relação com o PED e/ou ecoturismo.

O primeiro tipo de sujeito envolveu os moradores de Santa Maria Madalena maiores de idade, escolhidos ao acaso, pela identificação que o município tem com o Parque e a grande probabilidade de encontrar visitantes da UC na população local. Segundo dados publicados pela Fundação CIDE – Anuário Estatístico 2007 (Censo 2000), a população de Santa Maria Madalena com mais de 18 anos tinha cerca de 6.500 habitantes.

O segundo tipo de sujeito da pesquisa também envolveu moradores de Santa Maria Madalena, mas comprometidos com o Parque do Desengano e/ou o turismo e temas ambientais no município de Santa Maria Madalena de forma profissional, política ou voluntária, pertencentes aos setores público e privado e a ONGs. A população amostral por tipicidade⁴² é representativa no universo pela quantidade de pessoas influentes entrevistadas e que contou com a maioria dos funcionários do IEF-RJ que trabalham no Parque, funcionários

⁴² A amostra por tipicidade é não probabilística e constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considera representativos da população-alvo, o que requer conhecê-la bem.

da secretaria municipal de meio ambiente de Santa Maria Madalena, a maioria dos proprietários de pousada, a proprietária de um restaurante conhecido na cidade, o prefeito que ocupava o cargo em 2008 e o eleito para o mandato que começou em 2009, o secretário de turismo na época e dois ex-secretários da pasta, o secretário de meio ambiente da época, um ex-vereador que é ocupa uma secretaria atualmente, o presidente de associação de moradores de Santa Maria Madalena, um turismólogo que é o atual secretário de turismo e dois excursionistas que caminharam pela maior parte das trilhas do PED.

4.2.2.3 – Aplicação dos instrumentos de pesquisa

No trabalho de campo realizado no PED e entorno, em Santa Maria Madalena, entre os dias 22 e 29 de novembro de 2008, o pesquisador contou com o apoio da administração do PED/IEF-RJ. Houve a aplicação dos dois questionários e a realização de uma entrevista.

O primeiro modelo de questionário foi aplicado aleatoriamente a 48 moradores de Santa Maria Madalena, em um universo aproximado de cerca de 6.500 adultos. A margem de erro desta pesquisa foi de aproximadamente 12%, com intervalo de confiança de 90%. Segundo consulta com um especialista em pesquisa social⁴³, o ideal, em tese, para ter maior cientificidade seria uma taxa de erro de 5%, com intervalo de confiança de 95%. A maioria dos pesquisados foi contatada no centro da cidade e outros bairros próximos, como o de Itaporanga e em pequeno número, no distrito de Sossego do Imbé. Para isso seria necessário entrevistar cerca de 375 pessoas, independentemente do universo total da população, desde que a amostra fosse estratificada segundo o perfil da população (ex: idade, sexo ou nível de escolaridade). Os resultados estatísticos deste trabalho servem como um recorte preliminar, ou seja, uma tentativa de servir de base para uma futura pesquisa mais aprofundada sobre o turismo, a população de Santa Maria Madalena e o PED. A maioria dos pesquisados foi contatada no centro da cidade e outros bairros próximos, como o de Itaporanga e em pequeno número, no distrito de Sossego do Imbé.

O segundo modelo de questionário foi dirigido a 23 moradores escolhidos por estarem envolvidos diretamente com o Parque do Desengano e o turismo em Santa Maria Madalena. Foram entrevistados servidores públicos municipais das secretarias de meio ambiente e de turismo, servidores do IEF-RJ (órgão gestor da época e atual INEA), proprietários de pousadas e restaurantes, o atual prefeito e o anterior, o atual secretário de turismo e três ex-secretários da pasta, o atual secretário de meio ambiente e um presidente de associação de

⁴³ Foi consultado o sociólogo Orlando Alves dos Santos Júnior, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR), da UFRJ, com vasta experiência em pesquisa de campo na área social.

moradores, que anteriormente fazia parte do conselho Gestor do Parque. A maioria dos pesquisados mora em Santa Maria Madalena há vários anos e conhece o PED. Os questionários foram aplicados no local de trabalho ou residência dos pesquisados.

Logo após o preenchimento do segundo questionário os mesmos 23 pesquisados foram entrevistados, com o auxílio de um gravador.

Também, em campo, foi realizada a observação direta com relação aos seguintes itens:

- Infraestrutura da Sede do Parque e do Centro de Visitantes;
- Existência de atividades e infraestrutura turísticas relacionadas ao PED, suas restrições e potencial para desenvolver o ecoturismo de forma organizada;
- Atrativos turísticos do Parque e do entorno em Santa Maria Madalena.

O registro fotográfico constituiu também etapa da pesquisa de campo e envolveu:

- Infraestrutura do PED, algumas vias de acesso e alguns de seus atrativos naturais;
- Infraestrutura turística de Santa Maria Madalena e alguns de seus atrativos turísticos.

O tempo de uma semana do trabalho de campo permitiu a aplicação de questionários e a realização das entrevistas, além de terem sido realizadas visitas para levantamento de dados junto à sede do PED, a várias pousadas, ao Parque na região da Morumbeca e ao distrito de Sossego do Imbé, até a divisa com Campos dos Goytacazes.

4.2.3 - 3ª Etapa – Análise dos dados e informações

Nesta etapa foi realizado o tratamento de forma não estatística⁴⁴ dos dados coletados através dos instrumentos de pesquisa e a sua posterior análise.

Os dados foram tabulados, de forma simples, para as perguntas que possibilitavam uma única resposta e de forma múltipla para as que tinham mais de uma alternativa. Depois foram sistematizados em tabelas.

Após a análise, com a sistematização dos dados coletados, foi realizada a análise do ecoturismo no PED a partir da ótica dos três princípios orientadores da Declaração de Quebec, elaborada pela Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, em 2002⁴⁵ que são: *Conservação Ambiental e Cultural*, *Participação Social* e *Sustentabilidade*. Estes princípios foram utilizados para avaliar o ecoturismo no PED e seu entorno, no município de Santa Maria Madalena.

⁴⁴ Os testes estatísticos podem ser paramétricos (ex: análise de variância e qui-quadrado) e não paramétricos (ex: Mann-Whitney e Wilcoxon).

⁴⁵ Conteúdo na íntegra disponível no *site* www.ecobrasil.org.br do Instituto Ecobrasil.

No princípio da *Conservação Ambiental e Cultural* foi considerada na análise a garantia à proteção da natureza e da cultura local.

Para a avaliação da *Participação Social* foi pesquisada a forma de envolvimento da população local no processo de planejamento e execução do ecoturismo.

Na análise da *Sustentabilidade* foi considerada a compatibilização das atividades turísticas com os objetivos do desenvolvimento sustentável.

A partir dos resultados obtidos foram interpretadas as potencialidades e limitações à implantação do ecoturismo no PED e propostas recomendações para o seu incremento de forma organizada, na perspectiva de sustentabilidade.

4.3 – Mapas de atrativos turísticos e trilhas

Como foi observada durante a pesquisa a ausência de Mapa de Trilhas e de Atrativos Turísticos, em meio digital, que são ferramentas úteis para estudar o ecoturismo no PED, no sentido facilitar a interpretação das restrições e potencialidades ao ecoturismo, estes mapas foram elaborados de forma digitalizada englobando o Parque e parte do seu entorno, na escala 1:50.000.

Foram confeccionados com este objetivo mapas de atrativos hídricos, atrativos paisagísticos e trilhas.

Nos mapas foram incluídos os atrativos naturais que já são visitados ou com potencialidade para o turismo como os rios, cachoeiras, picos culminantes e algumas trilhas. Também foram incluídos alguns atrativos naturais do entorno. Os mapas foram confeccionados no Laboratório de Geoprocessamento do GIGA (Grupo de Investigação Geoambiental) do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF), utilizando a base de dados fornecida pelo Laboratório de Geoprocessamento do IEF (LAGIEF). As coordenadas geográficas das trilhas foram mapeadas, com o auxílio de um GPS, e cedidas por montanhistas do Clube Excursionista Brasileiro (CEB). Os mapas foram legendados com o auxílio dos funcionários do Parque e da secretaria de turismo de Santa Maria Madalena.

O primeiro procedimento adotado para a criação dos mapas foi a geração de um mapa de localização que utilizou uma imagem obtida pelo sensor ETM+ do Satélite *Landsat 7*, datando de 29/08/1999. Foram utilizadas as bandas vermelha, verde e azul para a composição colorida no software ENVI 4.5, sendo atribuídas às cores Vermelho, Verde e Azul (RGB), respectivamente. Em seguida, foi utilizada a base digitalizada cedida pelo Laboratório de

Geoprocessamento do IEF (LAGIEF), na qual estão localizados os cumes e as cachoeiras, no sistema de projeção UTM, fuso 24 S. O *datum* utilizado é o Córrego Alegre. As trilhas foram marcadas com o auxílio do GPS, marca GARMIN, modelo MAP 60 CSX e inseridas na base digitalizada.

Cada mapa é acompanhado de um quadro que indica os pontos selecionados dentro ou fora do perímetro do Parque. Para a complementação do contexto do PED foi também estruturada uma galeria de fotos de alguns atrativos paisagísticos.

5. RESULTADOS: ANÁLISE E COMENTÁRIOS

As observações de campo, as entrevistas e os levantamentos bibliográficos e documentais reafirmaram que o Parque Estadual do Desengano e o seu entorno - pelos seus atrativos naturais que envolvem uma grande extensão de Mata Atlântica preservada, suas inúmeras cachoeiras, rios, piscinas naturais e trilhas - possui importante vocação para o ecoturismo. Mas para que este se torne uma realidade, precisa ser estruturado de maneira planejada, no sentido de bem atender bem ao turista e trazer benefícios efetivos para a conservação ambiental e as populações dos municípios abrangidos.

5.1 – A percepção dos moradores em geral de Santa Maria Madalena

A principal ocupação da população pesquisada tem relação com o funcionalismo público e o comércio (tabela 5). Isto se deve ao grande número de pessoas empregadas na Prefeitura de Santa Maria Madalena e no comércio, sobretudo de alimentos e vestuário.

A faixa etária predominante dos entrevistados é de 21 a 30 anos, seguida da faixa de 41 a 50.

Quase todos os entrevistados nasceram em Santa Maria Madalena e tem faixa salarial de 0 a 2 salários mínimos, sendo a maior parte do sexo masculino.

A maioria dos pesquisados mora há mais de 21 anos na cidade e somente um pequeno número pertence a algum grupo social como igrejas, associações, sindicatos ou outras entidades.

Tabela 5 – Perfil dos Entrevistados

PERFIL	1° RESULTADO MAIS ENCONTRADO	2° RESULTADO MAIS ENCONTRADO
Profissão/ocupação / atividade econômica	Servidor público (41%)	Comerciante (22%)
Idade	21 a 30 anos (31%)	41 a 50 anos (21%)
Local de nascimento	Santa Maria Madalena (73%)	Outro lugar (27%)
Faixa de renda (em salários mínimos)	0 a 2 salários mínimos (60%)	
Sexo	Masculino (62%)	Feminino (38%)
Tempo de moradia na cidade	Entre 21 e 40 anos (58%)	Mais de 41 anos (23%)
Engajamento social	Sim (21%)	Não (79%)

5.1.1 – A visitação no PED e Centro de Visitantes

Antes mesmo da aplicação dos questionários, em conversa com os moradores, foi constatado que, pelo fato do Parque não ter marcações visíveis dos seus limites, muitas pessoas em Santa Maria Madalena confundem os seus limites com o seu entorno ⁴⁶. Outro engano comum é admitirem que o Horto Santos Lima, que abriga a sede da administração do PED e o Centro de Visitantes, pertence à área do Parque, quando na verdade está distante de seus limites em cerca de 6 km. Para evitar problemas neste sentido, durante o processo da aplicação dos questionários, quando havia dúvidas, foi esclarecido que áreas estão dentro e fora do PED. Porém, não ficam descartados enganos de interpretação.

Todos os que responderam os questionários já ouviram falar do Parque, mas pouco mais da metade (60%) nunca esteve em seu interior. Em conversas com os moradores antigos foi também confirmado que grande parte da população nunca visitou o Parque, o que leva a acreditar que este número de pessoas que nunca estiveram em seu interior seja bem maior do que o registrado na pesquisa. Um conjunto de fatores que inibem a vontade de conhecer a área ou despertam a falta de interesse podem estar na causa deste problema como a distância do Parque ao centro da cidade, a falta de transporte regular, a ausência de infraestrutura do órgão

⁴⁶ O entorno de uma Unidade de Conservação é tratado como Zona de Amortecimento segundo o art. 2º, inciso XVIII, da Lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A mesma lei estabeleceu em seu art. 24, § 2º, que “os limites da zona de amortecimento poderão ser definidos no ato de criação da unidade ou posteriormente”. No caso do Parque do Desengano vale a Resolução CONAMA 013/90, que “determina uma faixa de no mínimo 10 km em torno da unidade de conservação, na qual toda atividade que possa afetá-la deverá, obrigatoriamente, ser licenciada pelo órgão ambiental competente”.

gestor dentro limites do PED, o receio de se perder em uma área florestal extensa e o conhecimento da proibição de se visitar o Parque sem a prévia autorização exigida pela administração da Unidade de Conservação que necessita controlar o número de visitantes.

A falta de aproximação de parte da população com o Parque constitui um real empecilho para o engajamento de cidadãos em projetos e ações de ecoturismo que vinculem a conservação ambiental ao desenvolvimento local. A maioria da população se sente excluída em relação ao Parque. Parece, portanto, que um projeto ecoturístico que dê oportunidade aos moradores para visitarem o Parque e as áreas naturais dos arredores poderia minimizar este sentimento de exclusão e distanciamento. No entanto, a maior parte dos pesquisados que já esteve no Parque fez onze ou mais visitas a área. A repetição das visitas foi motivada pela apreciação do local (tabela 6).

Tabela 6 - Número de visitas realizadas na vida

Número de visitas ao PED	PERCENTUAL
1 a 3	16%
2 a 5	21%
6 a 10	-
11 ou mais	63%

Os frequentadores do Parque realizam mais de uma atividade quando se deslocam à área. As mais apontadas foram caminhadas em trilhas, banhos de cachoeira, acampamento e observação da fauna e a flora. Em menor número são mencionadas a fotografia da natureza, escalada de montanhas e a realização de piqueniques ou churrascos (quadro 7).

Este visitante gosta de caminhar nas trilhas para observar a natureza, de preferência podendo se banhar em cachoeira e acampar para permanecer mais tempo no local. Segundo os entrevistados, estas atividades são realizadas sem infraestrutura e fiscalização por parte do governo, sendo que, no entorno do PED, é limitada a oferta de hospedagem e não existem áreas de camping estruturadas.

Quadro 7 – Atividades praticadas pelos freqüentadores do PED

ATIVIDADES EM ORDEM DECRESCENTE DE PRÁTICA
Caminhar em trilha
Banhar em cachoeira
Acampar
Observar a fauna e a flora
Fotografar a natureza
Escalar montanhas
Realizar piquenique ou churrasco

Todos os pesquisados responderam a pergunta sobre quais as três atividades mais praticadas pelos freqüentadores do PED. Até os que nunca estiveram no Parque puderam opinar a respeito porque, em seu círculo de relacionamentos, em um município com poucos habitantes, conhecem estes freqüentadores que narram o que fazem na área. A caminhada foi reconhecida como a principal atividade, seguida de banho de cachoeira e acampamento. A ordem de preferência coincide com a da pergunta anterior.

Com relação à frequência das visitas, entre os entrevistados que já estiveram no PED (tabela 7), a maior parte frequenta o Parque mensalmente ou anualmente. Poucos visitam o PED semanalmente. Há ainda aqueles que estiveram na área somente uma vez. Estes resultados indicam que os freqüentadores da área não têm o hábito regular de visitá-la.

Tabela 7 – Grau de frequência dos visitantes do PED

GRAU DE FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Mensal	35%
Anual	40%
Semanal	10%
Somente uma vez	15%

As estações do ano com o maior número de visitantes no PED são o verão - dezembro a março - e o inverno - junho a setembro - que são os meses de alta temporada no turismo devido às férias escolares (tabela 8). São poucos os pesquisados que têm o hábito de freqüentar o Parque o ano inteiro.

Tabela 8 - Estações do ano com mais visitantes no PED

ESTAÇÕES	PERCENTUAL
Verão – dezembro a março	40%
Outono- março a junho	5%
Inverno – junho a setembro	40%
Primavera – setembro a dezembro	--
Ano inteiro	15%

O meio de transporte mais utilizado pelos visitantes é o carro próprio ou carona seguido do cavalo (tabela 9). Como as estradas ao redor do PED não estão em boas condições de manutenção, os veículos que nelas transitam, geralmente possuem tração nas quatro rodas. O uso regular do cavalo como meio de transporte na área se deve à grande quantidade de propriedades rurais na região com criação de equinos. O turismo equestre na região é também, portanto, uma possibilidade que merece estudo de viabilidade. Ademais, a caminhada é mais utilizada como meio de locomoção para acessar a área do Parque do que a motocicleta e a bicicleta.

Tabela 9 - Meio de transporte utilizado para visitar o PED

MEIO DE TRANSPORTE	PERCENTUAL
Carro próprio ou carona	45%
Cavalo	20%
Caminhada	15%
Motocicleta	10%
Bicicleta	10%

Dos seis possíveis problemas apresentados em relação à visita ao PED todos os entrevistados apontaram mais de um (quadro 8). Os dois mais frequentes se referem às vias de acesso. A distância do Parque ao centro de Santa Maria Madalena foi o problema menos mencionado, o que indica que a maior parte dos entrevistados não considera este tema como um empecilho à visita. Porém, há um conjunto de problemas a serem resolvidos para que o turismo organizado seja implantado no Parque e possivelmente no seu entorno.

Quadro 8 – Problemas em relação à visitação do PED

MAIS APONTADOS EM ORDEM DECRESCENTE
Carência de sinaliza�o nas vias de acesso e dentro do Parque
Péssimas condi�es das estradas de acesso
Ausência de monitores ou guias
Ausência de benfeitorias (ex: banheiros, guaritas e camping)
Falta de vigilância ou fiscaliza�o
Distância do Parque ao centro de Santa Maria Madalena

Segundo os pesquisados, a maioria de seus conhecidos que vêm a Santa Maria Madalena deseja visitar o PED. Este interesse das pessoas de fora em querer conhecer o Parque pode portanto, ser aproveitado no futuro, para o desenvolvimento do ecoturismo na região.

Seis sugestões foram apresentadas para o aumento da visita o na área (quadro 9). A maioria dos entrevistados apontou mais de uma sugestão. A sugestão mais freqüente foi a melhoria das vias de acesso ao PED, que se encontram em condi es precárias. A melhoria da sinaliza o foi a sugestão menos freqüente pela pesquisa, apesar de, em rela o   visita o ter sido assinalada a carência de sinaliza o, conforme o quadro 8, constituindo esta uma real contradi o.

Quadro 9 – Sugestões para o PED ser mais visitado

ORDEM DECRESCENTE DE ESCOLHA
Melhoria das vias de acesso
Cria�o de transporte regular
Presença de guias e monitores.
Realiza�o de propaganda,
Realiza�o de obras de benfeitoria
Melhoria da sinaliza�o.

O Centro de Visitantes do PED tem boas instala es com biblioteca, sala de proje o e anfiteatros. Tinha também microcomputadores utilizados para informa es multim dia que foram furtados, o que demonstra o estado de precariedade administrativa. Localizado fora do Parque, o Horto Santos Lima, em Santa Maria Madalena, atualmente, não dispõe de pessoal. Permanece fechado o tempo todo e só pode ser visitado durante a semana, quando um funcionário da administra o do Parque   indicado para este fim.

A maior parte dos pesquisados que frequenta o Parque conhece a existência do Centro de Visitantes (60%) e já o visitou na época que funcionava plenamente. Quase todos que conhecem o Centro mencionaram que ele possui material informativo de qualidade, mas necessita de pessoal.

5.1.2 – Manejo do PED

A maior parte dos pesquisados (83%) nunca ouviu falar da existência do Conselho Gestor do PED (tabela 15). Vale mencionar que, atualmente, o Conselho Gestor está desativado para reformulação, sem comunicado oficial sobre a data de retorno ao funcionamento. Mas, certamente, quando voltar a funcionar precisará ser mais divulgado para a população local.

O Plano de Manejo é também desconhecido para a maioria dos entrevistados (75%). Da mesma forma que o Conselho Gestor, precisaria ser mais bem discutido com a população local.

5.1.3 – Turismo no PED e entorno

O Pico do Desengano foi citado por todos os pesquisados como o único ponto turístico conhecido dentro do PED. No entanto, o Plano de Manejo menciona também cachoeiras de importância turística no PED como: Vermelho, do Mocotó, Tombo d'Água e da Cascata ou Fumaça. Além disso, ocorrem importantes cursos d'água na área como o: Ribeirão Vermelho, Água Limpa, Sossego, Bela Joana, Rio Grande, Macapá, Santíssimo, Colégio, Segundo do Norte, Morumbeca, Aleluia, Mocotó, Imbé e Preto. No entanto, muitos entrevistados citaram cachoeiras situadas fora dos limites do Parque como a do Roncador, como atrativo do PED, o que indica que a população confunde os pontos turísticos dentro dos limites do PED com o seu entorno.

Para o planejamento do ecoturismo na região, é importante conhecer os pontos turísticos naturais e culturais de Santa Maria Madalena, localizados na sede e distritos, porque eles certamente irão influenciar o turista na hora de escolher em que município deseja se hospedar para visitar o PED. Estes pontos turísticos foram agrupados numa escala decrescente de menção pelos pesquisados (quadro 10). A Cachoeira do Escorrega foi o atrativo mais citado pela proximidade do centro da cidade. Foram também mencionados a Pedra Dubois, a

Represa Tudelândia e o Mirante da Torre de Televisão. Os atrativos culturais foram pouco mencionados pelos pesquisados.

Quadro 10 – Pontos turísticos em Santa Maria Madalena e ao redor do PED

PRINCIPAIS PONTOS MENCIONADOS	OUTRAS REFERÊNCIAS
Cachoeira do Escorrega	Museu Dercy Gonçalves
Pedra Dubois	Mausoléu Dercy Gonçalves
Represa Tudelândia	Cachoeira do Roncador
Mirante da Torre de Televisão	Cachoeira do Sossego do Imbé
----	Horto Florestal Santos Lima
----	Igreja Matriz
----	Artesanato Mineral
----	Casa da Cultura
----	Árvore do Arco

Todos afirmaram ser o Parque do Desengano importante para o turismo em Santa Maria Madalena, porque atrai o turista, em primeiro lugar, pelas belezas naturais (paisagens e cenários), seguida pela biodiversidade da fauna e flora e pela procura por lazer (tabela 10). As belezas cênicas do PED com suas serras, picos, cachoeiras e vegetação exuberante representam, pela percepção dos pesquisados, um chamariz para o turismo no município.

Tabela 10 - Importância dos atrativos do PED para o turismo em Santa Maria Madalena

ORDEM DECRESCENTE DE ATRAÇÃO	PERCENTUAL
Belezas naturais - paisagens e cenários	85%
Biodiversidade da fauna e flora	10%
Procura por lazer	5%

Os pesquisados, em sua imensa maioria, concordam que a população de Santa Maria Madalena será beneficiada, como um todo, com o turismo no PED. Uma minoria de entrevistados menciona que apenas o setor hoteleiro será beneficiado com o turismo no Parque.

Foram listados cinco benefícios principais decorrentes do desenvolvimento do ecoturismo no PED, sendo a geração de emprego e renda o mais citado (tabela 11). Outros benefícios também considerados importantes para a qualidade de vida da população foram pouco mencionados. O município é considerado pobre e carente em oportunidades de emprego. Sendo assim, a maioria das pessoas reconhece, em primeiro plano, os benefícios

econômicos do turismo no Parque, mencionando apenas secundariamente os benefícios proporcionados pelo aumento da qualidade de vida.

Tabela 11 – Benefícios que o turismo no PED irá trazer para Santa Maria Madalena

TIPO DE BENEFÍCIO	PERCENTUAL DOS QUE ACREDITAM
Geração de emprego e renda	89%
Melhoria da infraestrutura municipal	5%
Melhoria da consciência ambiental da população	2%
Aumento de oportunidades de lazer para os moradores	2%
Projeção no cenário turístico	2%

A maioria dos pesquisados (85%) afirma que o aumento do turismo poderá causar impacto na sociedade, mas também danos ambientais em Santa Maria Madalena. Estes impactos serão positivos, em sua maior parte, como a geração de emprego e renda e a projeção da cidade. Outros impactos positivos apontados em menor escala serão o aumento da consciência ambiental e a maior integração da população (quadro 11). O único impacto negativo reconhecido na pesquisa que poderá advir do turismo é o aumento do lixo.

Quadro 11 – Geração de impactos em Santa Maria Madalena decorrentes do turismo

Impactos positivos	Impacto negativo
Geração de renda e emprego	Aumento do lixo
Maior projeção do município	----
Aumento da consciência ambiental	----
Maior integração da população	----

Assim, a maioria reconhece a importância do PED e de Santa Maria Madalena para o desenvolvimento de seus atrativos turísticos. Este quer o governo no Parque para atender os visitantes, organizar e incentivar o turismo.

5.2 – A percepção dos interlocutores envolvidos com o PED e o turismo em Santa Maria Madalena

5.2.1 – Com base em um panorama global

O objetivo desta pesquisa qualitativa, na primeira etapa, foi construir um panorama da atual situação do PED em relação à visitação envolvendo:

- Atividades realizadas pelos frequentadores;
- Existência de empresas que atuam com o ecoturismo na área do Parque ou ao seu redor;
- Trilhas e pontos turísticos mais visitados no Parque e arredores;
- O Centro de Visitantes do Parque e sua função;
- O grau de qualidade de itens no PED e em Santa Maria Madalena relacionados ao turismo.

Os resultados desta pesquisa qualitativa quando comparados aos da pesquisa anterior feita com os moradores em geral, diferem em vários pontos.

5.2.1.1 – Visitação no PED

Para este fim, foram apresentadas várias atividades possíveis para serem classificadas de acordo com sua importância (quadro 12). Os resultados mostram que os atrativos naturais do PED são pouco aproveitados pelos frequentadores, à exceção para a fotografia.

Da mesma forma, o banho de cachoeira, as caminhadas em trilhas e as escaladas são pouco realizadas no interior do Parque apesar de ele contar com várias cachoeiras, trilhas e montanhas. A ida ao Parque com o intuito de observar a flora e a fauna da Mata Atlântica, constitui uma atividade regular e fotografá-las em conjunto com as paisagens do Parque é reconhecida como atividade regular. O ato de acampar é mencionado como pouco frequente devido a inexistência de áreas de camping no interior do parque. Piqueniques ou churrascos são reconhecidos como pouco frequentes por não haver área destinada a estas atividades.

Quadro 12– Grau de realização das atividades dos frequentadores do PED

Tipo de atividade	Grau de realização
Banho de cachoeira	Pouco
Caminhadas em trilhas	Pouco
Escaladas em montanhas	Pouco
Observação da fauna e flora	Regular
Acampamento	Pouco a regular
Piquenique ou churrasco	Ausente a pouco
Fotografar a natureza	Regular a muito

Na observação destes atores, não há ainda empresa que atua com ecoturismo na área do PED e ao seu redor. Os turistas vão ao local por conta própria.

A trilha mais visitada no PED, segundo o conhecimento destes atores, entre as seis que constam do Plano de Manejo, é a do Pico de Desengano. Em seguida, seguindo a percepção destes atores, vem a da Cachoeira da Rifa e a da área da Cachoeira do Mocotó, na altura da

cota 500. Pouco citada foi a trilha Rifa/Fazenda Santa Clara (quadro 13). Não foram citadas duas trilhas mencionadas no Plano de Manejo, por não conseguirem serem identificadas pelos entrevistados: a trilha interpretativa em forma de ferradura, início e fim no Portão III (Portão Rio das Flores) e VI e a trilha curta com acesso pelo Portão V.

Vale mencionar que, em 16 de outubro de 2008, a Portaria do IEF/RJ n° 257 alterou e incluiu na denominada “Área de Visitação Controlada” nove trilhas, para estimular a visitação à área. Os entrevistados sem conhecer a portaria citaram as seguintes trilhas oficiais que são visitadas: Travessia Poço Parado/ Mocotó, Travessia Morumbeca/Sossego, Travessia Ribeirão Vermelho/Sossego e a Trilha do Poço de Pedra.

As trilhas citadas, que estão nos arredores do PED e atraem os turistas, são na verdade, caminhos curtos até as cachoeiras do Roncador e do Escorrega e a Represa Tudelândia.

Quadro 13 – Trilhas dentro do PED em ordem decrescente de visitação

Trilha do Pico de Desengano
Trilha da Cachoeira da Rifa
Trilha da Cachoeira do Mocotó, na altura da cota 500.
Travessia Rifa/Fazenda Santa Clara.
Travessia Poço Parado/ Mocotó
Travessia Morumbeca/Sossego
Travessia Ribeirão Vermelho/Sossego
Trilha do Poço de Pedra.

5.2.1.2 – Atrativos do PED e do seu entorno

Se reconhece que o Parque do Desengano e seus arredores apresentam vários atrativos naturais e culturais, reafirmando o potencial turístico da região e foram listados os pontos turísticos considerados mais visitados no Parque e arredores (quadro 14).

Quadro 14 – Pontos turísticos do PED e arredores em ordem decrescente de visitação

PARQUE ESTADUAL DO DESENGANO	ARREDORES
Pico do Desengano	Cachoeira do Escorrega
Morumbeca (parte do PED voltada para Santa Maria Madalena)	Represa Tudelândia
Cachoeira Tombo D`água (Campos)	Mirante da Torre de Televisão
Rio do Norte	Distrito de Terras Frias
Ribeirão Vermelho	Distrito do Sossego do Imbé
Cachoeira do Mocotó	Horto Florestal Santos Lima
----	Pedra Dubois
----	Cachoeira do Roncador
----	Rio do Colégio (São Fidélis)
----	Casa da cultura
----	Museu Dercy Gonçalves
----	Mausoléu da Dercy Gonçalves

5.2.1.3 – Centro de Visitantes

Somente um dos interlocutores da pesquisa não conhecia o Centro e, a maioria, considera as suas instalações de boa qualidade. Quanto à localização, pouco mais da metade dos pesquisados considera que ele está bem situado, sendo de fácil acesso aos visitantes enquanto o restante considera que está mal situado e deveria estar dentro do Parque. Distante do PED, deveria ser utilizado como um Centro de Educação Ambiental. Sobre sua eficácia na definição sobre o PED, um pouco menos da metade reconhece que não cumpre bem este papel (tabela 12).

Houve unanimidade sobre a necessidade do Centro melhorar e a principal sugestão neste sentido foi relacionada a falta de pessoal, principalmente nos finais de semana.

Tabela 12- Centro de Visitantes

Qualidade das instalações	Boa 82%	Regular 13%	Ruim 5%	----
Localização	Bem situado 54%	Mal situado 46%	-----	-----
Capacidade de informar	Mal 45%	Bem 40%	Regular 15%	-----
O que falta para melhorar	Atendente 70%	Melhorar a qualidade da informação 22%	Limpeza 4%	Mudar a localização 4%

5.2.1.4 – O turismo no PED

Para os interlocutores da pesquisa foram apresentados cinco itens relacionados ao turismo no PED para serem classificados na escala ruim, regular e bom (quadro 15). As vias de acesso ao Parque foram consideradas ruins. As benfeitorias do PED que estão fora de seus limites como o Centro de Visitantes e a Administração foram avaliadas, em geral, como ruins a regulares. As trilhas do Parque foram julgadas regulares.

Os meios de hospedagem em Santa Maria Madalena foram também considerados regulares e o setor de alimentação ruim.

Quadro 15– Qualidade dos itens relacionados ao turismo no PED e em Santa Maria Madalena

ITENS	QUALIDADE
Vias de acesso	Ruim
Benfeitorias do PED	Ruim a regular
Trilhas do parque	Regular
Meios de hospedagem	Regular
Setor de alimentação	Ruim

5.2.2 – Qualificando o processo

A segunda etapa da pesquisa qualitativa, após a aplicação do questionário anteriormente avaliado, consistiu em uma entrevista, com 12 perguntas para aprimoramento da informação com os mesmos 23 pesquisados (APÊNDICE C).

Esta fase de obtenção de dados em relação ao ecoturismo no PED e em Santa Maria Madalena envolveu:

- Plano de Manejo, Conselho Municipal de Turismo e Conselho Gestor do Parque;
- Problemas relativos à implantação do ecoturismo;
- Atuação governamental;
- Prováveis benefícios sociais e ambientais para o município;
- Prováveis malefícios ou impactos negativos para o município;
- Contribuição para a conservação do PED;
- Organização da população para receber o turismo em Santa Maria Madalena (setores de hotelaria, alimentação e comércio de suvenires);
- Perfil do turista que frequenta o PED e Santa Maria Madalena;
- Guias e monitores de ecoturismo.

5.2.2.1 – Instrumentos de Manejo

Sobre a visitação prevista no Plano de Manejo e ao ecoturismo no PED, a maioria o julgou mal elaborado, por não ter consultado a população local e atribuiu ao Parque características de uma Reserva Biológica, impedindo, em tese, a prática do turismo (tabela 13). Este é considerado como uma cópia de outros planos e falhou ao transformar a maior parte do Parque em Zona de Proteção Integral, permitindo o uso de poucas trilhas, sendo, portanto, necessária a sua revisão.

Muito poucos não conheciam o seu conteúdo e mencionaram ser importante que este seja divulgado para a população e para os turistas. Ser posto em prática constitui o anseio de parte dos interlocutores.

Tabela 13 – Plano de Manejo do PED em relação ao ecoturismo e a visitação

OPINIÕES	PERCENTUAL DO TOTAL DE OPINIÕES
Bem feito	18%
Não conhecem seu conteúdo	8%
Mal feito	48%
Deve ser posto em prática	26%.

Importante, neste contexto, mencionar que há um Conselho Municipal de Turismo em Santa Maria Madalena com 15 membros que funcionou por 10 anos, com reuniões mensais e atualmente está desativado por falta de verba. Contava com representantes dos moradores, secretaria de turismo e IEF (atual INEA). Segundo depoimentos, este confundia turismo rural com ecoturismo e se baseava na expectativa em relação ao crescimento do turismo no PED. Porém, nada fez pelo desenvolvimento do ecoturismo. É subordinado à Prefeitura e gere um fundo. Mas não havia consenso nas ações planejadas. Ajudou na realização de oficinas de turismo.

O Conselho Gestor do Parque, que é consultivo, está desativado há aproximadamente um ano, para ser reformulado, por ser considerado pouco representativo. A maior parte dos sujeitos da pesquisa, não soube dizer se ele era atuante (tabela 14).

Foi também mencionado que não havia verba para a execução dos projetos propostos e foi mencionado que os secretários de turismo dos três municípios que participavam do Conselho não estavam entrosados.

Os que o avaliaram o Conselho como atuante relataram que foram instituídas três câmaras temáticas (Itacolomi, rio Preto e Morumbeca). O Conselho planejou a contratação de guias e havia palestras em suas reuniões.

Tabela 14 – Atuação do Conselho Gestor

OPINIÕES	PERCENTUAL
Atuante	30%
Não atuante	30%
Não conhece a atuação	40%.

5.2.2.2 – Implantação do ecoturismo no PED

Treze possíveis problemas foram identificados para a implantação do ecoturismo no PED e apresentados aos sujeitos da pesquisa (tabela 15).

1) Distância do PED ao centro de Santa Maria Madalena

A maioria mencionou que este se constitui em problema, sendo que o ponto mais próximo do centro é a Cachoeira da Rifa a 6 km. Com condução apropriada (carro com tração nas quatro rodas) não é difícil chegar ao Parque. As distâncias não são consideradas longas para os praticantes de ecoturismo.

2) Sinalização

A falta de sinalização indicando o caminho para o PED e seus atrativos turísticos é reconhecida como um problema a ser resolvido.

3) Ausência de monitores e guias

A maioria considera fundamental a necessidade de formação de guias ou monitores para o Parque. Há aproximadamente quatro pessoas que guiam, informalmente, no PED. Alguns pesquisados mencionaram também o desinteresse em qualificar moradores para guiar em função da limitada demanda turística pelo Parque.

4) Vias de acesso em mau estado

Vistas como um empecilho ao turismo pela maioria dos pesquisados, as vias de acesso ao PED, a partir de Santa Maria Madalena, foram consideradas regulares. Mas na época das chuvas, transitáveis somente para carros com tração nas quatro rodas. No interior do Parque estas estão em estado precário e somente carros tracionados ou adaptados as condições do terreno conseguem transitar. A dificuldade de acesso foi considerada como um dos motivos para o estado de preservação do Parque.

5) Número reduzido de servidores do IEF

Foi tratado como um problema pela maioria dos pesquisados porque dificulta o controle do turismo no Parque e a fiscalização de atividades predatórias que podem prejudicar a atividade turística, como a caça que mencionam acontecer em larga escala.

6) Falta de trilhas estruturadas

Todos apontaram a existência deste problema no Parque que tem trilhas sem manutenção, limpeza, sinalização e fechadas em muitos trechos pela vegetação. Recomendaram a limpeza e, posteriormente, a sinalização. Relataram que a trilha mais conhecida que vai ao Pico do Desengano tem várias bifurcações, obstáculos e ausência de sinalização.

7) Ausência de benfeitorias (banheiros, guarita e restaurantes)

A maioria considera este um problema para o desenvolvimento do ecoturismo no PED e menciona só haver infraestrutura de posseiros (pequenas casas) dentro do PED. Achrom importante haver benfeitorias para garantir a integridade do PED.

8) Falta de Hospedagem

A falta de abrigo no Parque é vista, pela maioria, como um problema. Se existisse, evitaria acampamentos em qualquer lugar. Foram mencionados 15 meios de hospedagem em todo o município de Santa Maria Madalena que atende a baixa procura pelos interessados em conhecer o PED. Mas, futuramente, se houver crescimento da procura o número de leitos será insuficiente.

9) Falta de transporte regular para o PED

Este é considerado mais um problema que prejudica quem vem sem carro a Santa Maria Madalena e deseja conhecer o Parque. Atualmente, o transporte é realizado em combinação com particulares, em viatura apropriada para a região da Morumbeca.

10) Falta de informação turística

Este é assinalado como outro problema, uma vez que o Centro de Visitantes do PED fecha no feriado e finais de semana e há pouca informação disponível sobre o Parque. Poucos moradores de Santa Maria Madalena conhecem o Parque por falta de divulgação, de guias e de sinalização. Neste sentido, é recomendado que a Secretaria de Turismo de Santa Maria Madalena interaja com a administração do Parque.

11) Limitada organização e participação da população de Santa Maria Madalena

Este problema é observado pela maioria dos pesquisados, que disseram estar a população pouco envolvida com o PED e despreparada para receber o ecoturismo, mesmo sendo acolhedora e reconhecendo os possíveis benefícios do ecoturismo. É preciso que a comunidade desperte para o ecoturismo, seja através da ação dos governos, da iniciativa privada ou do terceiro setor. Neste sentido, a iniciativa privada, envolvendo principalmente os donos de pousada, está se organizando para o turismo, mesmo sem o apoio do Poder Público.

12) Falta de política pública para o ecoturismo

A maioria reconhece falta interesse, principalmente do governo estadual, em rever o Plano de Manejo e ter um contingente mínimo de servidores para a gestão efetiva do PED. O município de Santa Maria Madalena há muito tempo atrás capacitou monitores de ecoturismo e mapeou os pontos turísticos. Apesar destas medidas o ecoturismo não se desenvolveu no Parque. O correto seria haver uma política pública de desenvolvimento do ecoturismo com a participação conjunta dos governos estadual e municipais.

13) Questão fundiária

Este tema é antagônico. Pouco mais da metade dos pesquisados reconhece que o Estado deveria ter o total domínio sobre a área pagando as indenizações aos proprietários de terras no interior do PED, para viabilizar um programa de ecoturismo. Opiniões divergentes manifestaram que os proprietários de terras não impedem o ecoturismo e podem mesmo lucrar com a atividade, bastando que o Estado faça com eles um acordo com eles e os capacite para receber o ecoturista.

Tabela 15 – Possíveis problemas que poderão dificultar a implantação do ecoturismo no PED

POSSÍVEIS PROBLEMAS	PERCENTUAL DOS QUE CONCORDARAM	PERCENTUAL DOS QUE DISCORDARAM
Distância do PED ao centro de Santa Maria Madalena	22%	78%
Sinalização	91%	9%
Ausência de monitores e guias	95%	5%
Vias de acesso em mau estado	83%	17%
Número reduzido de servidores do IEF	83%	17%
Falta de trilhas estruturadas	100%	-----
Ausência de benfeitorias (banheiros, guarita e restaurantes)	95%	5%
Falta de Hospedagem no PED	74%	16%
Falta de transporte regular para o PED	83%	17%
Falta de informação turística	96%	4%

Pouca organização e participação da comunidade de Santa Maria Madalena	96%	4%
Falta de política pública para o ecoturismo	70%	30%
Questão Fundiária	56%	44%

Com relação ao maior entrave à implantação e consolidação do ecoturismo no PED, o Plano de Manejo, que restringe as atividades de ecoturismo na maior parte do Parque, foi considerado como o principal. Para este é também recomendada a revisão. O segundo maior entrave diz respeito às más condições das vias de acesso ao Parque, para as quais se recomenda melhoria. O quadro 16 resume as opiniões dos pesquisados em ordem decrescente.

Quadro 16 – Obstáculos a implantação do ecoturismo no PED e sugestões para o seu equacionamento

BSTÁCULOS IDENTIFICADOS	SUGESTÕES
Plano de Manejo restritivo	Revisão do Plano e discutir com a comunidade
Estradas de acesso em más condições	Obras de melhoria e construção de pontos de observação de atrativos no caminho
Questão fundiária	Indenizar os proprietários de terreno no PED
Falta de benfeitorias no PED	Construção de pontos de apoio no Parque
A administração do PED	Aumentar o número de servidores e diminuir a burocracia
Trilhas sem estrutura	Arrumar as trilhas
Falta de divulgação do PED	Unir Estado e prefeituras para divulgar
Falta de guias	Capacitar interessados em guiar

Na percepção deste universo de pesquisa, os governos estadual e municipal nada fizeram para incrementar o ecoturismo no PED.

O governo municipal de Santa Maria Madalena, por sua vez, é considerado carente de recursos financeiros para promover a melhoria das estradas de acesso ao PED mas poderia ter um papel mais efetivo com relação ao Parque se sua ação não fosse restringida pelo governo estadual. O município chegou até a realizar um curso de capacitação do pessoal local para o turismo.

Nove benefícios sociais e ambientais que o ecoturismo pode trazer para o município e ao Parque foram apresentados aos pesquisados para comentários (quadro 17). Houve unanimidade dos pesquisados entrevistados e concordância com relação a todos os itens:

1) Geração de emprego e aumento da renda

Os municípios próximos ao Parque serão beneficiados e, em Santa Maria Madalena esta possibilidade diminuiria o êxodo populacional entre os jovens. O turista que viesse ao município acabaria gastando com a compra de artesanato, mas a população local precisa se capacitar.

2) Melhoria do nível de educação

A educação será beneficiada com o crescimento econômico proporcionado pelo ecoturismo. Neste caso a população local busca a qualificação para o mercado e a educação ambiental será mais divulgada.

3) Surgimento de novos empreendimentos para o município

Tenderá a ocorrer, principalmente, no setor hoteleiro.

4) Melhoria da infraestrutura urbana

O ecoturismo acarretará em investimentos urbanos para receber o turista, com maior atenção e valorização da arquitetura local e o uso do solo. O turista que vier ao PED permanecerá mais tempo na cidade.

5) Aumento da organização e participação da população local

A comunidade acabará se estruturando para receber o turista, a exemplo do que aconteceu nas cidades turísticas.

6) Aumento de lazer para a comunidade de Santa Maria Madalena

Se houver um turismo no PED, boa parte da população local poderá também usufruir, porque o município é carente de lazer, principalmente quando se considera que a maioria da população não conhece o Parque. Um aumento da renda da população, proporcionado pelo turismo, permitirá também um aumento das oportunidades de lazer, principalmente para jovens e adolescentes.

7) Valorização do patrimônio histórico

Acontecerá, porque o turismo valorizará as poucas construções com valor histórico existentes em Santa Maria Madalena. Foi comentado que muitos cidadãos não valorizam o patrimônio histórico da cidade porque não conhecem o seu real valor.

8) Projeção do nome do município e aumento do orgulho de ser morador local

As duas coisas tenderão a ocorrer. O município de Santa Maria Madalena, conhecido como a terra da comediantes Dercy Gonçalves, também ficará conhecido pelas suas belezas naturais, que aumentará o orgulho de seus moradores e sua relação com o PED.

9) Melhoria da consciência ambiental

A população local passará a se preocupar mais com a conservação do PED porque verá que suas riquezas naturais poderão gerar renda e mudar a percepção do município.

Quadro 17 - Benefícios sociais e ambientais que o ecoturismo poderá trazer para o município e o PED

Geração de emprego e aumento da renda
Melhoria do nível de educação
Surgimento de novos empreendimentos para o município
Melhoria da infraestrutura urbana
Aumento da organização e participação da comunidade
Aumento de lazer para a comunidade de Santa Maria Madalena
Valorização do patrimônio histórico
Projeção do nome do município e aumento do orgulho de ser morador local
Melhoria da consciência ambiental

O turismo, se mal organizado, poderá também trazer malefícios ou impactos negativos para o município e o PED. Possíveis impactos, que poderão acontecer se houver a expansão desorganizada do turismo, foram apresentados para comentários (tabela 16). Eis os resultados:

1) Especulação imobiliária

A maioria reconhece que ocorrerá e irá gerar poluição se não houver uma infraestrutura adequada para suportar o crescimento do turismo na região.

2) Valorização dos imóveis locais dificultando a sua aquisição pelos moradores locais.

Metade dos pesquisados reconhece que isto acontecerá. Isto já vem acontecendo pela proximidade com o município de Macaé, cujos moradores ao adquirirem imóveis em Santa Maria Madalena inflacionaram o mercado.

3) Depredação do ambiente natural (ex: poluição e destruição da paisagem para a construção de novos empreendimentos)

Um pouco mais da metade dos pesquisados acredita que só haverá depredação da base natural se não houver fiscalização do governo nem uma política de educação ambiental. O

município de Santa Maria Madalena está preocupado com o destino do lixo por não dispor ainda de Plano Diretor nem lei de zoneamento, devido à sua limitada população.

- 4) Aumento da população com a imigração (novos moradores), podendo gerar problemas sociais

O aumento da população gerado pelo turismo muitas vezes provoca problemas sociais como a violência e mendicância. Os pesquisados, no entanto, mencionam que isto não acontecerá. Alguns afirmam que o ecoturismo não causará aumento populacional e outros comentam que se ocorrer não será de forma agressiva.

Tabela 16 – Possíveis impactos negativos decorrentes da expansão desorganizada do turismo no PED e em Santa Maria Madalena

POSSÍVEIS PROBLEMAS	PERCENTUAL DOS QUE CONCORDARAM	PERCENTUAL DOS QUE DISCORDARAM
Especulação imobiliária	56%	44%
Valorização dos imóveis locais dificultando a compra por moradores locais	52%	48%
Depredação do meio ambiente (ex: poluição e destruição da paisagem por novos empreendimentos)	61%	39%
Aumento da população com a imigração (novos moradores) gerando problemas sociais	---	100%

Todos os pesquisados concordaram que o ecoturismo contribuirá para a conservação do PED, sendo que a maioria considera que isto acontecerá de maneira significativa por vários motivos:

- A educação ambiental que resultaria da atividade aumentará a consciência conservacionista dos turistas e moradores de Santa Maria Madalena que visitarem o Parque;
- O processo tende a inibir a presença de caçadores;
- A geração de receita para o município poderá contribuir para a conservação do Parque;
- A criação de infraestrutura dentro do Parque e a manutenção daquela já existente, além da compra de equipamentos, tenderão a ser fortalecidos.

5.2.2.3 – Infraestrutura turística de Santa Maria Madalena

O desenvolvimento do ecoturismo requer que a população do pólo receptor, neste caso o município de Santa Maria Madalena - a principal porta de entrada para o PED - esteja organizada para receber o turista.

A respeito do setor hoteleiro, a maioria menciona que, este, atualmente não tem condições de atender à demanda, se houver crescimento do turismo. Parece haver atualmente um total de 70 leitos. Mas o setor está em fase de estruturação e há previsão de aumentá-lo.

O setor de alimentação é precário segundo a opinião de todos. Há somente três restaurantes na cidade.

Com relação ao comércio de souvenirs este também é precário de acordo com a opinião da maioria dos pesquisados. A fábrica de artesanato mineral de Madalena (ARTEMA), criada em 1986, precisa se articular com os demais segmentos de turismo no município.

5.2.2.4 – O perfil do turista

Existe diferença de perfil entre o turista que frequenta o PED e Santa Maria Madalena, em relação aos que permanecem na cidade e os que vão ao Parque.

Em Santa Maria Madalena, a faixa etária dos que permanecem na cidade é variada e está relacionada ao perfil de eventos festivos. No período de carnaval são os jovens que vem a região. Os idosos vêm no período de festas, para visitar familiares ou atraídos pelo clima e tranquilidade da cidade e mais recentemente conhecer o mausoléu (turismo fúnebre) e o museu Dercy Gonçalves.

No Parque do Desengano a faixa etária predominante do turista é de jovens, seja principalmente de classe média, morador da cidade ou de fora. Estes são excursionistas ou estudiosos da fauna e flora (turismo científico).

Como a área do Parque é extensa, não tem limites demarcados e não há um efetivo controle do número de visitantes (a administração somente sabe quem frequenta o PED se o visitante for pedir autorização na sede), fica difícil até mesmo estimar o número de frequentadores durante o ano.

Não há guias ou monitores de ecoturismo em Santa Maria Madalena. Já houve um curso de formação, mas por falta de demanda regular os formados acabaram procurando outras atividades. Mas há entre 4 a 8 pessoas amadoras, entre elas funcionários do IEF, que

não estão organizadas em grupo e não atuam ativamente, guiando apenas de forma esporádica.

5.3 – Interpretando os princípios da Declaração de Quebec para o ecoturismo no PED

a) Princípio da Conservação Ambiental e Cultural

Com relação aos princípios da Declaração de Quebec para o desenvolvimento do ecoturismo, a pesquisa aposta também em algumas questões para reflexão.

Como o ecoturismo é praticamente inexistente no Parque devido a vários fatores como a falta de infraestrutura em seu interior, a falta de informações sobre seus atrativos turísticos e a ausência de guias e monitores, os poucos ecoturistas do PED praticam o turismo científico e o excursionismo e são, em geral, pessoas conscientes sobre a necessidade de conservar o ambiente e a cultura local. Apesar de o PED ter um Plano de Manejo restritivo em relação à visitação, o que deveria resultar em maior conservação de seu grande número de atrativos naturais, a limitada quantidade de funcionários do órgão gestor em relação ao tamanho da área protegida dificulta a fiscalização dos visitantes que se torna quase que impossível, para o cumprimento das determinações do documento oficial.

No entorno do PED este princípio ainda não está internalizado. Não foi observado o desenvolvimento do ecoturismo que implica em minimização de impactos e cuidados com o ambiente natural. A frequência nas cachoeiras, principalmente no verão, é desorganizada e sem controle. A maioria das pessoas que visita o Centro de Visitantes, localizado no entorno, nunca esteve no interior do Parque.

No entanto, o governo municipal se preocupa com a cultura local que, nos distritos do entorno do PED mantém um estilo de vida rural decorrente das atividades econômicas históricas desenvolvidas na região. Com este objetivo foi criada a Casa da Cultura e a oficina de artesanato mineral, um calendário de festas populares e a valorização da memória de um de seus habitantes mais ilustres, a falecida artista Dercy Gonçalves, com a colocação de uma escultura em sua homenagem em praça pública. Os entrevistados (governo e iniciativa privada) acreditam que o patrimônio cultural será valorizado com o ecoturismo. No entanto, estes são apenas alguns indícios incipientes deste princípio com relação ao ecoturismo local.

b) Princípio da Participação Social

Este princípio ainda não está sendo seguido no Parque, nem em seu entorno. A maioria da população de Santa Maria Madalena nunca esteve no interior do Parque, apesar de

saber da sua existência. Há problemas com relação à percepção de sua real localização e de certos atrativos naturais que os moradores locais pensam estarem no interior do PED, quando na verdade não estão.

A população local através de seus representantes não participou da elaboração do Plano de Manejo do PED, incluída a etapa de zoneamento. O Conselho Gestor que é, em tese, um instrumento de participação em relação ao turismo no Parque está parado há mais de um ano sem previsão oficial de retorno. Se a população não participar de alguma forma do processo de planejamento do ecoturismo, ficará difícil futuramente contar com seu apoio para a execução de projetos deste objetivo.

No passado houve tentativas de inclusão da população no turismo que não prosseguiram, como o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Desengano (PRODESUDE), da ONG Instituto Pró-natura e o “Projeto de Turismo para o entorno do PED e Morumbeca”, elaborado pelos representantes da comunidade do entorno do PED em Santa Maria Madalena.

c) Princípio da Sustentabilidade

No entorno do Parque que não há saneamento básico, os moradores montaram um sistema de coleta de água diretamente da nascente e tratam primariamente o esgoto através de fossas sépticas. A coleta de lixo ocorre somente em metade dos distritos. Os resultados da pesquisa mostraram que é desejado pelos membros do governo e o setor turístico local um turismo organizado no Parque e seu entorno, que gere emprego e renda sem degradar o ambiente. Como o município de Santa Maria Madalena tem baixa arrecadação, o ecoturismo pode contribuir para diminuir a pobreza, a partir da conservação da base de recursos naturais. Há interesse por parte do governo municipal que nos processos decisórios de desenvolvimento econômico que inclui o ecoturismo seja incluído o zelo pelo meio ambiente para a região. Mas esta ainda não é a realidade e o princípio da sustentabilidade ainda não é atendido.

5.4 – Mapas de atrativos turísticos e trilhas do PED: uma contribuição da pesquisa

No sentido de contribuir para o planejamento do ecoturismo no PED e em função da dificuldade de obtenção de informações geoespecializadas, foram construídos, no âmbito da pesquisa, mapas alternativos com relação a algumas potencialidades do PED e seu entorno.

Mapas ilustram o potencial da área para o ecoturismo e tendem a contribuir como base para a criação de um Sistema de Informação Geográfico (SGI) direcionado ao turismo, principalmente o ecoturismo, no Parque e em seu entorno. Para melhor visualização desta dinâmica foram considerados três tipos: atrativos hídricos, atrativos paisagísticos e trilhas.

No mapa de atrativos hídricos são ilustrados e localizados córregos, cachoeiras, rios, poço e represas, sendo que seis atrativos estão no interior do Parque.

No mapa de atrativos paisagísticos constam 29 picos no interior do PED e 5 fora dos seus limites. Não foi possível obter os nomes de vários picos, sendo estes denominados a partir da serra em que se localizam. Segundo informações de montanhistas que percorreram o Parque há vários picos ainda sem nome. Estas elevações precisariam ser batizadas oficialmente para facilitar o ecoturismo. A mesma situação ocorre com alguns atrativos hídricos.

A princípio, todos os picos e corpos hídricos têm potencial para o ecoturismo, mas somente um estudo de viabilidade turística dos atrativos do PED e entorno poderá avaliar aqueles a serem efetivamente aproveitados para o ecoturismo.

Algumas elevações montanhosas e 13 corpos d'água que não foram possíveis identificar, não foram incluídos nos mapas.

No mapa de trilhas, foram demarcadas 10 no interior do Parque, e 4 fora de seus limites. A maior parte delas fica no município de Campos dos Goytacazes e as mais acessíveis, em Santa Maria Madalena, são a da Pedra do Dubois, no entorno e as Pico do Desengano e a Serra do Marial no interior do Parque. As trilhas não estão classificadas pelo grau de dificuldade e também precisam de um estudo viabilidade turística porque possuem diferentes extensões e graus de inclinação.

Importante ressaltar que os mapas de atrativos turísticos e trilhas não são produtos acabados e faltam ainda serem incluídos no interior do PED outros atrativos naturais e algumas trilhas que constam do Plano de Manejo. No entorno deverão ser incluídos os atrativos ainda não identificados e as vias de acesso ao Parque. A atualização do mapa deverá ser constante com a inclusão de novos atrativos naturais, trilhas, vias de acesso e benfeitorias, além de novos mapas com os circuitos culturais de interesse para o turismo.

A seguir são apresentados os três mapas de interesse turístico: atrativos hídricos (figura 19), trilhas (figura 20) e atrativos paisagísticos (figura 21) com seus respectivos quadros de síntese (18, 19 e 20), indicando se os atrativos e trilhas que estão localizados no interior e no entorno do Parque. Em seguida, são ilustradas em fotos algumas trilhas e picos presentes nos mapas (figuras 22 a 30).

Quadro 18 – Atrativos hídricos

INTERIOR DO PED	
01	Captação de água da CEDAE - Serra da Rifa
02	Captação de água da CEDAE - Ribeirão Vermelho
05	Quedas d`água destacando-se a Cachoeira Bonita e o Poço da Cachaça
06	Queda d`água não batizada
09	Poço Parado
12	Cachoeiras do Maracanã e Tombo d`água - Rio Mocotó
ENTORNO DO PED	
14	Córrego Brasil
15	Rio do Colégio – cachoeiras não batizadas
17	Rio do Colégio – Cachoeiras das Três Panelas e Oriente
19	Fazenda Recreio – Cachoeira do Recreio
24	Cascata do Desengano – entorno do PED
25	Represa Tudelândia – entorno do PED

Quadro 19 – Trilhas

INTERIOR DO PED	
1	Castelo Imperial Japonês
4	Serra do Pilar
6	Pico do Itacolomi (menor parte)
8	Pedra Dubois
ENTORNO DO PED	
2	Cume das 5 Pontas (Picos São Mateus e São Lucas)
3	Pico do Mato-Cavalo
5	Morro Encantado
6	Pico do Itacolomi (maior parte)
7	Pico do Desengano
9	Serra do Marial

Quadro 20 – Atrativos paisagísticos

INTERIOR DO PED
Serra da Agulha – Pedra da Agulha do Imbé
Serra da Morumbeca (do Imbé)
Serra da Morumbeca (do Imbé)
Serra da Morumbeca (do Imbé)
Serra Grande
Serra da Malhada Branca – Pico do Campo
Serra da Malhada Branca
Serra da Malhada Branca
Serra da Malhada Branca
Serra do Pilar
Serra do Pilar
Serra do Boê Branco ou das 5 Pontas
Serra das Almas
Serra do Imbé – Próxima do Rio Aleluia
Serra do Imbé
Pedra da Gaivota – Próxima do Córrego do Paiol
Serra da Bela Joana (ponto 19 mais a direita)
Serra do Boê Branco ou das 5 Pontas
Serra do Boê Branco ou das 5 Pontas
Serra do Mata-Cavalo
Entre a Serra do Mata-Cavalo e a Serra da Barra Alegre
Próximo a Fazenda Barro Alto
Serra da Barra Alegre (Fazenda Cobiça)
Serra da Barra Alegre (Fazenda Cobiça)
Serra do Itacolomi
Serra do Marial
Pico da Serra do Desengano
Extremidade da Serra do Desengano
Pedra da Barra
ENTORNO DO PED
Serra do Viana
Pico entre as Serras do Mata Cavalo e Barra Alegre
Pedra Peito de Moça
Serra Santo Aleixo ou Babilônia
Serra Pedra Branca

Serra do Boê Branco ou das 5 Pontas



Morro Encantado



Travessia Poço-parado x Mocotó Castelo Imperial Japonês Pico do Mata-Cavalo



Serra do Itacolomi



Pico São Mateus



Serra da Morumbeca

**Figuras 22 a 30 - Atrativos paisagísticos e trilhas**

Autoria: Cláudia Bessa (2007 e 2008)

6. – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A crescente preocupação mundial com os problemas ambientais e o desejo de fugir do meio urbano, onde vive a maioria das pessoas atualmente, aumentou a procura por experiências de contato com a natureza e o aprendizado de diferentes culturas. A divulgação na mídia dos roteiros turísticos baseados em atrativos naturais, a melhoria do conforto, rapidez e oferta dos meios de transporte e a da infraestrutura turística em várias partes do mundo fizeram com que houvesse o desenvolvimento acelerado do ecoturismo, nos últimos anos.

Nas áreas legalmente protegidas, denominadas no Brasil de Unidades de Conservação (UCs), o ecoturismo, que proporciona lazer e em alguns casos viabiliza o conhecimento da natureza e reflexões acerca do modo de vida do turista, é neste contexto considerado como importante alternativa a que se considerada de forma responsável, associada à educação ambiental e causar baixo impacto tanto no ambiente como na cultura regional, tenderá a acarretar benefícios para o processo de conservação ambiental e para melhoria da qualidade de vida das populações locais. Por sua vez, se mal planejado, seus efeitos serão nocivos gerando degradação ambiental, comprometendo a qualidade do destino.

Os países em desenvolvimento, com grande biodiversidade e riqueza cultural, a exemplo do Brasil, têm, portanto, procurado nas duas últimas décadas, conciliar o crescimento econômico com a proteção ambiental através da inserção dos princípios da sustentabilidade em suas políticas públicas, incluindo entre estas o turismo.

Nessa linha, o Brasil desde o final da década de 80 tem tentado ordenar a atividade turística em áreas naturais e promover o ecoturismo. No âmbito federal, o Ministério do Turismo tem se preocupado progressivamente com o descobrimento do ecoturismo ao promover, em 2006, o Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais que teve como fruto um documento com orientações básicas para o setor e o Programa de Turismo nos Parques.

Porém, o número de visitantes nos parques brasileiros ainda é limitado se comparado a outros países. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, enquanto anualmente cerca de 192 milhões de pessoas visitam os parques nacionais dos Estados Unidos, os parques do País, durante o ano, recebem 3,5 milhões de visitantes, sendo que 90% se concentram, nos parques do Iguaçu e Tijuca. Embora haja várias Unidades de Conservação no país com potencial turístico o número de visitantes esteja aumentando a cada ano, o ecoturismo é centralizado em poucas delas e desordenado na maior parte do território nacional, não gerando os benefícios ambientais e socioeconômicos desejados.

Além disso, muitas UCs que permitem visitas, principalmente os parques, carecem de infraestrutura (pessoal e material) e instrumentos de manejo (Plano Diretor e Conselho Gestor) para a visitação, sendo indisponíveis ao turismo.

A solução para estes problemas tem sido os governos buscarem parcerias com a iniciativa privada e o terceiro setor visando à instalação da infraestrutura ou melhoria da existente, aquisição de equipamentos e qualificação de mão-de-obra para receber os visitantes. A articulação entre as esferas do governo para a realização de programas na área de ecoturismo também tem se mostrado eficiente em alguns casos.

O Parque Estadual do Desengano (PED), situado no centro-norte fluminense representa neste contexto um grande potencial para o ecoturismo, por abrigar a maior extensão contínua de Mata Atlântica da região, grande número de espécies animais e vegetais com raridades e endemismos, belezas cênicas, várias montanhas e cachoeiras. As alternativas ecoturísticas que poderão sobressair são o excursionismo e a observação de aves.

Entretanto, o Parque tem poucos frequentadores e as atividades praticadas em seu interior são as caminhadas em trilha, observação da fauna e flora, banhos de cachoeira e acampamento, sendo este última realizada em condições precárias porque não há área de camping no local.

Também o governo do Estado do Rio de Janeiro ainda não dispõe de um Fundo estadual de apoio ao turismo, a exemplo do Fundo Estadual de Controle Ambiental (FECAN). O Fundo, caso existisse, poderia financiar projetos de ecoturismo em Unidades de Conservação.

As ações pertinentes ao ecoturismo dentro do PED passam pelas definições institucionais do INEA. O antigo órgão gestor, o IEF-RJ, também nunca teve uma postura pró-ativa em tentar motivar e organizar o desenvolvimento do ecoturismo no interior do Parque.

O PED não é divulgado no mercado turístico do Estado do Rio de Janeiro, principalmente entre as operadoras fluminenses de turismo⁴⁷. Um outro sinal de desinteresse do mercado pela UC é a inexistência de empresas que atuem com ecoturismo em sua área ou entorno.

As vias de acesso ao Parque não tem manutenção e sinalização, sendo estes os maiores motivos de reclamação dos frequentadores que usam o próprio carro como meio de transporte. A única estrada utilizada pelos visitantes dentro do Parque, localizada na Morumbeca e que vai até o início da caminhada para o Pico do Desengano, está em condições precárias e é mantida por particulares.

A trilha mais visitada no PED, entre as que constam do Plano de Manejo é a que leva ao Pico de Desengano e em outubro de 2008, o IEF-RJ através de portaria, a fim de estimular a visitação, incluiu mais nove trilhas.

Não há benfeitorias do governo no interior do Parque para receber os visitantes como portaria, guarita, estacionamento, área de camping, pólo ou sub-sede. A construção de uma sub-sede ajudaria no turismo, fiscalização, pesquisa científica e educação ambiental.

Também não há marcos visíveis como placas, mourões ou pilares indicando os limites do Parque. A maioria das pessoas não sabe nas áreas limítrofes ao PED quando está dentro ou fora.

A falta de guias, monitores ou guardiães que conheçam o Parque também é um obstáculo ao turismo e atualmente existe um número reduzido de amadores, que não estão organizados em grupo e guiam esporadicamente. Outro obstáculo observado para a implantação do ecoturismo é o pequeno número de servidores públicos que trabalham no Parque para dar apoio e fiscalizar a atividade.

As barreiras ao desenvolvimento do ecoturismo e a grande extensão da área permitem atualmente que a atividade só seja desenvolvida em pequena escala. Os dois locais mais indicados onde estão os atrativos naturais mais visitados do Parque são o Pico do Desengano (ponto turístico mais conhecido) localizado na Morumbeca (parte do PED voltada para Santa

⁴⁷ No mês de novembro de 2007, na cidade de São Paulo, durante o 28^o Encontro Nacional da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA), que teve a duração de três dias, foi perguntado a 26 profissionais das operadoras de turismo do Estado do Rio de Janeiro presentes ao evento, se conheciam o Parque Estadual do Desengano. Nenhum dos pesquisados tinha conhecimento sobre o PED. Os operadores de turismo foram escolhidos para a pesquisa por representarem uma fonte de dados sobre o ecoturismo no território fluminense.

Maria Madalena) e a Cachoeira Tombo D'água em Campos dos Goytacazes. Também deve ser levado em conta que nestes lugares ocorreu o interesse espontâneo dos residentes locais em iniciar a atividade. Na Morumbeca, os moradores apresentaram um projeto ao IEF para implantar o ecoturismo e na Cachoeira Tombo D'água houve no passado uma tentativa frustrada de um particular em implantar o turismo.

O Parque possui um Centro de Visitantes que não cumpre adequadamente sua função, apesar de apresentar boas instalações com uma biblioteca, sala de reunião e anfiteatros. Está localizado longe do PED e perto do centro de Santa Maria Madalena quando o comum na maioria dos parques é estar dentro de seus limites e perto da entrada para estimular a visitação. Não tem atendentes próprios e fica fechado nos finais de semana quando   maior a procura dos turistas por informa es.

Apesar de existir um laboratório de geoprocessamento no IEF, o ex-órgão gestor nunca criou um Sistema de Informa o Geográfico (SIG) direcionado ao turismo no Parque, que indicasse as vias de acesso, trilhas e atrativos naturais. Os mapas de atrativos turísticos e de trilhas do PED, com a marca o de cursos d'água, cachoeiras, trilhas e picos, confeccionados nesta pesquisa são o primeiro passo para estabelecer um SIG que será uma ferramenta útil na implanta o do turismo no Parque e municípios do entorno. O sistema precisará ser sempre alimentado com novos dados.

O PED   privilegiado em compara o com a maioria das UCs estaduais por contar com Plano de Manejo e Conselho Gestor que auxiliam na organiza o do ecoturismo, que são exigências da Lei do SNUC.

Entretanto, o Plano de Manejo   desconhecido da maioria da popula o, sendo restritivo em rela o   visita o e ao ecoturismo no Parque por dar a UC características de uma Reserva Biológica, ao transformar a maior parte de sua área em Zona de Prote o Integral, permitindo o uso de poucas trilhas. Por outro lado, não foram postas em prática recomenda es de seus Planos Setoriais de Manejo (visita o, recupera o e restaura o, administra o e gerência, fiscaliza o e educa o) que ajudariam a implantar o ecoturismo no Parque como a dinamiza o do Centro de Visitantes, elabora o de um curso de forma o de "guias" para acompanhar os visitantes e a organiza o deles em cooperativa.

Há carência de instrumentos participativos de apoio e organiza o do turismo no PED e no entorno dentro do município de Santa Maria Madalena, porque o Conselho Gestor do Parque que tem como objetivo a atua o da sociedade no controle das a es realizadas na UC,   desconhecido da maioria da popula o, e o Conselho Municipal de Turismo com objetivo semelhante no setor turístico estão parados há mais de um ano.

A questão fundiária é considerada um conflito ambiental e em relação ao ecoturismo apresenta controvérsias, havendo uma parte dos entrevistados e o Plano de Manejo que dizem que ela inviabiliza qualquer projeto no Parque e outra parte dos entrevistados que alega que os proprietários de terras dentro do PED não impedirão o ecoturismo e poderão lucrar com a atividade, bastando que o Estado faça um acordo com eles e os capacite para receber o ecoturista.

Outro conflito ambiental existente e que ameaça o ecoturismo é a caça, descrita por Vallejo (2005) que prejudica o ecoturismo com a diminuição das espécies que podem ser observadas na natureza. O ecoturismo poderá contribuir para a diminuição da caça nos locais com trilhas se houver a passagem regular de visitantes e a transformação de caçadores locais em monitores da atividade fazendo com que eles passem a defender no futuro o que destroem hoje em dia.

O perfil do turista que frequenta o PED e utiliza Santa Maria Madalena como ponto apoio é diferente daquele que visita apenas a cidade. Em Santa Maria Madalena a faixa etária e nível sócio-econômico dos turistas é variada, havendo um grande fluxo de visitantes nos feriados e datas festivas. No Parque do Desengano, a faixa etária predominante de turista é a jovem, seja morador da cidade ou de fora, com predomínio da classe média. São excursionistas ou estudiosos da fauna e flora (turismo científico).

Os turistas procuram o Parque motivados pelas suas belezas naturais e biodiversidade. O obstáculo que enfrentam é a falta de infraestrutura dentro dele e a precariedade da existente em seu entorno.

Os frequentadores do PED que foram entrevistados não são assíduos porque a maioria das visitas é anual, principalmente no verão (dezembro a março) e no inverno (junho a setembro), coincidindo com a época da alta temporada no turismo, devido às férias escolares.

Grande parte das pessoas que visitam Santa Maria Madalena tem interesse em conhecer o PED e os atrativos do seu entorno mostrando que há mercado para a atividade turística.

Como a área do Parque é grande, não tem limites demarcadores e não há controle do número de visitantes (a administração somente sabe quem frequenta o PED se o visitante for pedir autorização na sede), fica difícil até estimar o número de frequentadores durante o ano.

O município de Santa Maria Madalena, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio (IPEA, 2000), população com cerca de 10.000 habitantes e a menor densidade demográfica do Estado com 12,83 hab./km² (IBGE, 2000), é o que mais se identifica com o PED por abrigar nele sua sede administrativa e o Centro de Visitantes.

Conhecida como a terra natal da falecida comediante Dercy Gonçalves possui atrativos turísticos culturais e naturais além de ter parte da área do Parque em seu território.

Ciente do seu potencial turístico o município tem uma Secretaria de Turismo. O governo municipal e a população têm a esperança que o turismo, consistente e bem estruturado, crie oportunidades de renda e emprego, diminuindo a emigração, visto ter havido um decréscimo populacional nas últimas décadas.

O Parque do Desengano com seus atrativos naturais é considerado importante pelos entrevistados para o crescimento do turismo em Santa Maria Madalena. Acreditam que o ecoturismo ao ser incrementado provavelmente causará um impacto positivo na população em termos sociais e econômicos.

Atualmente, há uma falta de integração entre o Parque e grande parte da população. Os moradores sabem da existência do PED, mas a maioria nunca esteve dentro de seus limites. A ausência de marcos indicadores dos limites torna comum a confusão do entorno com o interior da área. Também é comum pensarem que o Horto Municipal é área do Parque, mesmo estando longe dele, porque nele ficam a administração e o Centro de Visitantes.

Nos arredores do Parque, dentro dos limites do município, os pontos turísticos mais visitados são a Cachoeira do Escorrega, a Represa Tudelândia e o Mirante da Torre de Televisão.

Caso o ecoturismo seja bem organizado, os vários benefícios sociais que o município poderá ter além da geração de emprego e aumento da renda citados anteriormente são: melhoria do nível de educação, surgimento de novos empreendimentos para o município, melhoria da infraestrutura urbana, aumento da organização e participação da comunidade, aumento de lazer para a comunidade de Santa Maria Madalena, valorização do patrimônio histórico, projeção do nome do município, aumento do orgulho de ser morador local e a melhoria da consciência ambiental.

Ao contrário, se o turismo for mal estruturado e pouco fiscalizado poderá trazer o malefício da depredação do meio ambiente pelo aumento da poluição e a especulação imobiliária.

A atividade de ecoturismo necessita de que a população do pólo receptor, neste caso o município de Santa Maria Madalena que é a principal porta de entrada para o PED, esteja organizada para receber o ecoturista. O setor hoteleiro está em crescimento e atualmente conta com cerca de 70 leitos, não tendo condições de atender futuramente um grande aumento da procura. Os setores de alimentação e comércio de souvenirs são precários, havendo três restaurantes na cidade e uma loja de venda de lembranças. Provavelmente, havendo o

crescimento do turismo no município os setores acabarão se expandindo para atender a demanda.

O grande número de montanhas no PED e as diversas propriedades rurais em seu entorno têm potencial respectivamente para o turismo de aventura com a escalada e o turismo rural com as visitas para conhecer a produção agropecuária. Estes dois segmentos do turismo se forem realizados em conjunto com o ecoturismo no PED aumentarão o fluxo turístico na região, atraído por mais opções de lazer.

A sujeição da UC à lei do SNUC submete qualquer atividade em seu interior a autorização do órgão gestor impedindo que o turismo seja um fenômeno espontâneo. Os governos estadual e municipal, atualmente, não estão fazendo nada de concreto para incrementar o ecoturismo no Parque. Falta a adoção de uma política pública para a atividade com projetos, ações, recursos financeiros e incentivos.

A metodologia adotada nesta pesquisa, combinada com o referencial teórico, parece ter sido eficaz em responder as questões formuladas nos objetivos do trabalho e em testar a hipótese apresentada, podendo ser aplicada em outros parques com adaptações a realidade estudada.

Os princípios da Conservação Ambiental e Cultural, Participação Social e Sustentabilidade, escolhidos para avaliar os resultados em relação ao Parque, mostraram que quando adotados, são em pequena escala.

É satisfatório comprovar que há interesse por parte da população de Santa Maria Madalena que o ecoturismo se desenvolva no Parque, em conformidade com a conservação ambiental de sua área e a do entorno, que haja a valorização da cultura local, que a população do entorno participe do planejamento e execução da atividade e que ocorra um desenvolvimento econômico sustentável, ou seja, melhorando a qualidade de vida e preservando a UC. Pelos motivos apresentados anteriormente, o município apresenta os requisitos necessários para iniciar o processo de implantação do ecoturismo no PED.

As recomendações apresentadas nesta pesquisa são:

- Com base nos resultados alcançados, ampliar a pesquisa sobre o ecoturismo no Parque do Desengano. Entrevistar moradores e pessoas relacionadas ao setor turístico nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Fidélis e um número maior de moradores em Santa Maria Madalena;
- Divulgar as belezas naturais do PED no mercado turístico do Estado do Rio de Janeiro objetivando atrair ecoturistas e empresas interessadas em explorar a atividade. Porém, a divulgação deve ser feita após ter sido criada uma infraestrutura no Parque para receber o

visitante e evitar a degradação. Tal infraestrutura deverá ser construída em pontos com potencial para atrair visitantes e poderiam ser criados pólos ou sub-sedes para a recepção ao turista, fiscalização e educação ambiental;

- Realizar ações importantes para estruturar o ecoturismo no PED como: manejar as trilhas oficiais com a limpeza, recuperação de trechos impactados, sinalização, estudos de capacidade de carga e viabilidade turística; executar obras de melhoria e colocação de sinalização nas vias de acesso ao Parque; instalar marcos de sinalização para indicar os limites da UC; estudar a viabilidade turística dos atrativos naturais do Parque e arredores para saber quais poderão ser aproveitados para o ecoturismo; oferecer cursos de formação de monitores de turismo e estimular que se organizem em cooperativa; melhorar o atendimento do Centro de Visitantes com a contratação de atendentes e permitir seu funcionamento nos finais de semana e datas festivas quando é maior o fluxo de turistas na cidade; aproximar do Parque e do ecoturismo a população de Santa Maria Madalena através de palestras sobre educação ambiental e turismo responsável

- Investir em treinamento para melhorar a qualidade do setor de alimentação e hoteleiro de Santa Maria Madalena;

- Rever o Plano de Manejo com a participação de representantes das comunidades do entorno e torná-lo menos restritivo ao turismo com a inclusão de novas trilhas. Há várias recomendações importantes no Plano Setorial de Manejo para a Visitação que devem ser postas em prática;

- As prefeituras dos municípios abrangidos pelo PED em conjunto com o governo estadual devem planejar e executar o desenvolvimento turístico para o Parque e sua zona de amortecimento, baseado em premissas de responsabilidade e baixo impacto. Esta linha de planejamento será fundamental para atingir os benefícios ambientais, econômicos e sociais desejados de forma sustentável e evitar problemas da mesma ordem;

- Reativar o Conselho Municipal de Turismo no qual participam representantes do governo e setor turístico que podem contribuir com idéias e projetos para o planejamento do ecoturismo no município e no PED.

Finalizamos constatando que o Parque Estadual do Desengano tem um grande potencial para o ecoturismo devido aos seus cenários e biodiversidade que poderão atrair excursionistas e observadores da fauna e flora. As limitações políticas e de infraestrutura para a implantação do ecoturismo poderão ser vencidas se houver a participação de todos os atores envolvidos na atividade em um planejamento constante, duradouro e com etapas progressivas, voltado para a conservação da qualidade do ambiente, a satisfação do turista com as condições

do serviço e as experiências vivenciadas, o bom desempenho econômico e o alcance pela população dos benefícios socioeconômicos e ambientais.

7. - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSERALD, H. (organizador) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

ANDRADE J. W. *Manejo de trilhas*. Disponível em: < <http://www.femesp.org.br>> Acesso em: 22/08/2008.

BARBIERI J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente; as estratégias de mudanças da Agenda 21*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 159 p.

BARBOSA G. MMA anuncia medidas para melhorar situação das unidades de conservação. *Portal EcoDebate*, em 9 em julho de 2008. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br>> Acesso em: 15 de setembro de 2008.

BARROS M. L. B. e COUTO R. G. *Atlas de Conservação da Natureza Brasileira: Unidades Federais*. São Paulo: Ed. METALIVROS, 2004. 335 p.

BARTHOLO R., DELAMARO M.; BADIN L. (organizadores) *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 352 p.

BASSO. K. G. F. *Política públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil*. II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. Itatiaia: anais do II EcoUC, 2007. 15 p.

BASTOS A. Reportagem *Ibama lança atlas sobre as 243 Unidades de Conservação Federais*. Fonte: Agência Brasil. Publicada em 10/05/2005 no site <www.brasiloste.com.br> Acessado em 10/11/2008.

BENI M. C. *Análise estrutural do turismo*. 11° ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 539 p.

BIDEGAIN P. *Parque Estadual do Desengano: diagnósticos, problemas e soluções*. Rio de Janeiro: Defensores da Terra, 1993. 46 p.

BLAMEY R.K. *Principles of ecotourism*. In: WEAVER D. B. *The encyclopedia of ecotourism*. New York: CABI Publishing, 2001. 665 p.

BRASIL. MINISTÉRIOS DO MEIO AMBIENTE E DO TURISMO. *Programa de Turismo nos Parques*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, ICMBio, Ministério do Turismo e EMBRATUR, 2008. 40 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <www.braziltour.com> Acesso em 12 de janeiro de 2009.

Ecoturismo: orientações básicas./ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 60 p.

BURSZTYN L. B.; CAMPOS A. e OLIVEIRA J. H. *Apresentação* In: BARTHOLO R., DELAMARO M.; BADIN L. (organizadores) *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 352 p.

CINTRA H. B. *Indicadores de sustentabilidade para o turismo e o turismo rural: uma proposta para Aldeia Velha, município de Silva Jardim-RJ, e região do entorno*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004. 127 p.

CORDEIRO P.H.C. *Análise dos padrões de distribuição geográfica das aves endêmicas da Mata Atlântica e a importância do Corredor da Serra do Mar e do Corredor Central para conservação da biodiversidade brasileira*. In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., In: Prado P.I., Landau E.C., Moura R.T., Pinto L.P.S., Fonseca G.A.B., Alger K.N. (orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB / CI / CABS / UFMG / UNICAMP, 2003.

COZZOLINO L.F.F. *Unidades de Conservação e os Processos de Governança Local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)*. Dissertação de Mestrado. Programa EICOS. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005. 156 p.

DEAN W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DECRETO FEDERAL Nº 6.640 de 7 de novembro de 2008. Protege as cavidades naturais em território nacional.

DIAS R. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

ÉPOCA . O guia do turista verde. *Revista Época*. Rio de Janeiro: Editora Globo, nº 545, p. 84- 103, outubro de 2008.

FBCN. *Projeto de Consolidação do Parque Estadual do Desengano: Relatório Final*, P4 Plano Diretor. SEMADUR/IEF/FBCN. Rio de Janeiro: Patrocínio El Paso, 2003_a. 210 p. 1 CD-ROM.

Cadastro das propriedades no Parque Estadual do Desengano: Relatório Final FBCN/Oficina do Mapa. Rio de Janeiro: Patrocínio El Paso, 2003_b. 93 p. 1 CD-ROM.

FERNANDEZ, F. A tal da sustentabilidade. *O ECO*, em 14 de novembro de 2008. Disponível em: <www.jornaloeco.com.br>. Acesso em: 20 de dezembro de 2008.

FRATUCCI A. C. *A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970*. In: BARTHOLO R., DELAMARO M.; BADIN L. (organizadores) *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 352 p.

FÜHRER M.C.A.; FÜHRER M.R.E. *Resumo de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2004. 175 p.

FUNDAÇÃO CIDE. Disponível em: <<http://www.cide.rj.gov.br>> Acesso em: 16 de setembro de 2008.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA Disponível em <www.sosmatatlantica.org.br > Acesso em: 12/01/2009.

GLOBO RURAL Olha o passarinho! *Revista Globo Rural*. São Paulo: Ed. GLOBO, n° 262, p. 57- 65, agosto de 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. IEF-RJ. *I Encontro de ecoturismo do Estado do Rio de Janeiro – Síntese informativa das Unidades de Conservação administradas pelo IEF/RJ*. Rio de Janeiro: IEF-RJ, 1994. 15 p.

GOVERNO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/smac>>. Acesso em: 5 de setembro de 2008.

HAWKINS D. E. e LINDBERG K. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 1995. 292 p.

IEF-RJ. *Retorno do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizados no Parque Estadual do Desengano*. Programa de Fortalecimento de Conselhos do IEF 2008/2009. Rio de Janeiro: IEF-RJ, 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA). Disponível em: <www.inea.rj.gov.br> Acesso em 15 de março de 2009.

IBAMA *Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. Brasília: Edições IBAMA, 2002. 135 p.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2008.

ICMBIO. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br>>. Acesso em: 26 de novembro de 2008.

INSTITUTO PRÓ-NATURA. *Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Desengano – PRODESUDE*. Balanço 2003 – 2004 Rio de Janeiro: Pró-Natura, 2005 9 p.

-----, *Programa de Desenvolvimento Sustentável da Região do Desengano – PRODESUDE*. Balanço 1989-2003 Rio de Janeiro: Pró-Natura, 2004. 16 p.

IRVING M.A; RODRIGUES C.G.O. e FILHO N.C.N. *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária - um estudo de caso*. In: Irving M. A. e Azevedo J. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. 219 p.

IRVING M.A e RODRIGUES C.G.O. Relatório do *Inventário de Expectativas e Percepção Turística e Ambiental do Município de Santa Maria Madalena*. Rio de Janeiro: Pró-Natura, 1998. 83 p.

JUNIOR O. D. S. *O desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação: caracterização do uso público no Parque Estadual do Ilha do Mel – PR*. Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú: 2006. 173 p.

LAMEGO, B.M.L. *Crise da Agricultura e Devastação Ambiental em Santa Maria Madalena* Monografia UFF: CEG-ICHF. Niterói: 2002. 41 p.

LECHNER L. *Planejamento, Implantação e Manejo de Trilhas em Unidades de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006. 125 p.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da FURB, 2000. 381 p.

LEI FEDERAL Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

LEI FEDERAL Nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

LEI FEDERAL Nº 7.797 de 10 de julho de 1989 que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

MARTINELLI G. et ali. *Pedra do Desengano*. In: Campos de altitude. Ed. Index. Rio de Janeiro, 1989. 152 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61 p.

_____. *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas. 2008. 72 p.

_____. *Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB*. Série Biodiversidade 2, 2ª edição. Brasília: 2007.

MIRANDA H. A. C. *Ecoturismo – Sistema de Gestão e Planejamento em Roraima. Abordagem centrada no Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú: 2004 124 p.

MOURÃO R. M. F. *Pólo Ecoturístico do Parque Estadual do Desengano – Relatório de Viagem e Inspeção*. Santa Maria Madalena: Prefeitura de Santa Maria Madalena/Pró-Natura, 2001 14 p.

O GLOBO Brasil é 13º em turismo. *Jornal O GLOBO*. Rio de Janeiro: 14 de março de 2009.

PACHECO A. L. e IRVING M. A. *A sustentabilidade como tendência no discurso turístico do Estado do Rio de Janeiro*. In: BARTHOLO R., DELAMARO M.; BADIN L. (organizadores) *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 352 p.

PACHECO, J. F *et al.* Novos registros para o estado do Rio de Janeiro: região norte. *Atualidades Ornitológicas*, n° 72, 1996. p. 10-12.

PAIVA S. M. C. *Os programas governamentais para o desenvolvimento do turismo, incluindo o turismo ecológico*. Relatório técnico de consultoria legislativa. Senado, 2001. <senado.gov.br > Acessado em 12/11/2008.

PALMAR A. (editor) Em lançamento de programa, ministro pede que pessoas usufruam dos parques nacionais. *Portal das cataratas*, em 15 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.h2foz.com.br>> Acesso em: 17 de outubro de 2008.

PIMENTEL, D. S. e SANTOS, M. C. F. *Aspectos da inter-relação da cidade de Santa Maria Madalena com o Parque Estadual do Desengano no Rio de Janeiro*. Anais do II Congresso de Unidades de Conservação. Campo Grande: 2000. p.162-167.

PINTO J. B.; ANDRADE J. L. R.; SILVA C. E. *Possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, Aracaju, SE*. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo: v. 1, n 1, 2008.

PINTO L.P.S., FONSECA G.A.B., ALGER K.N. (orgs.) *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM, Ilhéus, IESB / CI / CABS / UFMG / UNICAMP, 2003.

PREFEITURA DE SÃO FIDÉLIS <<http://ecooka.vipflog.com.br>>.

RIFAN A. M. *Preservação do Meio Ambiente e Modo de Vida das Populações do Parque Estadual do Desengano e Arredores*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: 2002. 132 p.

ROCHA M. M. F. *Turismo, desenvolvimento local e sustentabilidade: um estudo de caso no município de Itatiaia – RJ*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2005. 174 p.

ROCKSTAESCHEL B. M. M. M. *Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 134 p.

RODRIGUES C. G. O. e IRVING M. A. *Relatório do Inventário de Expectativas e Percepção Turística e Ambiental do Município de Santa Maria Madalena*. Rio de Janeiro: Instituto Pró-Natura, 1997/1998. p.83

SALVATI S. S. (org.) *Turismo Responsável – Manual para Políticas Públicas*. Brasília: WWF Brasil, 2004. 220 p.

SANTA MARIA MADALENA. *Projeto de Turismo para o entorno do PED e Morumbeca*. Santa Maria Madalena: 2007. 10 p.

SANTOS, N. R. Z. *Avaliação da função sócio-ambiental da Floresta Nacional de Canela (RS) como subsídio ao ecoturismo e educação ambiental*. Tese de Doutorado Programa de Pós- Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2005. 330 p.

SEABRA L. S. *Determinação da capacidade de carga turística para trilha principal de acesso à Cachoeira de Deus – Parque Municipal Turístico-Ecológico de Penedo, Itatiaia-RJ*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense Niterói: 1999. 177 p.

SEBRAE-RJ. *Informações Sócio-econômicas do Município de Santa Maria Madalena*. Rio de Janeiro: SEBRAE –RJ, 2008. 20 p. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 20 de novembro de 2008.

SOARES M. *Tipos de caminhadas em trilha*. Disponível em: <<http://www.trilha-serumos.com.br>> Acesso em 20/08/2008.

SOUZA D. *Todas as Aves do Brasil: Guia de Campo para Identificação*. Feira de Santana: Dall, 2004.

TURISRIO. Disponível em: <<http://www.turisrio.tj.gov.br>> Acesso em 20 de setembro de 2008.

UFRRJ / PRÓ-NATURA. *Diagnóstico Geo-Ambiental e Socioeconômico da Área de Influência do Parque Estadual do Desengano*. Itaguaí: UFRRJ, 1994, 74 p.

VALLEJO L. R. *Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2005. 288 p.

_____. *Conflitos territoriais em parques estaduais no Rio de Janeiro: uma avaliação à luz das políticas de governo*. Revista Geo-paisagem (on line), ano 4, n° 7, 2005. <http://www.feth.ggf.br/Latindex.htm>

VASCONCELLOS J. M. O. *Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006. 86 p.

VERGARA, S.C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 9^a Ed. São Paulo: Atlas, 2007. 90 p.

WEAVER D. B. *The encyclopedia of ecotourism*. New York: CABI Publishing, 2001. 665 p.

WESTERN D. *Definindo ecoturismo*. In: *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 1995. 292 p.

ANEXOS

Anexo 1 - Recomendações da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, Quebec, 19 a 22 de maio de 2002.

Os participantes da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, realizada em Quebec, no Canadá, de 19 a 22 de maio de 2002, propõem as seguintes recomendações:

A. Aos governos

1. formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local que sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável. É importante que isto seja conduzido por meio de um amplo processo de consulta àqueles que se envolverão ou que serão afetados pelas atividades de ecoturismo. Se possível, deve-se ampliar os princípios do ecoturismo às demais atividades do setor de turismo;
2. em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e todas as partes interessadas, garantir a proteção da natureza, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional e dos recursos genéticos;
3. garantir o envolvimento e a participação apropriada de cada instituição pública em nível local, regional e nacional, incluindo o estabelecimento de grupos de trabalho inter-ministeriais, quando necessário. Além disso, são necessários orçamentos adequados e legislações apropriadas que permitam a implementação dos objetivos e metas estabelecidos pelas partes interessadas;
4. incluir, em níveis nacional, local e regional, em seu plano de ação mecanismos regulatórios e de monitoramento, além de indicadores de sustentabilidade aceitos pelas partes interessadas e estudos de impacto ambiental para prevenir ou minimizar a ocorrência de impactos negativos nas comunidades ou no meio ambiente. Os resultados dos monitoramentos devem estar à disposição do público, já que estas informações permitirão que os turistas escolham operadores que adotam princípios do ecoturismo;
5. desenvolver a capacidade de implementação de mecanismos de gestão do crescimento, como zoneamento, e de uso participatório do solo tanto em áreas protegidas como em seus entornos e em outras zonas de desenvolvimento do ecoturismo;
6. utilizar manuais de utilidade e eficiência consagradas para servir de base para processos de certificação, adoção de selos verdes e outras iniciativas voluntárias promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo. É necessário encorajar os operadores a se unir a tais iniciativas e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Os sistemas de certificação da atividade, no entanto, devem sempre seguir critérios regionais, promover capacitações e fornecer apoio financeiro de forma a se tornar acessíveis também aos pequenos e médios operadores. Uma série de critérios e métodos é necessária para que estes esquemas atinjam seu objetivo;
7. garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável. De forma similar, esta infra-estrutura deve ser fornecida em áreas com potencial ecoturístico para estimular o surgimento de novos empreendimentos;
8. definir políticas apropriadas, planos de manejo e programas interpretativos para visitantes. Estabelecer mecanismos de identificação de fundos adequados para a gestão de áreas protegidas com acelerado crescimento de visitantes e proteção de ecossistemas vulneráveis. Estes planos devem incluir normas claras, estratégias de manejo direto e indireto e regras para uso de recursos de forma a garantir o monitoramento dos impactos sociais e ambientais para todos os empreendimentos de ecoturismo na área;

9. incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitária, na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como internacional;
10. desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;
11. criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis.
- 12.garantir que alguns princípios ambientais e sanitários básicos sejam definidos e adotados para todos os empreendimentos de ecoturismo, mesmo para aqueles conduzidos em parques nacionais e áreas rurais. Isto deve incluir aspectos como a escolha de locais, planejamento, tratamento de lixo, proteção de córregos e riachos, entre outras coisas. Deve-se garantir ainda que as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo sejam conduzidas sob uma forma que preveja investimentos em infra-estrutura sustentável e em capacitação das comunidades para que elas monitorem estes aspectos;
- 13.investir ou dar apoio a instituições que investem em programas de pesquisa em ecoturismo e turismo sustentável. Instituir estudos e pesquisas que levantem dados sobre fauna e flora, com atenção especial para espécies ameaçadas, como parte de um programa de levantamento de impactos para as atividades de ecoturismo;
- 14.apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade;
- 15.considerar como uma opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;
- 16.promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e indígenas e da sua relação com o ecoturismo.
- 17.promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviço e ONGs nos destinos para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento.

B. Ao Setor Privado

- 18.planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades locais;
- 19.ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;
- 20.adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;

- 21.cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade assegurando que suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulações para estas regiões. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;
- 22.garantir a utilização de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;
- 23.garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade necessário a ser oferecido ao consumidor;
- 24.trabalhar ativamente com lideranças indígenas para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas indígenas, de seus costumes e história;
- 25.promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Além disso, contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;
- 26.diversificar suas ofertas desenvolvendo um leque de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja super-explorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;
- 27.criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de fundos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas;
- 28.Em relação aos pontos acima, formular e implementar políticas específicas para cada setor/serviço ligado à operação do ecoturismo.

C. Às organizações não-governamentais, associações de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa

- 29.fornecer apoio técnico, financeiro, educacional, capacitação e demais suportes aos destinos de ecoturismo, às suas organizações comunitárias, pequenos negócios e autoridades locais de forma a garantir a aplicação de políticas apropriadas, o desenvolvimento de planos de gestão e os mecanismos de monitoramento compatíveis com a sustentabilidade;
- 30.monitorar e conduzir estudos do impacto das atividades de ecoturismo nos ecossistemas, na biodiversidade e nas culturas indígenas locais;
- 31.cooperar com as organizações públicas e privadas garantindo que os dados e informações gerados com os estudos sejam utilizados na tomada de decisões durante o processo de desenvolvimento e gestão do ecoturismo;
- 32.cooperar com as instituições de pesquisa de forma a se encontrar as soluções mais práticas e adequadas para as questões relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo;

D. Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento

33. planejar e acompanhar a implementação de políticas nacionais e locais de desenvolvimento do ecoturismo e a avaliação de sua relação com a conservação, desenvolvimento sócio-econômico, direitos humanos, redução da pobreza e outras questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, além de intensificar a transferência destes conhecimentos para outros países. Uma atenção especial deve ser dada aos países em desenvolvimento e às ilhas e países montanhosos, já que 2002 foi estabelecido como o “Ano das Montanhas” pelas Nações Unidas;
34. promover capacitações em organizações locais, regionais e nacionais para a formulação e aplicação de políticas e planos de ecoturismo baseados em padrões internacionais consagrados;
35. desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;
36. incorporar o diálogo entre as diversas partes interessadas nas políticas, manuais e projetos em níveis global, regional e nacional para a troca de experiências entre os países e setores envolvidos no ecoturismo;
37. fortalecer seus esforços em identificar os fatores que determinam o sucesso e fracasso das atividades de ecoturismo ao redor do mundo de forma a transferir estas experiências e melhores práticas para outras nações por meio de publicações, missões de campo, seminários e projetos de assistência técnica. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e a Organização Mundial do Turismo (WTO) devem continuar este diálogo promovendo, por exemplo, avaliações periódicas do ecoturismo em encontros internacionais e regionais;
38. adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo;
39. desenvolver a capacidade dos recursos humanos internos para lidar com o turismo sustentável e com o ecoturismo como uma atividade de desenvolvimento em si só e garantir que o conhecimento interno, a pesquisa e a documentação permitam que o ecoturismo seja visto como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável.

E. Às comunidades e organizações locais

40. Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo;
41. Fortalecer, estimular e **encorajar a habilidade** da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

Anexo 2 - Total dos recursos previstos para investimento nos Parques Nacionais e seus entornos de acordo com a origem dos recursos

Total	Doação iniciativa privada	Ministério da Cultura (Lei Ruanet)	Compensação Ambiental	Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Turismo	ORIGEM DOS RECURSOS	PARQUES NACIONAIS
4.100.000,00	—	—	500.000,	600.000,00	3.000.000,	Valor (R\$)	Aparados da Serra
5.035.000,00	—	660.000,	1.400.000	975.000,00	2.000.000	Valor (R\$)	Serra dos Órgãos
5.089.000,00	1.800.000,00	—	3.289.000	—	—	Valor (R\$)	Lençóis Maranhenses
3.535.000,00	—	—	—	1.535.000,	2.000.000,	Valor (R\$)	Jaú
4.285.000,00	—	—	1.800.000	485.000,	2.000.000,	Valor (R\$)	Chapada dos Veadeiros
6.135.000,00	—	—	4.750.000	385.000,	1.000.000,	Valor (R\$)	Serra da Capivara

Fonte: Adaptado do Programa de Turismo nos Parques. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, ICMBIO e EMBRATUR (2008).

Anexo 3 – Decreto de criação do Parque Estadual do Desengano

Parque Estadual do Desengano

DECRETO-LEI ESTADUAL Nº 250 – DE 13 DE ABRIL DE 1970

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, usando da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, combinado com o artigo 1º do Ato Complementar nº 47, de 7 de fevereiro de 1969, e tendo em vista a Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965,

D E C R E T A :

Art. 1º – Fica criado o Parque Estadual do Desengano, abrangendo glebas dos Municípios de Santa Maria Madalena, São Fidélis e Campos, compreendidas na área prioritária para a criação de Reservas Florestais Estaduais de que trata o § 3º, do artigo 2º do Decreto-lei nº 131, de 24 de outubro de 1969, e com, aproximadamente 25.000 hectares.

Art. 2º – A Secretaria de Agricultura e Abastecimento submeterá à apreciação do Chefe do Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, projeto de decreto demarcando o Parque de que Trata o artigo 1º deste Decreto-lei, bem como dispendo sobre a estrutura do órgão, suas atividades e sua organização funcional.

Art. 3º – Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, em Niterói, 13 de abril de 1970.

(AA) GEREMIAS DE MATTOS FONTES, Sandro Pereira Rebel, Edmundo Campelo Costa, Eduardo Barbosa Cordeiro, Rinaldi da Silva Venâncio, Ednilo Gomes de Soares, Agenor Teixeira de Magalhães, Nilo Peçanha Araújo de Siqueira, Carlos Manoel Castanheira Damásio, Francisco Pereira Sanches, resp. p/ exp. da Sec. de Saúde e Assistência, Siculo Rodrigues Perlingeiro, Mário Revalles Castanho, Raphael Luiz de Siqueira Jaccoud.

Anexo 4 - Relação das espécies botânicas identificadas na região do Parque Estadual do Desengano

NOME VULGAR	FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO
Acá	Sapotaceae	Pouteria sp
Angico	Leg-mimosoideae	Anadenanthera macrocarpa Brenan
Angico-branco	Leg-caesalpinoideae	Cássia sp
Angico-cabelo-de-negro	-	-
Angico-jacaré	Leg-mimosoideae	Monoschisma sp
Araçá	Myrtaceae	Eugenia sp
Araticum-Articum	Annonaceae	Rollinia sp
Aricurana	Euphorbiaceae	Cróton urucurana Baill
Assa-peixe	Flacourtiaceae	Casearia sp
Bacubixá	Meliaceae	Cabrlea pallescens C. DC.
Cabiúna	Leg-caesalpinoideae/ Leg- mimosoideae	Caesapinia sp/ Piptadenia sp
Caingá	Meliaceae	Trichilia silvatica C. DC.
Canela	Lauraceae	Ocotea sp
Canela-amarela	Lauraceae	Nectandra puberula Nees
Canela-branca	Lauraceae	Nectandra rigida Nees
Canela-cedro	Meliaceae	Trichilia glaviovil C. DC.
Canela- cheirosa	Lauraceae	Nectandra sp
Canela-leiteira	Apocynaceae	-
Canela-murici	Vochysiaceae	Vochysia bifalcata Warm
Canela-preta	Lauraceae	Ocotea indecora Schott
Capixingüi	Malpighiaceae	Byrsonima sericea DC
Carvalho	Sterculiaceae	-
Folha-de-bolo	Euphorbiaceae	Alchornea iricurana Casar
Garapa	Leg-caesalpinoideae	Apuleia leiocarpa (Vorg.) Macbr
Guarataia	Bignoniaceae	Tabebuia sp
Goiabeira	Myrtaceae	Eugenia prasina Berg
Guapeba	Sapotaceae	Pouteria laurifolia (Gomes) Radlk.
Guapeba-amarela	Euphorbiaceae	Mabea fistulifera Mart
Guapeba-branca	Sapotaceae	Crysophyllum
Guapeba-osso	Malpighiaceae	Bunchosia sp
Guapeba-sapucaia	Sapotaceae	Poteria sp
Guarabu	Leguminosae	Peltogyne confertiflora Benth
Maçaranduba	Sapotaceae	Manilkara sp
Milho-torrado	Chrysobalanaceae	Licania humilis Cham. et Schlecht
Mirindiba	Sapindaceae	Talisia intermedia Radlk
Murici	Vochysiaceae	Vochysia tucanorum Mart
Ouriço	Tiliaceae	Sloanae garckeana Schumann
Peroba	Apocynaceae	Aspidosperma pyricollum Muell. Arg.
Quaresma	Melastomaceae	Tibouchina estrillensis (Raddi) Congn
Quaresminha	Melastomaceae	Tibouchina arborea (Gardn) Congn
Tatu	Melastomaceae	Miconia sp.

Fonte: IBDF. Inventário Florestal Nacional – Florestas nativas. 1984: 204.

Anexo 5 – Lista das espécies de aves registradas entre 1987 e 1988 no PED

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
Gavião-pombo-grande	<i>Leucopternis polionota</i>	Bico-chato-de-orelha-preta	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>
Gavião-pato	<i>Spizastur melanoleucus</i>	Patinho-de-garganta-branca	<i>Platyrinchus mystaceus</i>
Gavião-pega-macaco	<i>Spizaetus tyrannus</i>	Assanhadinho-de-peito-	<i>Myiobius barbatus</i>
Apuim-de-cauda-amarela	<i>Touit surda</i>	Piúi-cinza	<i>Contopus cinereus</i>
Cuiú-cuiú	<i>Pionopsitta pileata</i>	Tinguaçu-de-cabeça-cinza	<i>Attila rufus</i>
Papagaio-moleiro	<i>Amazona farinosa</i>	Maria-assobiadeira	<i>Syrstes sibilator</i>
Coruja-de-garganta-branca	<i>Pulsatrix koenigswaldiana</i>	Maria-triste	<i>Myiarchus tuberculifer</i>
Caburezinho	<i>Glaucidium minutissimum</i>	Pitiguari	<i>Cyclarhis gujanensis</i>
Taperá-de-barriga-cinza	<i>Chaetura cinereiventris</i>	Saíra-militar	<i>Tangara cyanocephala</i>
Beija-flor-rajado	<i>Ramphodon naevius</i>	Saíra-de-bando	<i>Tangara mexicana</i>
Rabo-branco-rubro	<i>Phaethornis ruber</i>	Sanhaço-rei	<i>Thraupis ornata</i>
Rabo-branco-mirim	<i>Phaethornis idaliae</i>	Tiê-da-mata	<i>Habia rubica</i>
Surucuá-de-barriga-dourada	<i>Trogon viridis</i>	Tiê-de-topete	<i>Trichothraupis melanops</i>
Surucuá-de-barriga-amarela	<i>Trogon rufus</i>	Saíra-ferrugem	<i>Hemithraupis ruficapilla</i>
Tucano-de-bico-preto	<i>Ramphastos vitellinus</i>	Saíra-galega	<i>Hemithraupis flavicollis</i>
Saripoca-de-bico-riscado	<i>Selenidera maculirostris</i>	Bico-de-pimenta	<i>Pitylus fuliginosus</i>
Benedito	<i>Melanerpes flavifrons</i>	Dançarino-rosado	<i>Machaeropterus regulus</i>
Pica-pau-de-testa-pintada	<i>Veniliornis maculifrons</i>	Poaieiro-triste	<i>Phyllomyias fasciatus</i>
Pica-pau-bufador	<i>Piculus flavigula</i>	Poaieiro-do-sul	<i>Phyllomyias burmeisteri</i>
Pica-pau-de-banda-branca	<i>Dryocopus lineatus</i>	Abre-asa-da-capoeira	<i>Mionectes oleagineus</i>
Pica-pau-rei	<i>Campephilus robustus</i>	Abre-asa-cabeçudo	<i>Leptopogon</i>
Arapaçu-alfange	<i>Campylorhamphus</i>	Maria-tiririzinha	<i>Hemitriccus orbitatus</i>
Limpa-folha-coroado	<i>Philydor atricapillus</i>	Bico-chato-de-orelha-preta	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>
Limpa-folha-de-testa-canela	<i>Philydor rufus</i>	Patinho-de-garganta-branca	<i>Platyrinchus mystaceus</i>
Limpa-folha-gritador	<i>Cichocolaptes leucophrus</i>	Assanhadinho-de-peito-	<i>Myiobius barbatus</i>
Barranqueiro-de-olho-branco	<i>Automolus leucophthalmus</i>	Piúi-cinza	<i>Contopus cinereus</i>
Bico-virado-miúdo	<i>Xenops minutus</i>	Tinguaçu-de-cabeça-cinza	<i>Attila rufus</i>
Chocão-carijó	<i>Hypoedaleus guttatus</i>	Maria-assobiadeira	<i>Syrstes sibilator</i>
Choquinha-de-peito-pintado	<i>Dysithamnus stictothorax</i>	Maria-triste	<i>Myiarchus tuberculifer</i>
Uirapuru-de-bando	<i>Thamnomanes caesius</i>	Pitiguari	<i>Cyclarhis gujanensis</i>
Chorozinho-de-asa-ruiva	<i>Herpsilochmus</i>	Saíra-militar	<i>Tangara cyanocephala</i>
Zidedê-do-sul	<i>Terenura maculata</i>	Saíra-de-bando	<i>Tangara mexicana</i>
Olho-de-fogo-do-sul	<i>Pyriglena leucoptera</i>	Sanhaço-rei	<i>Thraupis ornata</i>
Macuquinho-perereca	<i>Scytalopus indigoticus</i>	Tiê-da-mata	<i>Habia rubica</i>
Bico-agudo	<i>Oxyruncus cristatus</i>	Tiê-de-topete	<i>Trichothraupis melanops</i>
Araponguinha-de-rabo-preto	<i>Tityra cayana</i>	Saíra-ferrugem	<i>Hemithraupis ruficapilla</i>
Caneleiro-castanho	<i>Pachyramphus castaneus</i>	Saíra-galega	<i>Hemithraupis flavicollis</i>
Caneleiro-bordado	<i>Pachyramphus marginatus</i>	Bico-de-pimenta	<i>Pitylus fuliginosus</i>
Dançador-de-cabeça-	<i>Pipra rubrocapilla</i>	Dançarino-rosado	<i>Machaeropterus regulus</i>
Tangará-dançarino	<i>Chiroxiphia caudata</i>	Poaieiro-triste	<i>Phyllomyias fasciatus</i>
Dançarino-rosado	<i>Machaeropterus regulus</i>	Poaieiro-do-sul	<i>Phyllomyias burmeisteri</i>
Poaieiro-triste	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	Abre-asa-da-capoeira	<i>Mionectes oleagineus</i>
Poaieiro-do-sul	<i>Phyllomyias burmeisteri</i>	Abre-asa-cabeçudo	<i>Leptopogon</i>
Abre-asa-da-capoeira	<i>Mionectes oleagineus</i>	Maria-tiririzinha	<i>Hemitriccus orbitatus</i>
Abre-asa-cabeçudo	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	Bico-chato-de-orelha-preta	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>
Maria-tiririzinha	<i>Hemitriccus orbitatus</i>	Patinho-de-garganta-branca	<i>Platyrinchus mystaceus</i>
Dançarino-rosado	<i>Machaeropterus regulus</i>	Assanhadinho-de-peito-	<i>Myiobius barbatus</i>
Poaieiro-triste	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	Piúi-cinza	<i>Contopus cinereus</i>
Poaieiro-do-sul	<i>Phyllomyias burmeisteri</i>	Tinguaçu-de-cabeça-cinza	<i>Attila rufus</i>
Abre-asa-da-capoeira	<i>Mionectes oleagineus</i>	Maria-assobiadeira	<i>Syrstes sibilator</i>
Abre-asa-cabeçudo	<i>Leptopogon amaurocephalus</i>	Bico-chato-de-orelha-preta	<i>Tolmomyias sulphurescens</i>
Maria-tiririzinha	<i>Hemitriccus orbitatus</i>	Patinho-de-garganta-branca	<i>Platyrinchus mystaceus</i>
Dançarino-rosado	<i>Machaeropterus regulus</i>	Assanhadinho-de-peito-	<i>Myiobius barbatus</i>
Poaieiro-triste	<i>Phyllomyias fasciatus</i>	Piúi-cinza	<i>Contopus cinereus</i>

Fonte: Novos registros para o estado do Rio de Janeiro: região norte. Revista Atualidades Ornitológicas n° 72:10-12 (1996).

Anexo 6 – Ata da reunião do Conselho Gestor (setembro 2007)

Ata de Reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Desengano - PED

Aos treze dias do mês de setembro de 2007, às 10 horas, estiveram reunidos na sede do Centro de Visitantes do PED, os seguintes membros do Conselho Consultivo do PED: Mario Vahia - Abratur, Marilse do Couto Perdomo - EMATER-RJ, Alessandro Melo Rifan - Prefeitura Municipal de São Fidélis, Carlos Henrique Martins Gomes - CECNA, Rita Schefel - Ass. Protetora dos Animais NF, Gilmar Carino - Grupo Amigos de Madalena, Maria Manoela Alves Lopes - IEF, Ronnie Anderson A. Scaramuzzi - CBMERJ / NUPIF, Edson Gonçalves - Associação de Apicultores, Glauco Antônio Lima Prunes - Abratur, Maria de Magdala Feijó Torres - Prefeitura Municipal de Santa Maria Madalena, Rogério Feijó Botelho - Ouvinte, José Maria Ribeiro Miro - Cefet Campos, Roberta Ramalho - Cefet Campos, Daniele Tavares Ribeiro - Cefet Campos. Os trabalhos foram abertos pela presidente do Conselho, Manoela relatando sobre a mudança na presidência do IEF, saiu Yara Valverde e entrou André Ilha e Paulo Schiavo Júnior, relatou sobre as queimadas nas unidades de conservação. Explicou sobre o programa Incêndio 00: com notificações, panfletos, e que por causa da falta de combustível não fizeram as notificações, que é o que inibe, o fogo que teve no PED foi causado pelo Edivan, morador, que é um incendiário, colocou fogo na roça, e espalhou. Porém, nunca foi notificado. Mario Vahia explicou que faz parte da cultura do povo da roça, queimar, é necessário implantar um trabalho educativo e a própria comunidade, comunicar, e procurar trabalhar com prevenção, e não com combate. A seguir Manoela explicou quais pessoas precisam para melhor andamento dos trabalhos, e avaliação dos currículos para escolha dos guardiões. Foram criados núcleos dividindo os serviços: 8 guardiões nas comunidades: 4 no Sossego, 2 no Itacolomi e 2 na Morumbeca. Os 12 restantes no Centro de Visitantes e Nupif. Alessandro Rifan pediu que explicasse melhor o perfil dos guardiões e foram sendo selecionados os candidatos já capacitados como guardião: Noelso da Silva (Jardinagem), Sônia Portugal (Serviço de Limpeza), José Carlos Juliace Oliveira e Jovanio Freixo Grandi (Nupif), Sebastião Lima Júnior, Paulo Vitor da Silva Correa, João Alberto de Freitas Kalas, Lecy Mara Pacheco de Siqueira Domingues, Marinelso Pereira da Silva e Adilson Pereira Siqueira (Morumbeca) e pré - aprovadas: Anaelvia da Silva Frederico e Grasiely Rodrigues Ribeiro. Estando faltando os nomes dos 4 do Sossego e 2 do Itacolomi para esses o pré - requisito é que sejam residentes no local, tenham um cavalo e trabalhem sempre com rádio para comunicar incêndios, caças, etc. Manoela espera juntamente com esse pessoal contratado, aumentar a visitação do Centro de Visitantes, trazendo as escolas e implementar um trabalho de educação ambiental. Relatou ainda que pretende com um guardião mais instruído, coordenar um trabalho de incêndio, levantando dados como: Se pode acampar, se pousa helicóptero, em qual área poderá atuar, os pontos estratégicos, levantar se tem telefone, enfim, otimizar a atuação em caso de incêndio. A seguir, dando continuidade a pauta foi abordado, sobre normas de conduta em reuniões do Conselho Consultivo, foi sugerido por Henrique que seja passado o calendário anual e as reuniões ordinárias para os conselheiros, que todos os participantes desliguem os celulares, seja estabelecido tempo para cada assunto, projetar a pauta na tela, não cortar o colega nem falar ao mesmo tempo, não fugir do assunto que está sendo debatido e uma pessoa anotar as inscrições de quem quer falar. Todos os presentes concordaram e esperam otimizar as próximas reuniões. A seguir foi amplamente debatido o estudo de viabilidade para inclusão da Pedra Dubois no PED, após discussão, todos reconheceram a importância pela proximidade, a sede ficaria com trilha próxima e leve, e como vai ser revisto o Plano de Manejo, colocaria nesse estudo, tendo em vista que a Pedra Dubois é um monumento, elemento solto, que fica a deriva, seria uma forma de preservar. Foi abordado que o Morro da Torre apresenta a mesma situação, tem um ponto de observação muito importante, é de vital importância para a visualização do PED em Madalena, visualiza o mar e é trilha média, seria necessário uma consulta pública. Esses dois pontos são trilhas que a sede pode administrar, pela importância das mesmas. A seguir Manoela leu o resultado da oficina com os conselheiros, realizada em 14 de junho de 2007, e enviaremos por e - mail aos conselheiros o resultado dos trabalhos. A seguir foi apresentado por Manoela as mudanças no orçamento, pois tendo em vista que a Câmara Temática de Turismo do Itacolomi não apresentou custeio no projeto, foi acrescido no projeto Morumbeca, e foi proposto que na próxima compensação ambiental, da Cataguases - Leopoldina, no valor de R\$311.000,00 (Trezentos e onze mil reais), seja reservado para o Itacolomi, mediante apresentação da proposta de orçamento pela Câmara Temática do Itacolomi. A seguir, foram criadas as duas Câmaras Temáticas, de acordo com a pauta. Ficaram assim compostas: Câmara Temática para Acompanhamento do Projeto de Turismo: Alessandro Rifan, Carlos Henrique Martins Gomes, Rita Scheffel, Mario Vahia, Glauco A. L. Prunes, Eliana Sabino, Gerson Yunes, Magdala Torres, Roberta Ramalho, José Maria Ribeiro Miro, Danile Tavares Ribeiro. E para Câmara Temática para acompanhamento da revisão do Plano de Manejo: Alessandro Rifan, Carlos Henrique Martins Gomes, Rita Scheffel, Magdala Torres, Roberta Ramalho, José Maria Ribeiro Miro e convidar a UENF para participar. A seguir o pessoal do Cefet Campos fez apresentação do trabalho nas escolas no distrito de Morangaba, com diagnóstico e monitoramento. E como no projeto de turismo na Morumbeca não foi previsto esse monitoramento, foi sugerido por Manoela, uso de programa para monitoramento de área de turismo da Morumbeca, sob responsabilidade do Cefet, com custo de aproximadamente R\$20.000,00 (Vinte Mil Reais). Roberta Ramalho relatou ainda sobre a visitação ao Parque Nacional da Serra do Mar, em São Paulo, que cobre 17 municípios, com uma experiência de unidades descentralizadas, núcleos com guardiões, fiscalização, apoio ao turista e educação ambiental. E que a comunidade de Rio Preto, em Campos, juntamente com o Cefet, vão apresentar na próxima reunião Projeto da Câmara Temática Caminhos para o Desengano, sob a Presidência do Cefet. Manoela falou da importância do Conselho Consultivo, atuante, dando suporte a aplicação de verba das medidas compensatórias, de acordo com anseios das comunidades e atendendo as mais variadas realidades. Magdala trouxe a resposta do Prefeito Clementino da Conceição que no núcleo do Sossego, a Prefeitura disponibilizará o espaço físico para a construção do mesmo, e que na revitalização do horto, pode disponibilizar mão de obra como sempre fez na parceria. Foi sugerido criar uma Câmara Temática para Prevenção de Incêndios, com monitoramento constante, desenvolvendo fórmulas adaptadas a nossa realidade, com diagnósticos, etc. Dando sequência foi lida a carta do representante do CNFCN justificando a ausência e dando notícias dos trabalhos desenvolvidos. A seguir foi elaborada a pauta da próxima reunião, que será dia 11 de outubro de 2007, às 9:30 horas, com a seguinte pauta: Eleição do Presidente e Relator das duas Câmaras Temáticas, apresentação da Câmara Temática Caminhos para o Desengano, definição da data da oficina em Terras Frias, Casa do Mel funcionamento e rótulo, proposta e explanação do Rogério, tema livre. Nada mais havendo a tratar deu - se por encerrada a reunião às 14:30 H, e após elaboração da ata e enviada aos conselheiros por e - mail, e será lida e assinada por todos.

Magdala Torres

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de questionário sobre a percepção do PED aos moradores de Santa Maria Madalena – SMM

A - Identificação e caracterização do sujeito da pesquisa

Nome: _____

Profissão / ocupação / atividade econômica: _____

Idade: _____ anos

Local de nascimento / origem (cidade da onde veio): _____

Faixa de renda: _____ (salários mínimos)

Sexo: M () F ()

B- Tempo de moradia no local e engajamento

Tempo de moradia em Santa Maria Madalena (SMM): _____

Pertence a algum grupo organizado? (Igreja, grupos sociais, sindicatos ou entidade)?

Não () Sim () Qual? _____

C - Conhecimento sobre o PED e o turismo no local

1 - Você já esteve dentro do Parque do Desengano?

Não ()

Sim () Quantas vezes? Uma () Duas a 5 () 6 a 10 () 11 ou mais ()

2 - Marque X nas atividades que costuma fazer no Parque:

Tomar banho de cachoeira () Caminhadas/trilhas ()

Montanhas/escaladas () Observação da fauna e flora () Acampamento () Pic-nic ou

churrasco () Fotografar a natureza () Outras ()

Quais? _____

3 – Na sua opinião, quais das 3 atividades da questão acima são as mais procuradas pelos frequentadores do PED?

1^a) - _____ 2^a) - _____

3^a) _____

4 - Com que frequência costuma visitar o Parque?

semanalmente () mensalmente () anualmente ()

5 - Em que estação do ano ou mês você visita mais o Parque?

Verão -dezembro a março () Outono-março a junho () Em todas ()

Inverno – junho a setembro () Primavera - setembro a dezembro ()

6 - Como costuma ir ao Parque?

carro próprio () carro de terceiros () motocicleta () bicicleta ()

caminhando () van fretada () cavalo ()

Outro meio de transporte () Qual? _____

7 - Conhece o Centro de Visitantes do Parque?

Não () Sim () Ele informa: bem () regular () mal ()

Falta alguma coisa para ele melhorar? Não () Sim ()

O quê? _____

8 - Sabe se o Parque tem um Conselho Gestor? Não () Sim ()

9 - Sabe se o Parque tem um Plano de Manejo que fala sobre visitação e turismo?

Não () Sim ()

10 - Que deficiências você apontaria em relação à visitação no Parque:

Distância do centro de SMM () Sinalização () Monitores ou guias () Estrada ()

Vigilância () Benfeitorias – banheiro, guarita e restaurante () Nenhuma ()

Outras () _____

11 - A maioria das pessoas que vêm de fora e que você conhece deseja visitar o Parque?

Não () Sim ()

12 - O que falta para o Parque ser mais visitado?

Transporte regular () Melhorar as estradas () Obras de benfeitoria ()

Melhorar a sinalização () Presença de guias ou monitores ()

Outras ações () Quais? _____

13 - Qual ou quais o(s) ponto(s) turístico(s) que você conhece melhor dentro do Parque?

14 - E na cidade de Santa Maria Madalena ou ao redor do Parque?

15 - Você acha o Parque importante para o turismo de Santa Maria Madalena?

Não () Sim ()

Por que? _____

16 - Você acha que a população de SMM será beneficiada com o turismo no PED?

Não () Sim ()

Por que? _____

17 - Você acha que o turismo pode causar algum impacto na sociedade ou no ambiente?

Não () Sim () Qual ?

Algum comentário:

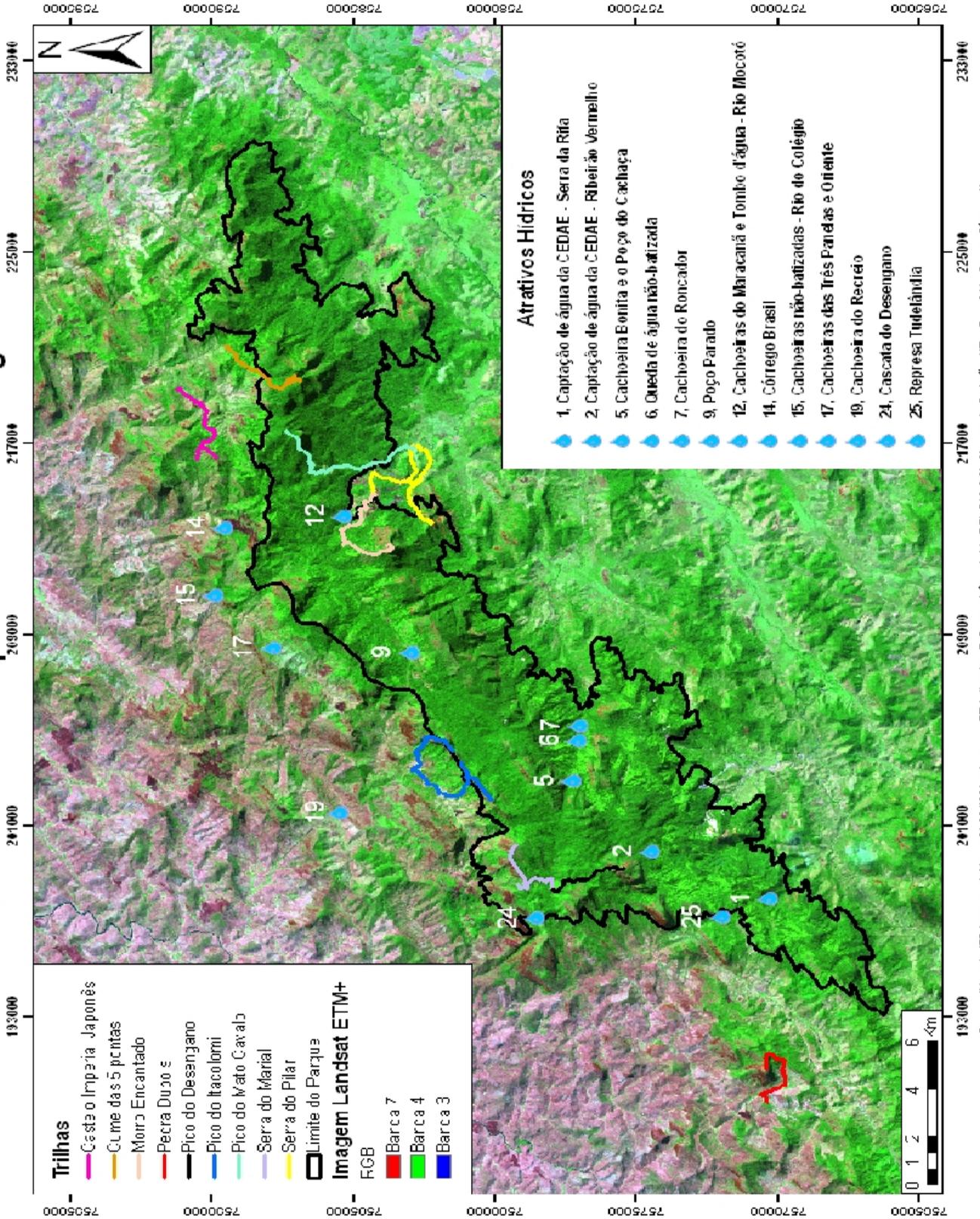
APÊNDICE C

Roteiro de entrevista sobre Turismo no PED dirigido aos interlocutores envolvidos com o Parque ou o turismo em Santa Maria Madalena - SMM

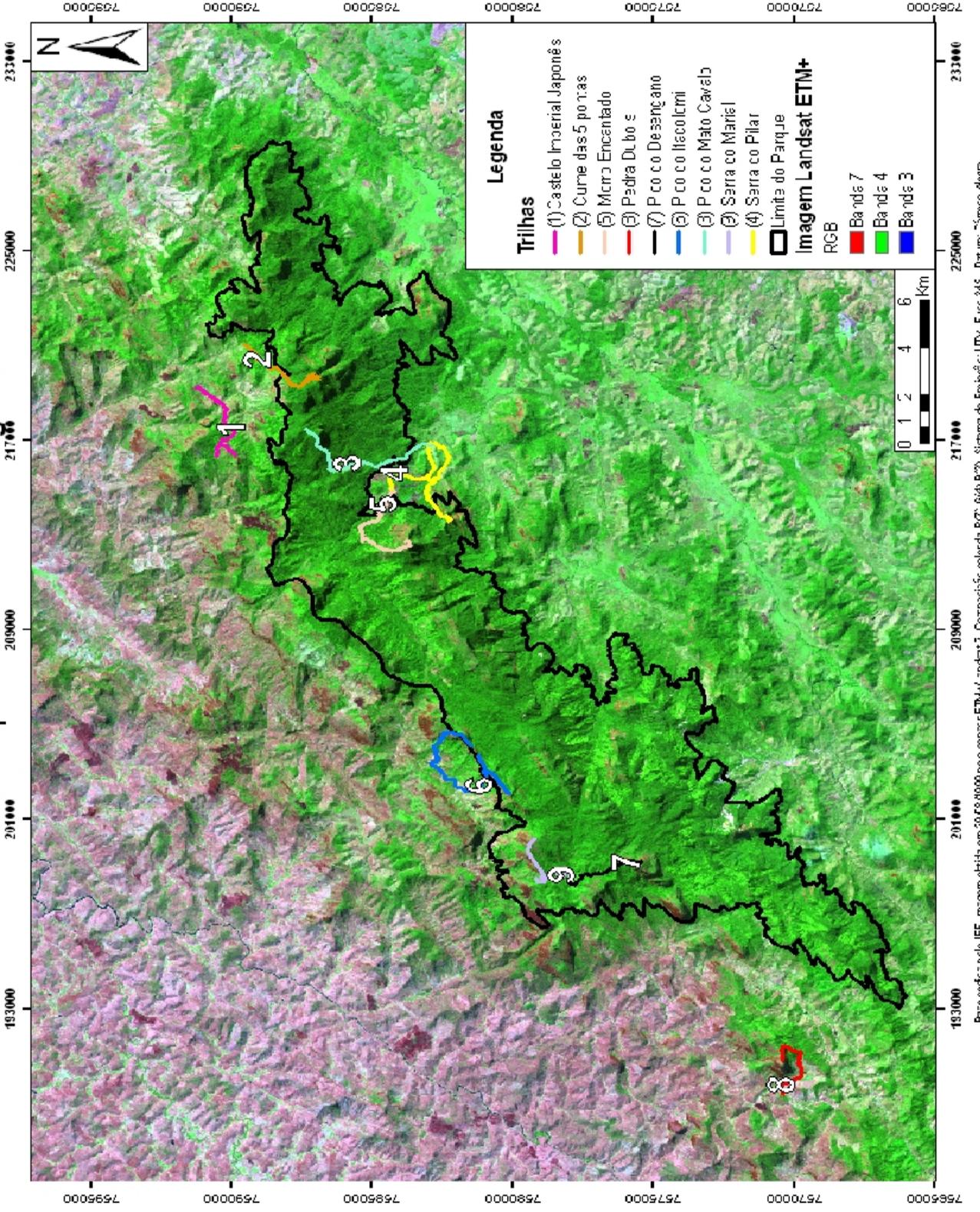
- 1 – O que você acha do Plano de Manejo em relação à visitação e ao ecoturismo no Parque?
- 2 - Há um Conselho Municipal de Turismo em SMM? Em caso positivo, como ele atua e o que tem feito em relação ao ecoturismo?
- 3- O Conselho Gestor do Parque é atuante em relação ao planejamento e desenvolvimento do ecoturismo no Parque? Como? O que já foi feito?
- 4 – Diga se considera as questões citadas a seguir como empecilhos a implantação do ecoturismo no PED e comente sobre elas se desejar:
 - a) Distância do PED ao centro de SMM; b) Falta de sinalização até o Parque e dentro dele; c) Ausência de monitores ou guias; d) Vias de acesso em mal estado; e) Número reduzido de funcionários no Parque; f) Falta de trilhas bem estruturadas; g) Ausência de benfeitorias (ex: banheiro, guarita e restaurante) no Parque; h) Falta de hospedagem no Parque; i) Falta de transporte regular até o Parque; j) Falta de informação turística; l) Pouca organização e participação da comunidade em relação ao turismo; m) Falta de política pública; n) Questão fundiária; o) Outras não citadas.
- 5 - Na sua opinião, qual é o maior entrave para o ecoturismo no PED? Tem sugestão para mudar este aspecto?
- 6 – O que os governos estadual e municipal têm feito para incrementar o ecoturismo no PED?
- 7 – Diga se concorda e comente se o ecoturismo pode trazer para o município e ao Parque os seguintes benefícios sociais e ambientais?
 - a) Geração de empregos e aumento da renda; b) Melhoria do nível de educação; c) Novos empreendimentos para a cidade; d) Melhoria da infraestrutura urbana; e) Aumentar a organização e participação da comunidade; f) Aumento do lazer para a comunidade; g) Valorização do patrimônio histórico; h) Projeção da cidade e do orgulho de ser morador local; i) Melhoria da consciência ambiental.
- 8 – Diga se concorda e comente se o ecoturismo pode trazer para o município e ao Parque os seguintes malefícios ou impactos negativos, caso seja mal planejado?
 - a) Especulação imobiliária; b) Valorização dos imóveis locais dificultando a aquisição por moradores locais; c) Depredação do meio ambiente (ex: poluição e destruição da paisagem por novos empreendimentos); d) Aumento populacional com a imigração (novos moradores) que poderá gerar problemas sociais.
- 9 – Você acha que o ecoturismo pode contribuir para a conservação do PED? Como? Em que grau?
- 10 – A população está organizada de alguma forma para receber o turismo em Santa Maria Madalena?
 - a) Setor hoteleiro (pousada, hotéis); b) Alimentação (restaurante e bares)?
 - c) Comércio de suvenires?
- 11- Qual é o perfil do turista que frequenta o PED e Santa Maria Madalena?
- 12 - Há guias ou monitores de ecoturismo em Santa Maria Madalena?

Quantos são? Atuam ativamente? Estão organizados de alguma forma? Como?

Atrativos Hídricos do Parque Estadual do Desengano - RJ

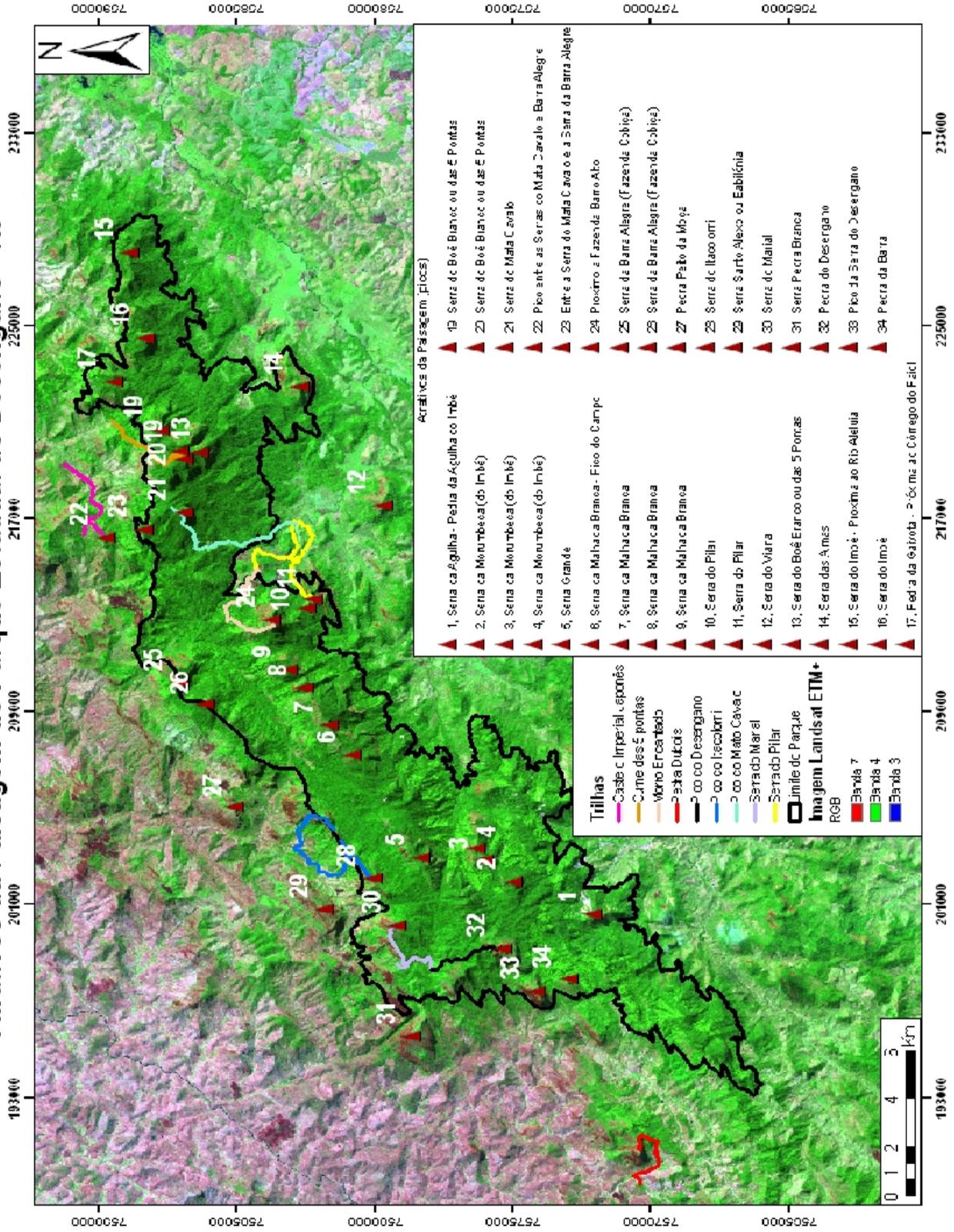


Trilhas do Parque Estadual do Desengano - RJ



Base geodésica pelo IEF, imagem obtida em 28/08/1988 pelo sensor ETM+ do Landsat 7. Composição: banda RGB (6/4/3) sistema de projeção: UTM, Fuso 24E. Datum: Sincro Alegre

Atrativos da Paisagem do Parque Estadual do Desengano - RJ



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)